



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 27

I Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 17 de Junho de 2009

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Período de Informação Parlamentar:

Após a leitura da correspondência, usaram da palavra para **declarações políticas** a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Na sequência da declaração política proferida pela Sra. Deputada Zuraida Soares, usaram da palavra o Sr. Deputado Helder Silva (*PS*), o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Em relação à declaração política proferida pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Presidente da Assembleia prestou esclarecimentos, tendo usado ainda da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Hernâni Jorge (*PS*).

Proferiram **Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região** os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*) e Luís Silveira (*CDS/PP*).

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, usaram da palavra para esclarecimentos os Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*), Berto Messias (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Em relação à intervenção do Sr. Deputado António Pedro Costa, usaram da palavra os Srs. Deputados José Lima (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Luís Silveira, usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*) e os Srs. Deputados Mark Marques (*PSD*), Manuel Silveira e Rogério Veiros (*PS*).

Agenda da Reunião:

1 – Continuação do debate sobre o Projecto de Resolução – “Implementação do “Passe Social” na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Alexandre Pascoal (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*) e Catarina Furtado (*PS*).

Submetido à votação o Projecto de Resolução foi aprovado por maioria.

2 – Projecto de Resolução – “Adiantamentos e aceleração de pagamentos de apoios às empresas”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do Projecto de Resolução feita pelo Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados José Rego (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*).

Submetido à votação, o Projecto de Resolução foi rejeitado.

3 – Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Transpõe para o ordenamento jurídico da Região Autónoma dos Açores as Directivas n.ºs 87/217/CEE, do Conselho, de 19 de Março de 1987, relativa à prevenção e à redução da poluição do ambiente provocada pelo amianto, n.º 1999/77/CE, da Comissão, de 26 de Julho de 1999, que adapta, pela sexta vez, o Anexo I da Directiva n.º 76/769/CEE, do Conselho, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros, respeitantes à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas (amianto), e n.º 2003/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Março de 2003, que altera a Directiva 83/477/CEE do

Conselho, de 19 de Setembro de 1983, relativa à protecção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação feita pela Sra. Deputada Catarina Furtado (*PS*), usaram da palavra no debate deste diploma os Srs. Deputados João Costa (*PSD*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*), Berto Messias (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*) e o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

O diploma foi aprovado na generalidade, especialidade e em votação final global por unanimidade, com excepção do artigo 4º que foi aprovado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado João Costa (*PSD*).

O ponto 4 da Agenda foi retirado pelo Bloco de Esquerda, uma vez que versava sobre a mesma matéria do ponto 3.

5 – Proposta de Resolução – 1º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2009, apresentado pela mesa da Assembleia.

A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade, após uma breve apresentação feita pelo Sr. Presidente da ALRA.

6 – Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores”.

No debate deste diploma usaram da palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*), que fez a sua apresentação, e os Srs. Deputados Rui Ramos (*PSD*), Helder Silva (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

A continuação do debate sobre este diploma ficou agendado para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 05 minutos

Presidente: Muito bom dia Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos dar início aos trabalhos desta reunião plenária, procedendo, de imediato, à chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Para proceder a chamada tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Soares da Silveira

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Maria Silva **Gonçalves**

António Pedro Rebelo **Costa**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António Silveira **Jorge**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Mark Silveira **Marques**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 44 Sras. e Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (*José Ávila*): Da Comissão de Assuntos Sociais, parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que estabelece as regras a que se encontra sujeita a prática de actos de desfibrilhação automática externa por não médicos, bem como a instalação e utilização de desfibriladores automáticos externos, em ambiente extra-hospitalar.

Presidente: Lida a correspondência, hoje mais rápida, como é compreensível, do que a leitura de ontem.

Não havendo votos, vamos entrar no período de tratamento de assuntos políticos.

Daquilo que tinha sido combinado na conferência de líderes houve uma pequena alteração.

O Bloco de Esquerda estava para fazer a sua declaração política ontem, mas não foi possível por razões de tempo e, entretanto, o Partido Popular pediu à Mesa para fazer a sua declaração política amanhã, por questões de gestão de tempo.

Para uma declaração política tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Povo português, chamado a votar nas eleições para o Parlamento Europeu, deu ao Partido Socialista uma imensa derrota política.

O Partido Socialista perdeu quase metade do eleitorado das últimas eleições europeias. O Povo português penalizou as trapalhadas da governação PS, trapalhadas que até na própria noite das eleições estiveram presentes.

Por exemplo, José Sócrates, ao comentar os resultados, declarou que eles nada tinham a ver com um teste à sua governação, exactamente ao arrepio do que tinha afirmado, no início da campanha eleitoral.

O Povo português penalizou o Partido Socialista porque este prometeu uma coisa e fez outra, ao longo de quatro anos de governo.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): *Muito bem!*

A Oradora: Prometeu 150.000 novos postos de trabalho mas, muito antes de rebentar a crise internacional, o desemprego não parava de aumentar.

Prometeu melhores políticas sociais mas, pelo contrário, baixou as reformas de forma gritante e aumentou o tempo de trabalho, para alcançar essas mesmas reformas mitigadas.

Prometeu combater as injustiças sociais mas, ao invés, aprovou um código de trabalho mais gravoso para os(as) trabalhadores(as) do que aquele imposto pela direita, fazendo da precariedade o novo paradigma das opções socialistas, em matéria laboral.

Prometeu melhores serviços públicos mas, ao contrário, manteve a sua degradação e prosseguiu a política de direita de entrega ao privado destes sectores, enchendo ainda mais os bolsos dos poderosos deste país, à custa das condições de vida dos mais desfavorecidos.

Prometeu baixar os impostos mas aumentou-os de forma drástica, enquanto ao sector financeiro permitiu benesses para não pagarem os impostos devidos (não esqueçamos, por exemplo, o IRC sobre a Banca).

Mentiu ao Povo português ao impedi-lo de se pronunciar sobre o Tratado de Lisboa, quando antes tinha feito uma promessa solene de o referendar.

Mentiu, quando disse que o PS no governo iria ter políticas socialistas mas, ao invés, foi roubar o programa do PSD e passou a implementá-lo como se fosse seu.

Foi tudo isto que o Povo português não perdoou, ao infligir ao Partido Socialista uma das piores derrotas de sempre, em eleições.

Mas o povo foi sábio, ao dar ao PSD uma miserabilista vitória que está ao nível da derrota desastrosa de Santana Lopes, nas últimas legislativas, ou da coligação de direita, nas últimas europeias.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Ao reforçar a esquerda, os eleitores e eleitoras quiseram dar um voto de confiança à coerência, à verdade na política e às políticas socialistas de verdade.

Ainda aturdidos, mas tentando reagir à pesada derrota, vêm agora os estrategas do PS culpar a crise desta humilhante derrota.

Nada mais falso; todas estas políticas foram implementadas antes de rebentar a crise e, após a crise internacional ter eclodido, só ficou mais clara a real face dos interesses que o PS defende.

Esteve contra o aumento das reformas e da maior facilitação de acesso ao subsídio de emprego mas, em contrapartida, só a Manuel Fino (por causa da crise), deu 62 milhões de euros. E, também por causa da crise, ao nacionalizar o BPN, esqueceu-se de nacionalizar os activos da SLN.

Até na crise o PS pende sempre para o mesmo lado, fazendo forte concorrência ao PSD: proteger os ricos com o dinheiro dos pobres.

Mas esta derrota política não se confinou ao Continente: varreu todo o país e os Açores responderam na mesma moeda.

Bem pode o Partido Socialista, nos Açores, assobiar para o ar; bem pode o Presidente do Governo Regional ensaiar uma infeliz manobra de diversão, para esconder os resultados, inventando o voto obrigatório.

Não é com votos obrigatórios, como também não é com interrupções de 6 meses na democracia, que se resolvem os problemas do sistema e do desenvolvimento; não é com votos obrigatórios que se aumenta a vontade popular, em participar na coisa pública.

É com políticos que cumprem aquilo que prometem, com políticos que não confundem o interesse público com o interesse de alguns sectores dos negócios, com políticos para os quais a verdade não é um sofisma mas uma prática coerente.

Já aqui o dissemos e justificámos e voltamos a repetir: nos Açores, a escola socrática tem vindo a fazer o seu caminho.

É a crise que, num dia, jamais chegaria aos Açores para, no dia seguinte, se revelar profunda e exigir medidas de excepção; é a promessa de melhores serviços públicos, travestida do investimento nestes serviços para, logo que possível, serem privatizados, fazendo das necessidades vitais da população o negócio dos grupos económicos amigos, artificialmente fomentados; é o aplauso à decisão socrática de fugir ao referendo do Tratado de Lisboa, ao mesmo tempo que se promete uma luta sem tréguas pela ZEE dos Açores; são as parcerias público-privadas, decididas e negociadas sem nenhum estudo económico que as justifique; são as novas valências da Base das Lajes, oferecidas a preço de saldo aos americanos, como recompensa pelo público, reconhecido e reiterado incumprimento do Acordo Bilateral...

E tudo isto, é bom lembrá-lo, com os aplausos, ora sonantes, ora mais discretos, do PSD.

É esta, afinal, a prática política que desmobiliza o povo da participação. E arranjar expedientes para continuar a iludir a confiança das pessoas, também não ajuda. A peregrina ideia de tornar o voto obrigatório - em nome da democracia! -, obrigaria a uma punição para quem não cumpre aquilo a que está obrigado, tipo uma multa pesadota, já que trabalho comunitário deve estar fora de questão. Assim, por exemplo, os(as) reformados(as), os(as) estudantes deslocados(as), os(as) bolseiros(as), os(as) desempregados(as), os(as)

precários(as), as domésticas, os(as) beneficiários(as) do RSI e até os(as) sem-abrigo pagariam do seu recheado bolso a multa correspondente à falta às urnas.

Era só mesmo o que nos faltava...Alguém conseguirá imaginar pior maneira de os fazer prezar a democracia e os múltiplos deveres que ela implica? Claro que, em última análise, podemos sempre chamar-lhes “estúpidos” e tudo continuará na mesma.

Quando chegamos a este ponto, o caminho não é mudar de povo, o caminho é mudar de políticos e de políticas.

Disse.

Deputado José Cascalho (BE): *Muito bem!*

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições ao abrigo do artigo 74º do nosso Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por dizer à Sra. Deputada Zuraída Soares, com todo o respeito que tenho por V. Exa, que penso que não entendeu aquilo que foi o resultado destas eleições por toda a Europa.

Quando a Sra. Deputada diz que o povo português penalizou as políticas que a senhora entende serem de direita de José Sócratas, esquece-se que foi precisamente a direita que, por toda a Europa, ganhou estas eleições.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É um facto. A direita ganhou estas eleições em Portugal, em Espanha e nalguns outros países com governação de esquerda e a direita ganhou estas eleições noutros países onde os governos são eles mesmos de direita.

Portanto, se a senhora quisesse fazer aqui connosco uma reflexão séria isto deveria ser para a Sra. Deputada, como é para nós, mais do que reflexão, motivo de preocupação. Mas não, a Sra. Deputada, alterando um pouco aquilo que são os números factuais, pretendeu afirmar que a esquerda ganhou. Mas a esquerda ganhou como?

Quem ganhou as eleições em Portugal, em Espanha, França, Inglaterra, Itália, apesar daquelas histórias todas que passam, foi a direita e isto é factual.

Aos senhores representantes dos partidos da direita, se isso os alegra, dou-lhe os parabéns.

A mim, como representante de um partido de esquerda preocupa-me estes resultados que se fizeram reflectir por toda a Europa.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Foi a vontade do povo.

O Orador: Depois vem a Sra. Deputada falar das políticas nacionais, dar aqueles exemplos sobre os impostos, a saúde, o código do trabalho, o sector financeiro, as reformas, etc. Com este exercício a Sra. Deputada fez um pouco aquilo que nesta campanha foi feito. No meu entender mal e tive oportunidade de o dizer ontem, porque o que a Sra. Deputada fez foi fazer reflectir aquilo que são políticas nacionais, aquilo que é uma agenda nacional e transpô-la para a Região.

Regionalmente a Sra. Deputada fala na Base das Lajes, mas já ouvimos a Sra. Deputada falar muito na Base das Lajes. A Sra. Deputada não gosta da Base das Lajes, não gosta dos americanos.

Vem-nos falar no referendo da Europa, mas sabemos que a Sra. Deputada e o Bloco de Esquerda não gostam da Europa, embora gostem muito de eleger mais um ou dois deputados para nos representarem a todos no Parlamento Europeu, mas não gosta da Europa. Nós sabemos isso tudo e sabemos que a Sra. Deputada e que o Bloco de Esquerda o exercício que faz no Parlamento Europeu é o de contribuir na destruição que nós, partido socialista queremos ver vigorada, queremos ver reforçada e queremos ver com uma maior capacidade de resposta.

A Sra. Deputada não gosta das parcerias público privadas, está no seu direito de não gostar. Nós gostamos e achamos correcto que se façam parcerias público-privadas em determinadas situações, em determinado âmbito e continuaremos a defendê-lo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Parece-me que a Sra. Deputada Zuraída Soares estava cá ontem. Fiquei com essa ideia, mas é pena não ter aproveitado o debate que ontem se fez nesta Casa sobre esta matéria.

Se me permitem, dizia eu, que tinha sido muito útil que ontem juntasse a sua voz ao debate que aqui se passou sobre esta mesma temática, e em vez de estarmos a fazer este debate em fascículos, que a Sra. fez questão de promover hoje.

Por um lado, eu percebo por que é que isto aconteceu, aconteceu, em parte, porque o seu discurso não tem nada de europeu, nem tem nada sobre a temática das eleições europeias.

A senhora aqui, fazendo uma apreciação das eleições europeias, da campanha, de debate e dos resultados, da Europa só falou do Tratado de Lisboa. De resto, não usou um argumento sobre matérias europeias, não falou numa questão que interessasse directamente à representação que os Açores terão no Parlamento Europeu, limitou-se a fazer um arrazoado de críticas à governação da República, fazendo uma espécie de ante-visão das próximas eleições, aproveitando o balanço das últimas eleições.

Está no seu direito, pode fazer as coisas da maneira que entender, agora nós também estamos no direito de perceber para onde quer levar o debate, que vantagens pretende tirar daí e chamou a atenção para isso.

Por outro lado, a Sra. Deputada fez aquilo que me parece absolutamente lamentável, que é o elogio da abstenção. A senhora compraz-se com a abstenção, porque a Sra. Deputada sobe com a abstenção e, portanto, vem para aqui fazer um elogio disfarçado, porque não podia ser directo, como é óbvio, porque parecia muito mal até mesmo ao seu eleitorado, mas veio para aqui comprazer-se com as vantagens que retira da abstenção e, como isso pareceria desadequado, fez remeter o ónus desse problema para uma suposta proposta do Presidente do Governo Regional.

Sobre esse assunto convinha esclarecer – ontem já podia ter sido feito, mas fica feito hoje - o seguinte:

Aquilo que a senhora chama de proposta, não é proposta, é uma reflexão. Não é do Presidente do Governo Regional, é do cidadão Carlos César e não tem carácter formal e, portanto, é uma ideia para um debate que se deve fazer, mas deve fazer-se não com a demagogia que é a imagem de marca do seu partido e das suas intervenções aqui neste plenário, mas deve fazer-se com responsabilidade. É uma ideia para reflexão.

Se a senhora é contra, utilize os argumentos que entender para defender a posição contrária, agora não critique a pessoa que teve a ideia e não tente fazer dessa ideia que, aliás, não é peregrina, é uma ideia civilizada, dum mundo civilizado. Não faltam países onde existe o voto obrigatório e esses países são seus parceiros na Europa,...

Deputada Zuraída Soares (BE): E onde a abstenção continua a subir!

O Orador: ... são países como a Bélgica, a Grécia, o Brasil, a Austrália. O que é que isso tem de peregrino e incivilizado, Sra. Deputada?

Deputada Zuraida Soares (BE): A abstenção continua a subir!

O Orador: É por causa disso que esses países são menos democráticos? O que é que essa ideia tem de tão absurdo?

Sra. Deputada, discuta, debata civilizadamente e não o faça demagogicamente, não utilize esse argumento para não assumir que gosta da abstenção, porque sempre que a abstenção é maior os senhores sobem.

Era isto que devia ter dito aqui e era isso que eu esperava que dissesse aqui e que não utilizasse esse célebre, que já vem sendo imagem de marca, discurso demagógico que costuma utilizar.

Em relação à Base das Lajes, ontem o instrumento que o Bloco de Esquerda utilizou, o voto, não me permitia intervir no debate. Felizmente hoje voltou a falar na questão da Base das Lajes, eu gostava de lhe dizer sobre essa matéria o seguinte:

O Sr. Deputado José Cascalho ontem disse que os senhores não queriam novas valências para a Base da Lajes. Hoje e aqui já dizem que as novas valências da Base das Lajes são uma coisa boa, que iam ser vendidas a custo zero e iam ser oferecidas aos americanos. Os senhores têm que se definir. Ou são contra ou são a favor, ou querem dinheiro ou são contra, porque doutra maneira não se percebe.

As novas valências não são e nunca foram entendidas pelo Governo Regional como uma questão de cedência a interesses. Se há alguma cedência a interesses nessa matéria é aos interesses dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes, porque a Base das Lajes cada vez que for valorizada na sua função estratégica, cada vez que for ampliado o leque de funções

da Base das Lajes, é melhor para o trabalhadores portugueses que lá trabalham, aumenta as condições dos trabalhadores que já lá estão e cria condições para que mais trabalhadores portugueses trabalhem na Base das Lajes.

Os senhores o que têm que explicar àqueles trabalhadores é por que é que não querem que eles tenham segurança no seu trabalho, por que é que não querem que mais trabalhadores portugueses vão trabalhar para a Base das Lajes, em vez de virem com este discurso

meramente demagógico, completamente eivado do preconceito anti-americanista, como já lhe foi sobejamente explicado pelas várias forças partidárias.

Portanto, agradecia que esse discurso fosse explicado aos trabalhadores da Base das Lajes para eles perceberem por que é que o Bloco de Esquerda é contra aqueles postos de trabalho.

Muito obrigado.

Presidente: Não sei se há mais inscrições para o debate.

Parecendo não haver mais inscrições, dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares para encerrar o debate.

(* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho peregrino que o Sr. Secretário Regional da Presidência fale em demagogia, acusando o Bloco de Esquerda de demagogia depois de ter feito esse discurso eivado de preconceito, de demagogia profunda,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso aí já é plágio!

A Oradora: ... de falta de leitura e, deixe-me que lhe diga também, de falta de seriedade na audição daquilo que eu disse na minha intervenção.

Portanto, concluamos que a demagogia está bem distribuída e o Sr. Secretário não está imune a ela.

Relativamente ao Sr. Deputado Helder Silva que disse que a direita ganhou estas eleições, sem dúvida nenhuma, Sr. Deputado, mas ganhou as eleições, porque a esquerda nunca esteve no Governo em nenhum dos países onde a direita ganhou, o que esteve no governo desses países onde direita ganhou foi uma pseudo-esquerda que acabou sempre por fazer as políticas que interessavam à direita e mais uma vez o povo é sábio, porque entre votar em intermediários ou votar directamente nos protagonistas, então vamos directamente aos protagonistas.

Sr. Deputado, isto é motivo, como o senhor disse e muito bem, de reflexão e de preocupação, mas não é pelo caminho que o Sr. Deputado quis introduzir essa reflexão e essa preocupação.

Depois também, como o Sr. Deputado muito bem sabe, quero dizer-lhe que não disse em nenhum momento da minha intervenção que a esquerda ganhou, o que eu disse foi que o

povo português reforçou a esquerda. Foi isso que eu disse, porque se tivesse ganho provavelmente a festa teria sido diferente.

Quanto às políticas nacionais e trazer a esta Casa a política nacional de José Sócrates, Sr. Deputado, faça-me o favor de reconhecer que nós não somos ainda uma região independente e que, portanto, as políticas nacionais reflectem-se, para o bem e para o mal, nas pessoas que vivem nesta Região e que é legítimo que os cidadãos e as cidadãs desta Região critiquem e se indignem com direitos que lhes são sucessivamente usurpados, à semelhança do que acontece com todos os outros portugueses.

Da mesma maneira que é legítimo trazer para esta Casa as políticas nacionais, também é legítimo falar delas quando falamos da Europa, porque é o nosso Primeiro Ministro que diz que relativamente à maior parte das políticas não há outro remédio por mais que nós não a queiramos, porque são imposições das políticas europeias.

Toda a gente sabe a cambalhota que o nosso país deu e o estado de sítio que no nosso país se implantou com o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Foi aí que o desemprego começou, não foi com a crise internacional.

Portanto não é possível falar de políticas europeias sem falar de políticas nacionais, porque está tudo relacionado.

Voltando à Base das Lajes, já que o Sr. Secretário fez favor de me dar essa oportunidade referindo a minha intervenção, a demagogia está em pôr as coisas assim, ou nós damos naquele feudo norte americano tudo o que a Administração norte-americana quer, ou então os trabalhadores vão para a rua. Isto é que é a demagogia, porque se o Governo Regional e o Governo da República estivessem, de facto, preocupados com os trabalhadores e as trabalhadoras daquela Base, obrigavam os norte-americanos a cumprir o acordo bilateral e o acordo laboral. Nunca o fizeram, sempre sucumbiram.

Se estivessem verdadeiramente preocupados com aqueles trabalhadores e com aquelas trabalhadoras neste momento diriam à administração norte-americana: novas valências! Meus senhores, vamos primeiro cumprir e rever este acordo, vamos primeiro respeitar o solo onde os senhores têm a base e depois falamos de novas valências.

Os senhores nunca fizeram isso e por isso não têm moral para discutir as opções diferentes da vossa.

Parcerias público privadas:

Sr. Secretário, era muito bom, mas nós, Bloco de Esquerda, estamos à espera que o Governo prove A+B, com estudo económico, quais são as razões objectivas para as parcerias público privadas, em diferentes âmbitos, em vez de serviço público e os senhores nunca o fizeram. Os senhores respondem a perguntas escritas do Bloco de Esquerda, dizendo que as parcerias já estão em velocidade de cruzeiro, mas que os estudos ainda não estão feitos.

Sr. Secretário, demagogia é isto, é decidir sem saber explicar por que é que se decide.

Sobre o elogio da abstenção, de facto, só uma tentativa de demagogia é que pode dizer que há um elogio à abstenção na intervenção do Bloco de Esquerda feita por mim. Não há, Sr. Secretário, mas há uma coisa, há a compreensão das razões objectivas da abstenção, que é diferente de defender. Aquilo que os senhores fazem é ao contrário: em vez de terem a coragem de irem às razões objectivas da abstenção e que têm a ver com as vossas políticas, com a vossa postura, com a vossa atitude de arrogância na política e com o vosso afastamento dos cidadãos e das cidadãs de qualquer tipo de decisões e depois chamam-lhes estúpidos, em vez de esconderem e de admitirem estas razões, os senhores escondem-se atrás de um voto obrigatório.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O maior dos Presidentes americanos, [Abraham Lincoln](#), definiu, uma vez, a democracia e a liberdade como o **“governo do povo, pelo povo e para o povo”**. No momento em que proferiu este discurso memorável, Lincoln falava num cemitério militar. Honrava aqueles que tinham dado a sua vida pela liberdade dos outros.

Nos nossos dias, a defesa da liberdade e da democracia não exige um sacrifício tão dramático. A defesa da democracia exige que todos cumpram o seu dever de cidadania, pelo qual tantos, ao longo da história, deram as suas vidas. O cumprimento desse dever honrará a memória de todos os democratas que deram a sua vida em defesa da democracia. Só por si, essa já seria razão, mais que suficiente, para votar.

No entanto, o governo do povo, pelo povo e para o povo não se coaduna com tibiezas na defesa da legitimidade das instituições democraticamente eleitas. Aqueles que defendem o voto em branco como forma de protesto são inimigos da liberdade e da democracia. Aqueles

que defendem a abstenção como forma de protesto são inimigos da liberdade e da democracia.

Quem não concorda com as políticas do Governo, deve votar-se nos partidos da oposição. Quem não concorda com as alternativas dos partidos da oposição, deve votar no partido governamental. Quem não concorda nem com uns, nem com outros, tem o dever de criar alternativas democráticas, criando outros partidos ou outras formas de intervenção cívica. Ficar em casa à espera que tudo se derrube. Ficar à espera – como alguns dizem – que chegue um novo Salazar, é absolutamente, rotundamente, condenável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vivemos tempos difíceis. Nenhum governo possui a receita milagrosa para melhorar instantaneamente as coisas. Acredito que muitos governos fazem o melhor que sabem e podem. A única forma de melhorar o governo do povo pelo povo e para o povo é através da participação de todos no processo político. Todos devemos ser políticos.

Que moralidade têm para criticar, aqueles que ficam comodamente em casa a protestar. Para mim não têm nenhuma. No entanto, considero que a participação democrática, sendo um dever cívico, não deve ser imposta à custa da liberdade.

O paradoxo seria que, para defendermos a liberdade, limitaríamos essa mesma liberdade. A partir daí corremos o risco de entrar numa espiral de medidas – que sendo inicialmente bem-intencionadas – podem levar-nos a impor uma democracia iluminada aos descrentes, aos niilistas ou aos menos informados.

O caminho não é, por isso, o voto obrigatório. O caminho da defesa da democracia começa num maior esforço de todos para dar respostas aos cidadãos. Começa nas escolas reforçando a educação cívica. Ensinando o que custou a democracia. Demonstrando que ela é como o ar que respiramos: todos a respiramos e a partilhamos, mas só lhe daremos verdadeiro valor se, um dia, a deixarmos de ter.

Por isso temos de a proteger das suas próprias fragilidades e contradições. Temos de ter uma postura ecológica combatendo a poluição que é a abstenção. A democracia não é um dado adquirido. É necessário lutar por ela todos os dias do resto das nossas vidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que vou dizer a seguir é o meu contributo para a democracia. Vou expressar a minha incomodidade em relação a alguns assuntos, em nome dos eleitores que me elegeram. Não falo por todos, falo por alguns. Não se esqueçam que a democracia é para todos.

Sempre achei que, uma vez chegado ao Parlamento, a minha voz, e a dos que represento, seria ouvida nesta casa da liberdade se as causas fossem inequivocamente justas. Só quando se ouvem os outros e se age no sentido de resolver os problemas concretos é que a democracia se cumpre.

Constato, com grande pena e desilusão, que nem sempre é assim. Trabalho, neste Parlamento, em condições de absoluta desigualdade. A delegação desta Assembleia na ilha do Corvo é um direito estatutário, uma condição de igualdade para mim e para aqueles que represento.

Digo-vos, que cada dia em que os deputados usufruem de algo que me é negado por inércia, incompetência, cálculo político ou qualquer outra razão é uma negação da igualdade e da democracia neste Parlamento.

Lembrem-se, todos os dias que se sentarem nos vossos gabinetes e utilizarem os meios que a democracia colocou à vossa disposição, lembrem-se que – nesse mesmo dia – isso me foi negado.

Lembrem-se que cada vez que puderem ficar junto dos vossos filhos, porque podem participar numa sessão por videoconferência, lembrem-se que isso me foi negado.

Lembrem-se, quando se sentarem nos vossos gabinetes na próxima segunda-feira, que eu não terei essa possibilidade, apesar da lei me reconhecer esse direito.

Espero, há sete meses, pela vossa consciência. Espero, há sete meses, que me sejam dadas condições para desenvolver o meu trabalho parlamentar na ilha onde vivo e quero viver, aconteça o que acontecer.

Não se esqueçam de adicionar, por cada dia que passa, uma parcela de desigualdade na nossa democracia.

A abstenção também se combate assim, agindo contra a desigualdade. Agindo contra a injustiça. Tudo isso deveria começar neste Parlamento. Se o preconceito, a negligência e a desigualdade triunfam assim no nosso Parlamento, então algo vai de facto mal no nosso sistema político.

Disse.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Disse muito mal!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, eu gostava de fazer um brevíssimo esclarecimento à Câmara, porque o assunto da delegação da Ilha do Corvo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão trouxe aqui tem sido conversado, designadamente na última conferência de líderes e, portanto, gostava de dizer que é, naturalmente, intenção da Assembleia ir de encontro às necessidades dos dois deputados da Ilha do Corvo e dar cumprimento ao Estatuto Político-Administrativo, no sentido de se criar uma delegação nessa ilha.

O meio revela algumas especificidades. Talvez não seja por acaso que essa criação ainda não aconteceu ao longo de trinta e poucos anos de autonomia.

No entanto, também acredito que essas especificidades não são inultrapassáveis e, portanto, deve-se continuar a trabalhar para que isso seja feito.

Neste momento a Assembleia tem em curso uma diligência, aliás, proposta pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, e eu sei que, na sequência dessa diligência, a Direcção Regional do Orçamento e Tesouro, que tem a seu cargo a gestão do património da Região, incluindo o afecto a esta Assembleia, tem feito diligências. Não tenho dúvidas que rapidamente teremos uma resposta e quer através dessa via, quer através doutras, eventualmente, nós havemos, com certeza, de conseguir resolver o problema da delegação desta Assembleia na ilha do Corvo.

Agora, não creio nem me parece legítimo nem justo que possam pedir a este Presidente e a esta Mesa que o façam de um momento para o outro, de um dia para o outro, sobretudo atendendo às próprias dificuldades que os meus antecessores e esta instituição também sentiu no passado.

Portanto, é um assunto que não está esquecido, é um assunto no qual se está a trabalhar, é um assunto no qual o próprio Presidente da Assembleia também está empenhado e tenho a certeza que com ele está a Mesa e os Srs. Deputados. Este assunto há-de ser resolvido no tempo certo pelas razões próprias e, infelizmente, o assunto não será apressado nem, com certeza, atrasado por questões políticas ou por manifestações apenas de vontade, porque estas não chegam para o resolver.

O assunto continua a ser tratado e espero que o mais rapidamente possível esteja ultrapassado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sua sequência da sua intervenção, Sr. Presidente, eu gostava de dizer o seguinte:

Em relação a este assunto reafirmo aquilo que acabei de dizer: existem condições objectivas de desigualdade no exercício das funções parlamentares.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado!

O Orador: Este assunto é incómodo.

Façam-me a justiça de me deixar pronunciar sobre esta questão, dizendo o seguinte:

Em relação a esta questão já se passaram 7 meses e toda a gente tem a consciência de que ela se poderia resolver com mais celeridade.

Estou absolutamente convencido que esta questão já não está resolvida por questões políticas.

É este tipo de atitudes que desprestigia a democracia, quando se desprestigia a igualdade e não se dá as mesmas condições a todos os cidadãos, incluindo os parlamentares. O que eu tenho que condenar é fundamentalmente esta desigualdade em relação às ilhas que compõem este arquipélago e é fundamentalmente também uma desigualdade premente em relação àquelas que são as condições de trabalho.

Parece-me que o Sr. Deputado Hernâni nestas questões é fundamentalista e só vê para um lado, vê sempre para o lado do Governo e vê sempre as coisas numa forma absolutamente fundamentalista e que eu condeno e digo-lhe já que considero essa sua atitude indigna.

Quando o senhor sabe perfeitamente que existem estas condições de desigualdade, vem para aqui explicar que eu quero mais, quero menos ou que quero isto ou aquilo, mas o que eu estou a pedir é um direito estatutário, que se aplique os direitos estatutários e que se tenha, em relação a esta questão, a celeridade que ela merece e que dêem igualdade a todos os parlamentares.

Se fosse o caso de outra ilha ou de outro deputado, tenha a certeza absoluta de que eu estaria a fazer o mesmo discurso, porque a eternização desta situação é de uma injustiça gritante.

Presidente: O Sr. Deputado Hernâni Jorge pede a palavra para?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

(* **Deputado Hernâni Jorge (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha interpelação vai no seguinte sentido.

Já que o Sr. Presidente há pouco esclareceu o Sr. Deputado Paulo Estêvão na sequência da sua intervenção, gostaria também que esta Assembleia ficasse esclarecida que as débeis condições de funcionamento das delegações desta Assembleia, não são só na ilha do Corvo. A ilhas do Pico, Graciosa e outros deputados, noutras circunstâncias estão desde há anos a lutar para que sejam melhoradas as suas condições de trabalho, alguns deles sem nenhuma condições, trabalhando ao longo de anos.

A situação do Sr. Deputado Paulo Estêvão não é ímpar, não é justa para com os deputados, designadamente do Corvo e de outras ilhas, que ao longo de anos têm lutado para a melhoria das suas condições de trabalho, porque quem o ouça parece que ele é o único que ao longo de alguns meses e não ao longo de anos como outros, tem vindo a trabalhar com grandes dificuldades, com poucas condições, mas pondo a autonomia e os interesses dos açorianos acima de quaisquer caprichos pessoais.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito. Seja breve.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Muito rapidamente para dizer ao Sr. Presidente que alguém tentou, de forma cosmética, comparar situações que não são iguais e é preciso que fique bem claro que esta situação do Corvo é completamente diferente das restantes, porque nas outras existe delegações e na ilha do Corvo não existe.

Esta é que é a grande diferença.

Portanto, esta é uma intervenção demagógica, inaceitável e que demonstra o fundamentalismo e a desigualdade que alguns deputados, nomeadamente o Sr. Deputado Hernâni, colocam nestas questões.

Presidente: Srs. Deputados, foi feita uma interpelação à Mesa. Esta era mais uma interpelação ao Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Relativamente à interpelação à Mesa, é evidente, Sr. Deputado Hernâni Jorge que ao nível das instalações das delegações, inclusive das instalações da sede nós temos um percurso a percorrer e creio que vamos fazê-lo.

Há necessidade de intervenção em várias delegações, a do Pico é uma delas, a da Graciosa também, S. Jorge também tem uma solução que não é a ideal, a Terceira tem um solução que não é a ideal, sobretudo a partir do momento em que também tem lá, durante uma parte da semana, o gabinete da Presidência.

Portanto, há aqui uma série de melhorias a fazer que eu espero, designadamente com a aprovação do nosso plano e orçamento, onde se prevê o quantitativo de 500 mil euros no plano dos equipamentos, possa paulatinamente começar a ser feito e a ser melhorado.

Aproveitava também para dizer que é evidente que há objectivamente algumas desigualdades: o sistema de vídeo-conferência não é igual em todas as ilhas. Há um sistema na sede e nas delegações de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo que não é o que se passa, por exemplo, na Graciosa ou nas Lajes do Pico.

Devo dizer que, como Presidente da Mesa, faço muitas reuniões da Mesa em que os dois Srs. Secretários estão em audio-conferência e não em vídeo-conferência, porque nós ouvimo-los e eles ouvem-nos, mas nós não os conseguimos ver, face ao sistema tecnológico também que lhe está disponibilizado nas respectivas ilhas.

Apesar de tudo é um sistema que tem funcionado, que tem permitido que nós reunamos.

Efectivamente as condições não são iguais, mas é obrigação desta Assembleia, e eu estarei empenhado nisso, em, dentro do possível, do razoável e o mais rapidamente também que for possível, tornar essas condições, face às realidades o mais equivalentes possível e respeitar, naturalmente, a lei e o nosso Estatuto Político-Administrativo.

Creio que podemos passar para o ponto seguinte.

Terminadas as declarações políticas, passamos ao período de intervenções para tratamento de assuntos de interesse político relevante.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para uma intervenção.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Decorreu no passado fim-de-semana o IX Congresso da Juventude Socialista Açores. Foi um momento importante de debate e de reflexão para esta organização partidária de juventude a que tenho a honra de presidir.

J.S. é sinónimo de liberdade, de democracia, de valores progressistas e de defesa intransigente das novas gerações.

O legado histórico desta organização é enorme e deu um contributo significativo para o progresso do nosso País e da nossa Região.

Quem o não vê, quem põe em causa a nossa existência, o nosso discurso e as nossas ideias, das duas uma: ou gostava de ter sido jovem socialista ou, então não foi o jovem que um dia podia ter sido. ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Presunção e água benta...! Foi o mergulho na terapia!

Deputado Clélio Meneses (PSD): E há aqueles que já quiserem ser da JSD!

O Orador: Temos pena, mas não podemos fazer nada. Eu sou, tu és, nós somos Açores foi o tema da moção que propus ao congresso e que foi aprovada por unanimidade. Essa unanimidade não é motivo para regozijos ou para auto-contemplações. É sim motivo de grande responsabilidade.

Nós somos açorianos! Nós somos parte integrante da Juventude Açoriana e somos garantidamente defensores de todos os jovens: dos que têm o cabelo cortado à escovinha; dos que têm cabelo com madeixas; dos que usam gravata; dos que calçam chinelos; dos que têm tatuagens; dos que andam na faculdade; dos que trabalham na lavoura, dos que são pescadores; dos que têm problemas de toxicodependência. Para nós não há diferenças! Defendemos todos: de Santa Maria ao Corvo. Para a JS a Juventude é o futuro. Nada deve ser feito sem ela e não tem sentido fazer algo contra ela. Cá estaremos, como sempre temos estado, desde há 35 anos, a defender os jovens açorianos e a Região Autónoma dos Açores.

Todos sabemos que muito foi feito em termos de políticas de juventude nos Açores, mas todos sabemos, também, que é necessário ter a humildade de reconhecer que muito mais há para fazer. Mas, é preciso que se continue a pensar e a perceber aquilo que desde sempre temos defendido: Política de Juventude é um conceito abrangente, que radica mais na perspectiva política do que na sempre redutora ideia de que à juventude e aos jovens cabe discutir apenas o que no imediato lhes diz respeito.

Às Juventudes Partidárias cabe a tarefa de trazer ao Parlamento Açoriano uma visão diferente da nossa comunidade.

A visão dos jovens que têm actividade política e não a visão de políticos jovens!

Ser jovem açoriano hoje é muito diferente do que era há apenas 10 anos. Os desafios desta década são desafios globais. Competir na qualificação, no emprego, no acesso à informação, na qualificação e na educação são hoje desafios comuns a milhões de jovens europeus que em nada diferem dos jovens açorianos.

Juventude é um conceito social que ultrapassa o fenómeno demográfico. Requer novas perspectivas constantes que reforcem o papel dos jovens como sujeitos da vida política, social, económica e cultural da sociedade em que estão inseridos, acompanhando a normal evolução dos tempos que se tem revelado profundamente descontínua, onde tudo muda e acontece rapidamente.

Na busca constante deste objectivo global, temos de afirmar alguns eixos estratégicos para a Juventude açoriana nos próximos anos.

- O grande desafio da **emancipação jovem** onde o emprego e a habitação assumem uma importância vital.

Emprego e condições de empregabilidade para uma juventude açoriana cada vez mais qualificada são fundamentais.

Defender o emprego jovem, criar mecanismos facilitadores de emprego jovem e combater de forma veemente situações laborais injustas, abusivas e precárias de jovens deve ser um dos nossos grandes desígnios.

Aliado a esta matéria, o aprofundamento de programas sócio-habitacionais com discriminação positiva para os jovens e casais jovens são fundamentais.

É com emprego e habitação que os jovens regressam, se fixam, inserem-se na sua comunidade e contribuem para o bem comum.

Igualdade é outro eixo crucial. As reflexões sobre as desigualdades sociais, não sendo um exercício exclusivo do presente ou do passado, devem ser uma evidência do futuro e uma preocupação de sempre.

Este é o momento de reafirmar a Igualdade nas suas mais diversas vertentes, de género, territorial, de acesso aos recursos, nos direitos, liberdades e garantias e na dignificação humana como um dos mais importantes desígnios dos tempos modernos.

O conceito de **Sustentabilidade** – Devido à crescente escassez de recursos que uma evolução desregulada tem proporcionado, exige-se grande atenção aos equilíbrios ambientais.

Muitas vezes, a vontade do homem sobrepõem-se à quantidade de recursos existentes. Cabe aos jovens dar o exemplo e promover uma Agenda Política verde e ecológica de preservação ambiental, onde as novas gerações têm responsabilidades acrescidas.

É imperativo, também, introduzir **Novos Paradigmas**, de forma irreverente e inconformada. Temos de defender novos paradigmas e novas perspectivas na actividade política.

Novos métodos, novas mensagens, aproveitamento dos novos mecanismos tecnológicos disponíveis, sempre com o propósito de melhorar a vida dos jovens. Novos paradigmas no sistema político que nos rege que aumentem a participação e a motivação das novas gerações para a actividade política e cívica, bem como novas perspectivas em diversos sectores que dizem respeito à Juventude em áreas cruciais.

Decorrente destes novos paradigmas o eixo da **Proximidade** tem de ser uma constante.

Ouvir, prestar contas, receber contributos das novas gerações é, com certeza um exercício enriquecedor.

Os agentes políticos têm de reflectir e os jovens têm de perceber que é Bom participar, é bom decidir, é bom ser activo no exercício de cidadania.

É Mau, é Mau ficar de fora, recusar participar, recusar dar uma opinião, recusar fazer-se ouvir.

Todos, todos, sem excepção, têm de reflectir sobre os processos de participação porque todos, todos, sem excepção, têm grandes responsabilidades.

Não podemos, durante anos, reivindicar direitos e quando os temos desconsiderá-los de forma inaceitável. Não podemos desrespeitar aqueles que lutaram, debaixo de fortes repressões, pela liberdade e pelo simples direito de poder decidir, de poder votar livremente, direito que não está circunscrito à esfera dos direitos é também, um dever.

Este é um processo de responsabilidade bi-partida entre agentes políticos e eleitores.

Queremos uma Revolução. Defenderemos uma revolução.

Afirmaremos uma Revolução de Mentalidades que permita uma região culturalmente rejuvenescida e que combata de forma feroz aqueles que querem impor uma vivência a preto e branco no país e na Região, que acreditam que o casamento só serve para procriar,

que não têm uma vivência saudável e responsável com a sexualidade, que fomentam estigmas sociais em relação às minorias e aos grupos de risco ou que querem, porque lhes dá jeito, interromper a democracia por seis meses;

Esses, que por ai andam e que por cá andam, ainda vivem inebriados pela poeira salazarenta que, de quando em vez, paira no ar. Esses têm de ser combatidos ferozmente. E nós, JS, estamos como sempre estivemos, prontos para alertar as consciências contra os pobres de espírito e contra aqueles que são os mensageiros do mais bacoco e quadrado conservadorismo.

Por isso, a defesa da liberdade, da democracia, das novas gerações e de uns Açores cada vez melhores para viver sempre foram e continuarão a ser o nosso principal desígnio.

Com a irreverência normal das novas gerações e com o inconformismo que caracteriza a juventude continuaremos empenhados na melhoria da qualidade de vida das novas gerações. São várias as teorias que põem em causa a existência das organizações partidárias de juventude e que, normalmente de forma ignorante ou mal intencionada, classificam de forma depreciativa a nossa acção. Quanto a isso, é um facto inegável que a história da Juventude Socialista se confunde com a história da democracia em Portugal, da irreverência e do inconformismo constante que as novas gerações sempre imprimiram à sua acção política. Não temos dúvidas que o panorama político nacional e regional seria bem diferente, para pior, sem a Juventude Socialista, da mesma forma que esperamos e desejamos que todos os partidos, independentemente da sua matriz ideológica, dêem espaço aos seus jovens e garantam o funcionamento dinâmico das suas organizações políticas de juventude.

Com isso ganharemos todos porque estamos certos que uma juventude participativa é sinónimo de uma sociedade desenvolvida.

Estamos certos que os jovens de hoje são a geração melhor preparada de sempre e que, utilizando essa preparação com responsabilidade, conseguiremos ter uma sociedade mais desenvolvida e culturalmente mais rejuvenescida.

Mais Juventude é sinónimo de Mais Desenvolvimento.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Conforme é hábito, a respeito do PTAP, eu agradecia que, com excepção do Sr. Secretário Regional da Presidência e dos Srs. Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares, quem queira participar no debate a respeito desta intervenção, faça o favor de se inscrever agora.

Tenho apenas inscrito o Sr. Deputado Cláudio Almeida a quem dou a palavra.

(*) Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais quero dar os parabéns ao Deputado Berto Messias pela reeleição à frente da JS e que isso seja bom para o trabalho em prol da juventude açoriana e para o debate de ideias e propostas no apoio à juventude.

Também lhe quero dar os parabéns por a sua moção ter sido eleita com 100%, porque acho que nem o Fidel Castro conseguia um feito como este.

Sr. Deputado, concordo plenamente com as preocupações que trouxe aqui, preocupações reais da juventude.

Aproximação à extrema esquerda:

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado veja se arranja outros argumentos. Isso é cassete!

O Orador: Cassete é o que o senhor faz todos os dias!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Preocupa-se com a juventude açoriana e deixe o Fidel Castro!

O Orador: Concordo plenamente com as questões que foram aqui trazidas pelo Deputado Berto Messias sobre a juventude açoriana, preocupações essas que também são as do PSD e da JSD já há alguns anos até hoje. São preocupações que, passados 13 anos, este Governo ainda não as conseguiu resolver, preocupações com questões como a habitação jovem e arrendamento jovem em que o PSD inclusive apresentou na passada sexta-feira uma proposta sobre esta questão, preocupações como a questão da fixação dos jovens que hoje em dia as ilhas mais pequenas estão a ficar desabitadas, estão a ficar sem população e parece

que só agora é que o Partido Socialista e a JS viu esta problemática, coisa que o PSD tem vindo a alguns anos a batalhar neste sentido.

Questões como os transportes aéreos, transportes marítimos mais barato para os jovens estudantes, maior capacidade de carga nos aviões da SATA e da TAP para os estudantes que estudam no Continente. Isto é também uma preocupação da juventude açoriana e dos jovens que estudam no Continente.

Em relação à questão duma maior empregabilidade dos jovens nas ilhas mais pequenas, o que é que este Governo tem feito para que os jovens sejam empregues e se possam fixar nas ilhas mais pequenas? É o Estagiar L e o Estagiar T que passou para dois anos, que nem sequer os jovens têm direito a férias ou um período de descanso, nem descontam para a segurança social. É esta a política de emprego e de apoio aos jovens que os senhores querem?

Há mais:

Questões fundamentais como a educação, taxas de insucesso escolar, o alcoolismo juvenil que hoje em dia é cada vez maior. Estas são preocupações da juventude açoriana.

As toxicodependências também são uma preocupação da juventude açoriana e o que é que os senhores têm feito? Nada nesse aspecto.

O Sr. Deputado Berto Messias quando na sua moção fala, por exemplo, em garantir a igualdade de acesso à rede de banda larga em todas as ilhas, e então as Flores que anda há anos à espera do cabo de fibra óptica?

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): O senhor não lê os documentos do PSD. Não conhece uma senhora chama Berta Cabral!

O Orador: É assim que querem garantir a igualdade das novas tecnologias em todas as ilhas?

Quando referem que temos de contribuir para defender os jovens que enfrentam diariamente situações de trabalho precário, é com dois anos do estagiar L e do estagiar T, sem descontos para a segurança social e sem direito a férias, que querem resolver as situações de trabalho precário? Acham que isto não é trabalho precário? O que é que ao fim dos dois anos acontece ao jovem? Sai da empresa, vai para a rua e não fica lá a trabalhar. É com isto que os senhores resolvem o trabalho precário?

Deputado Francisco César (PS): O senhor conhece as estatísticas?!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados.

São estas as preocupações, as preocupações do Partido Socialista e da Juventude Socialista. Levaram 13 anos, já a caminho dos 16, para perceberem que efectivamente estas são, de facto, preocupações da juventude açoriana e nós não podemos admitir isso, porque já estão há quase 16 anos no Governo e não conseguiram resolver essas situações.

Deputado Francisco César (PS): Não havia estágios antes!

O Orador: Srs. Deputados, quando eu ouço o Presidente do Governo Regional a dizer no Congresso da Juventude Socialista que a abstenção é estúpida e que as pessoas não foram votar são estúpidas,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Não foi isso que foi dito!

Não apoiado! Não sabe ler Sr. Deputado!

O Orador: ... é isso que os senhores querem para a juventude? É assim que querem chamar a juventude à participação política? É chamando de estúpidos aos jovens que não foram votar que querem chamar os jovens à política?

Deputado Domingos Cunha (PS): Um jovem com uma interpretação dessas é grave, é gravíssimo.

O Orador: Meus senhores, dessa maneira não chegam lá.

O que podemos concluir é o seguinte: os que não votaram são estúpidos e os que não são da JS são seres menores.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Almeida, com toda a franqueza, até porque já é a segunda vez que nos encontramos em hemiciclos e em debates e, portanto, isso faz com que tenhamos, presumo eu, uma relação de cordialidade e de certa forma de companheirismo nestas questões, vou ter que lhe dizer que o senhor é o Deputado mais jovem, mais velho que eu já vi na minha vida. Deve ser o deputado mais jovem, mais velho do mundo.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Sr. Deputado é velho na mentalidade, é velho nos argumentos, é velho nas ideias, é velho nos preconceitos. Usando uma metáfora, para ser mais ilustrativo, digamos assim, o Sr. Deputado faz-me lembrar aquela personagem dum conto de pó e que depois foi adaptado ao cinema, o Benjamin Button que nasceu velho e que depois foi ficando mais novo ao longo da vida e acabou por morrer novo. O Sr. Deputado ainda vai na parte só do nascer velho. Ainda não se nota nenhuma aproximação a qualquer tipo de juventude.

Deputado João Costa (PSD): Por que é que diz isso, Sr. Secretário?

O Orador: As suas ideias no início eram só um incómodo, agora começam a chocar-me, porque o senhor é uma máquina de preconceitos.

O senhor acha que a toxicodependência é um problema grave, nós também achamos, mas o senhor acha que se resolve com cadeia.

O senhor acha que o apoio social é uma questão séria, nós também achamos, mas o senhor acha que o apoio social se resolve pondo os malandros na rua.

O senhor trata as pessoas que têm necessidades como malandros e como aproveitadores.

O senhor trata os toxicodependentes como criminosos, o senhor trata tudo o que é diferente com preconceito, o senhor não pode representar, julgo eu, muita juventude nos Açores, porque a juventude dos Açores não pensa assim, felizmente, e eu conheço-a bem e cada vez melhor e não encontro esse discurso em nenhuma parte dos jovens com quem tenho contactado, inclusivamente jovens que são da sua filiação partidária e ideológica.

Aliás, sobre essa matéria também gostava de dizer que o senhor não é social-democrata. Se é social-democrata, não parece. O seu discurso é tudo menos social-democrata.

Deputado João Costa (PSD): O senhor é que sabe tudo!

O Orador: Presumo que será a ala direita do PSD, mas uma coisa já a caminhar para fora da matriz ideológica e daqueles que são os princípios que eu reconheço que o PSD defende e que em certa medida são coincidentes com alguns daqueles que defende o meu partido.

Para ser mais concreto, e indo à matéria política, porque o senhor acaba sempre por fazer respingar as suas intervenções para cima da política de juventude do Governo, o senhor começa com um ar manso e de grande simpatia institucional e acaba sempre por dizer a mesma conversa, ou seja, que o Governo não fez e não faz nada na juventude.

A única coisa jovem que realmente o senhor tem revelado é a sua memória que não consegue ir muito ao passado, não tem muita idade a sua memória e vou relembrar-lhe

alguns factos que ajudam a perceber que esforço e que importância tem tido a política de juventude nos Açores desde que o Partido Socialista é Governo:

Em 95 era governo o PSD...

Deputado Costa Pereira (PSD): Outra vez?

O Orador: É bom lembrar, porque são coisas que o Sr. Deputado não sabe ou cuja memória não consegue abarcar.

... e havia 57 entidades parceiras de juventude a trabalhar com o Governo. Hoje em dia, graças ao estímulo ao associativismo jovem, graças às políticas de mobilização de jovens, graças à proliferação de associações apoiadas pelo Governo Regional, existem 2146 entidades parceiras na ocupação de jovens.

Deputado João Costa (PSD): E os resultados?

O Orador: Podemos ainda dar outros dados:

Em 95 havia 4 mil jovens em associações de juventude nos Açores, ...

Deputado Costa Pereira (PSD): E quantos “magalhães” havia? Compare também com o Magalhães!

O Orador: ... em 2007 existiam 21 mil. Se isso é produto do ar, não creio. Se isso não o impressiona, então não está a ser sincero, porque, de facto, só pode impressionar o estímulo que foi dado ao associativismo jovem, a quantidade de projectos que temos em curso, os apoios que concedemos e a dinâmica que se nota nessa faixa etária, na concretização dos seus projectos e nos apoios que são concedidos.

Portanto, esse discurso é um discurso de má fé, é um discurso repetido à exaustão como o senhor vem fazendo, que se torna cada vez mais inócuo e, deixe-me que lhe diga, cada vez mais bacoco que não serve para nada.

Se o senhor acha que isso é um serviço que presta à sua associação política de juventude, não me parece, porque esse discurso não muda, esse discurso não se altera com os factos que vão sendo transmitidos e demonstra apenas teimosia e má fé.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar retribuir os cumprimentos do Sr. Deputado Cláudio Almeida por quem tenho estima pessoal, mas quero dizer-lhe o seguinte:

O senhor continua a insistir no mesmo erro. Pela terceira vez nesta Assembleia diz que o Governo fez zero em termos de política de juventude, agora diz que fez nada, mas nada e zero julgo que é sinónimo.

Aliás, o património deste Governo desde 96 a esta parte é gigantesco em termos de política de juventude e eu não vou estar aqui outra vez a falar de todos os pacotes de medidas de discriminação positiva para a juventude, ...

Deputado João Costa (PSD): Fale dos resultados!

O Orador: ... no âmbito da participação jovem, da participação, da mobilidade jovem, etc.

O senhor vai ter é que explicar aos jovens que frequentam os programas da OTL jovem, que frequentam os intercâmbios juvenis, os 12 mil jovens que têm hoje o seu cartão inter-jovem, os 21 mil jovens que estão nas associações juvenis dos Açores, os 65 mil jovens que já acederam à rede de informação juvenil nos Açores, os jovens que frequentam os 31 postos de informação juvenil nos Açores e os jovens que frequentaram o Estagiar L como **programa de estágio**, cujos 87% desses jovens têm hoje o seu emprego.

Enfim, o senhor vai ter que explicar a todos esses jovens que os Açores não têm política de juventude. É a sua visão que nós recusamos frontalmente.

A política de juventude nos Açores, como é sabido, tem tido uma profunda evolução paradigmática.

Hoje os jovens estão encarados como centrais porque participam nas decisões.

Os Governos do Partido Socialista introduziram métodos em que os jovens, de facto, tomam decisões no âmbito de política de juventude.

Ao terminar esta minha intervenção quero ainda dizer o seguinte:

O Sr. Deputado em Dezembro, quando nós discutimos aqui políticas de juventude, quase que gritou histericamente sobre o problema da abstenção nas últimas eleições regionais. Eu agora não o ouvi dizer que continuava a ser um problema para si a abstenção nas eleições europeias.

Era só esta nota que queria aqui deixar.

Deputado João Costa (PSD): A sua intervenção foi sobre a JS.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(* **Deputado Cláudio Almeida (PSD)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando as ideias e as nossas opiniões começam a chocar o partido do governo, quer dizer que está, de certeza absoluta, a fazer moça no partido do governo. Para estar assim a chocar tanto só pode estar a fazer moça.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Deputado, ideias de extrema direita não chocam!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, ainda gostava que o senhor me explicasse aqui o que é entende por evolução paradimática. É só um aparte.

O senhor na sua moção refere que a nossa Região Autónoma anda a duas velocidades. Mais uma vez o senhor vem-nos dar razão do que é que se passa na nossa Região Autónoma: dum lado temos as ilhas mais pequenas que não conseguem evoluir, não conseguem captar investimento público, não conseguem captar a atracção dos jovens para se fixarem, ...

Deputado Berto Messias (PS): Não é isso que está lá escrito!

O Orador: ... não conseguem ter melhores acessibilidades e, do outro lado, temos ilhas como S. Miguel e Terceira que têm bastante investimento público, conseguem captar a atracção dos jovens, conseguem captar o investimento privado.

Sr. Secretário Regional da Presidência, quando o senhor diz que eu não pareço um jovem, o senhor não parece um velho também, o senhor não parece um Secretário Regional da Presidência velho.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado.

O Orador: Não sei se o senhor sabe ou não, mas tive um percurso ao longo destes anos junto da juventude. Tal como o senhor, fui escuteiro e ainda faço parte dum agrupamento de escuteiros, fiz parte da Federação Regional de Estudantes, fiz parte de associações de juventude, ou seja, tive sempre rodeado pelos jovens e continuo ainda hoje em dia. Só os senhores é que, se calhar, ainda não estão rodeados por jovens, porque não percebem e ainda não perceberam as reais preocupações da juventude.

O apoio ao associativismo juvenil é muito importante, sim senhor, mas os jovens querem ver as suas preocupações resolvidas e hoje em dia elas não estão a ser resolvidas da melhor forma.

Deputado Berto Messias (PS): Diga lá como é que se resolve!

O Orador: Os senhores têm que meter na sua cabeça que é preciso ir ao encontro das pessoas e da juventude açoriana, é preciso resolver os seus problemas. Os senhores têm que meter isso na sua cabeça e enquanto não o fizerem vão levar sempre na cabeça.

Srs. Deputados, é preciso voltar aqui a referir que o Presidente do Governo chamou estúpidas às pessoas que não foram votar. É uma realidade.

As pessoas que não foram votar não são estúpidas, apenas estão desacreditadas neste Governo do Partido Socialista.

Srs. Deputados, o que se passou no Congresso da JS, quer a intervenção do Vice-Presidente do Governo Sérgio Ávila, quer a intervenção do Presidente do Governo Regional, é uma falta de respeito. As palavras proferidas no Congresso da Juventude Socialista, quer pelo Presidente do Governo Regional, quer pelo Vice-Presidente do Governo, foi uma falta de respeito.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que tinha a dizer sobre alguma coisa de fundo que terá dito o Sr. Deputado Cláudio Almeida já foi dito na minha primeira intervenção, agora trata-se de uma questão de justiça e de esclarecimento dum afirmação que já tinha sido grave e deselegante da primeira vez e tornou-se mais grave e deselegante da segunda vez.

Essa participação no encerramento do Congresso da JS que o senhor refere e afirmação de que o Presidente do Governo teria chamado estúpidos aos jovens dos Açores é mentira.

Deputado João Costa (*PSD*): O acto é que era estúpido e quem pratica o acto não é inteligente!

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Não é mentira, é a realidade!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Quem pratica o acto estúpido como é que se chama? Inteligente?

O Orador: Sr. Deputado, esta casa e os açorianos ficam a saber que isso é mentira. O Sr. Presidente do Governo não chamou estúpido a ninguém, apenas limitou-se a descrever, na sua opinião, o que será um comportamento em que as pessoas abdicam de decidir o seu

futuro e colocam a decisão sobre o seu futuro nas mãos de outras pessoas. Essa é que é a questão fundamental.

Estes é que são os factos e, portanto, fica-lhe muito mal vir a esta casa alegar em seu proveito, porque o que se trata aqui, não é de defender a suposta honra dos jovens dos Açores que não ficou manchada, é de procurar aproveitar demagógicamente, dizendo uma mentira em seu proveito pessoal e em proveito da sua força de juventude partidária para fazer política e com isso, nem sendo jovem ou pouco experiente, o Governo não pactua.

Quero que fique esclarecido que a frase não foi essa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As afirmações que o Sr. Deputado Cláudio Almeida fez relativamente à evolução paradigmática e se for preciso eu explico devagarinho para perceber melhor, evolução paradigmática, na visão que temos sobre juventude, aliás, basta ler a minha moção e perceberá facilmente aquilo que estou a falar, da interdepartamentalidade na visão que devemos ter sobre a juventude, da transversalidade e coordenação governamental sobre tudo o que tem a ver com a área da juventude, bem como incluir os jovens nos processos de decisão relativamente às políticas de juventude a serem implementadas.

Aliás, suponho que o senhor, enquanto presidente de uma organização partidária de juventude, deve ler todos os guias que temos dos países mais avançados em termos de políticas de juventude e poderá ler alguns espanhóis e aí perceber exactamente do que é que eu estou a falar.

Para esclarecer a questão das duas velocidades, devo dizer-lhe que eu não disse nada disso que o senhor disse. Nós temos a região a duas velocidades, é um facto, temos as ilhas maiores, os grandes centros urbanos e temos as ilhas mais pequenas que precisam de outro tipo de atenção, que devem ter estratégias de discriminação positiva que aumentem a coesão territorial necessária e que aumentem também a fixação dos jovens. Não utilize subterfúgios argumentativos relativamente a isso, porque aquilo que eu disse é bem claro.

O senhor disse que era inaceitável as intervenções que os dirigentes do Partido Socialista tiveram no Congresso da Juventude Socialista e referiu-se àquela que falava sobre a questão

da liberdade. Pois, aquilo que eu sei, e, aliás, tenho aqui alguns colegas que viveram esse tempo, é que antes de 96 quem tinha cartão do PS era perseguido, os pais convidavam os filhos a não se filiarem no PS nem na JS, porque assim não teriam um emprego ou não teriam futuro. Era essa a postura que nós tínhamos.

A evolução paradigmática levou a que hoje tenhamos uma sociedade mais livre, mais justa onde todos podem dizer aquilo que entenderem e onde todos podem militar nas organizações políticas que entenderem.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(* **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que tiramos aqui deste pequeno debate é, em primeiro lugar, que mais uma vez o Governo Regional, em termos de política de juventude não está a ir aos reais encontros da juventude açoriana. Em segundo lugar, de facto, o Presidente do Governo Regional chamou de estúpidas às pessoas e aos jovens açorianos que não foram votar nas últimas eleições regionais.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade!

Deputado Rui Ramos (PSD): É uma consequência lógica!

O Orador: Em terceiro lugar, as declarações proferidas pelo Vice-Presidente do Governo, Sérgio Ávila, no último Congresso da JS não foram as mais felizes e foram, ainda por cima, corroboradas pelo Deputado Berto Messias.

Portanto, três infelicidades deste Governo do Partido Socialista e da sua bancada parlamentar.

Deputado José Lima (PS): Três mentiras que está a dizer pela boca fora.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte:

Eu limitei-me a fazer, na tribuna, uma intervenção séria sobre aquilo que a Juventude Socialista entende que pode e deve ser a política de juventude nos Açores. É isso que faremos com a postura de propositura que sempre tivemos.

Tenho pena que a JSD, pela voz do Sr. Deputado Cláudio Almeida, não tenha feito uma única proposta neste debate sobre aquilo que pode eventualmente melhorar nas políticas de juventude nos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Apresentámos uma sexta-feira!

O Orador: Crítica, crítica, destrói, destrói, diagnostica problemas, mas trabalhar sobre essas soluções, trabalho zero. Isso é que é zero, não são as políticas de juventude do Governo. O seu trabalho e o trabalho da JSD é que é zero em prol da juventude açoriana. Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Apresentámos uma sexta-feira e os senhores ainda não apresentaram nenhuma.

Presidente: Creio que não há mais pedidos de esclarecimento relativamente à intervenção do Sr. Deputado Berto Messias.

Assim sendo, passamos à intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou criticar, vou propor.

A actividade piscatória não tem sido muito exigente em termos de adequada formação profissional.

Talvez por esta razão, não se tem proporcionado aos pescadores a oportunidade de adquirirem as competências ajustadas e necessárias a um desempenho optimizado das suas funções a bordo.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Consequentemente, o sector das pescas sente cada vez mais uma carência de mão-de-obra qualificada, situação que também tem a ver com a dureza do próprio trabalho no mar.

Por isso, importa apostar na valorização, qualificação e habilitação técnica dos recursos humanos do sector das pescas, bem como na própria valorização da capacidade empresarial do sector, desenvolvendo acções de apoio técnico a agentes económicos e alargando o mais possível uma oferta formativa mais diversificada e adaptada a diferentes contextos e destinatários.

Para além dos cursos de curta duração, já ministrados aos pescadores, no âmbito da actividade da LOTAÇOR, torna-se necessário promover cursos de formação profissional aos níveis 2 e 3 do curriculum formativo do ensino técnico profissional.

Nos Açores, existem muitos e variados cursos profissionais, com uma rede de escolas profissionais dirigidas às mais diversas áreas, mas não destinados para as pescas. Por isso, deixo aqui este alerta, a fim de contribuímos para que este sector 2 seja valorizado e deixe de ser, aos olhos dos cidadãos, como um parente pobre da economia dos Açores.

Houve já uma tentativa de promover cursos de pesca na Escola Profissional da Ribeira Grande com a duração de dois e de três anos. No entanto, muito poucos chegaram ao fim, pois os alunos com menos apetência para irem para a escola aderiram, em alternativa, aos cursos de curta duração, ministrados pela LOTAÇOR, apenas com o fito de obterem rapidamente a cédula marítima, o que lhes permite exercer de imediato a actividade piscatória.

No Continente, o FORPESCAS, a entidade com vasta experiência na certificação de cursos, no âmbito das pescas, bem com na realização de acções de formação profissional com uma grande variedade de cursos no sector, foi extinta.

O governo da República acabou por criar o Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, designado por FOR-MAR, que é o novo organismo que passou a fazer a certificação da formação dos cursos técnico-profissionais e que resultou de um protocolo estabelecido entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Direcção Geral das Pescas e Aquicultura, homologado em Abril do ano passado.

Contudo, a abrangência desta nova entidade passou a circunscrever-se apenas ao território do Continente, com diversas delegações em várias cidades ligadas às pescas, onde existem escolas de formação profissional destinadas ao sector, localizadas, designadamente, nos portos de Viana do Castelo, Póvoa do Varzim / Vila do Conde, Matosinhos, Ílhavo, Figueira da Foz, Peniche, Sesimbra e Olhão.

Os Açores e a Madeira ficaram de fora, sem que exista nenhuma estrutura com as atribuições da coordenação da formação profissional no sector das pescas e com competência para ministrar formação nesta área aqui nos Açores.

Importa, por isso, criar nos Açores estruturas destinadas a leccionar cursos de segundo e terceiro níveis na área das pescas, de modo a possibilitar que os alunos fiquem equiparados aos nono e o décimo segundo anos, bem como proceder à respectiva certificação.

É preciso combater a ideia que esta área continua a desenvolver-se pouco e ser considerada pela sociedade como um sector marginal.

É preciso investir ainda mais nas pescas, mormente com a formação nos domínios da mestrança, marinhagem, máquinas marítimas, segurança básica, construção naval, transformação do pescado e aquicultura, porque só assim poderemos fortalecer e estruturar este sector, tão importante para a nossa economia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É na generalidade reconhecido que o mar é uma das grandes potencialidades dos Açores e deverá ser uma das suas principais fontes de desenvolvimento sustentado. As pescas deverão, por isso, contribuir para o fortalecimento da nossa economia.

Existem algumas entidades privadas disponíveis para na área da formação técnico-profissional, aguardando apenas o sinal e o estímulo para se lançarem na abertura de cursos de segundo e terceiros níveis, desde que exista nos Açores uma entidade certificadora credenciada.

Não podemos ficar inactivos, face à nova realidade legislativa nacional e o Governo Regional tem de se envolver nesta área de formação profissional, para que as pescas possam constituir mais um sector de progresso e desenvolvimento dos Açores.

O governo tem de continuar a investir neste sector, designadamente na formação para que esta actividade seja reconhecida e conquiste a dignidade que merece.

Este é um direito dos pescadores e é um dever de quem nos governa.

Disse.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

(* **Deputado José Gaspar Lima (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero congratular o Sr. Deputado António Pedro Costa por esta intervenção que trouxe aqui ao plenário. É sempre agradável ouvir falar-se sobre o sector das pescas nos Açores.

Queria dizer-lhe que, de facto, o Governo Regional do Partido Socialista ao longo destes últimos anos tem investido neste sector e tem investido não só na valorização da formação técnica nas pescas como tem investido também, como o senhor sabe, na modernização do respectivo sector.

Tem sido dado, ao longo destes anos, muitos cursos, como o curso de Aptidão Pescas, o Pescador C, cursos de Arrais de Pesca, motoristas, formação ao nível do maneo e da conservação do pescado.

De facto é necessário que sejam adaptados mais alguns cursos ao nível de formação para que alguns jovens, que ainda estão dentro deste sector, tenham condições para adquirir a sua cédula marítima. Isso está a acontecer.

O Governo tem dados sobre este assunto, penso que está a trabalhar nesta área e iremos chegar lá. De facto, é preciso controlar essa situação que traz às vezes alguns problemas, porque muitos destes jovens não podem, às vezes, estar inscritos na segurança social. Essa é uma questão que o Governo irá resolver e penso que dentro de muito pouco tempo teremos novidades sobre este assunto.

O Governo, de facto, tem investido e vai continuar a investir neste sector. Este sector tem crescido ao longo destes últimos anos e é um sector importante para o fortalecimento da nossa economia e tem fortalecido a nossa economia nos últimos anos.

Espero que todos nós continuemos a trabalhar em conjunto e vejamos o sector das pescas como um sector que tem grande importância para o nosso desenvolvimento, o que não acontecia há muitos anos atrás em que se via os pescadores como os pobrezinhos do nosso sector económico da Região.

Era só.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar a intervenção do Sr. Deputado dizendo que essa é uma preocupação que o Governo também partilha e para além dos investimentos que têm vindo a ser feitos na formação dos pescadores, que o Sr. Deputado acabou agora de mencionar, eu gostaria de lhes dizer que a criação desta nova instituição no Continente deixou e bem os Açores e a Madeira de fora, porque essas são competências dos nossos órgãos de governo próprio. Nós assumimos essas competências e ao fazê-lo obviamente que outros o não devem fazer.

Portanto, aquilo que aconteceu foi apenas o formalizar duma situação que, de facto, já existe.

Existe apenas uma área em que os órgãos de governo próprio, porque essa é uma matéria que terá necessariamente que passar por esta câmara, ainda não têm toda esta matéria devidamente regulamentada, que é a questão da certificação. Isso não está ainda regulamentado, porque é uma competência nova para a Região, uma competência que apenas nos foi conferida pela alteração estatutária que aconteceu o ano passado e é uma daquelas áreas que nós precisamos de regulamentar.

Esta Assembleia terá que legislar sobre a certificação dos homens do mar e sobre a questão de todos os certificados marítimos, quer na área das pescas, quer nas outras áreas, para que nós possamos depois assumir plenamente essas competências que recentemente nos foram estatutariamente atribuídas.

O Governo Regional tem neste momento em elaboração uma proposta de diploma sobre a matéria. É uma matéria complexa, é uma matéria que é inovadora na Região e que, naturalmente, demorará algum tempo até cá chegar, porque há um conjunto de matérias difíceis, do ponto de vista técnico, que têm que ser resolvidas.

Portanto, Sr. Deputado, não é uma matéria que esteja esquecida, é uma matéria que está em preparação e que aqui chegará dentro de um prazo razoável.

Em relação à formação profissional queria também dizer-lhe que nós nos Açores temos, felizmente, uma rede dupla que cobre toda a Região. Para além das escolas profissionais que existem na maior parte das ilhas, todas as nossas escolas do ensino regular podem, legal e estatutariamente, conferir cursos de formação profissional. É uma rede que cobre todos os

Açores e todas elas podem, se assim o entenderem, oferecer cursos de formação inicial, cursos de nível 2 e nível 3 na área das pescas.

Algumas das escolas, para além daquela que o Sr. Deputado aqui citou, nomeadamente a das Capelas que já o teve, creio que na Maia e aqui na Horta também já existiram e outras escolas já fizeram tentativas de ter esses cursos, o que acontece é que se verificou aquilo que o Sr. Deputado aqui apontou, ou seja, como os cursos são de 2 ou 3 anos competem mal com cursos mais curtos que dão o mesmo tipo de certificação profissional e, portanto, o que aconteceu foi um grande abandono dos cursos, cursos que se iniciaram com muitas dezenas de alunos, acabaram com muito poucos e as escolas ao longo dos anos foram desinvestindo dessa área.

Apesar disso, naquilo que são as prioridades da formação profissional, os cursos na área das pescas continuam na prioridade máxima, o que quer dizer que qualquer escola que queira oferecer esses cursos tem a sua oferta imediatamente aprovada, porque está considerado como curso prioritário para toda a Região. A nossa dificuldade tem sido o recrutamento de alunos.

Esta é uma área difícil do ponto de vista sociológico, difícil do ponto de vista cultural, e o Sr. Deputado bem conhece as dificuldades que existem na escolarização nas comunidades piscatórias, mas é uma das áreas que nós todos precisamos de continuar a investir, o governo e a sociedade e, particularmente, as famílias dos pescadores precisam de valorizar mais a formação dos seus jovens.

Esta é uma dificuldade que se sente em toda a Região, não é exclusiva de nenhuma das ilhas, e é uma dificuldade que até agora não foi possível ultrapassar.

Nós tivemos e temos em vigor um programa chamado “Pescar” que cria um conjunto alargado de ofertas na área da formação inicial de jovens pescadores, programa esse que tem tido um êxito muito reduzido essencialmente por falta de valorização dos cursos.

Com o estender da escolaridade obrigatória, eu creio que esta matéria terá também aqui algum desenvolvimento, porque – as comunidades piscatórias são aquelas em que mais jovens abandonam logo no final da idade da escolaridade obrigatória – ao estendermos essa idade até aos 18 anos há aqui um novo incentivo que espero que venha a ter peso nas escolhas das famílias.

Portanto, é muito bem-vinda a sua intervenção, é muito bem-vinda a sugestão que faz. Da parte do Governo Regional tudo faremos para que a oferta de cursos de nível 2 e de nível 3 seja tão alargada quanto possível e, particularmente, tudo faremos no sentido de aproveitar esta oportunidade que é criada com o alargamento da escolaridade obrigatória para, por essa via, canalizarmos mais jovens para essa formação, até porque, como muito bem disse, o mar é uma das nossas principais riquezas e nós temos todo o empenho em que haja mais jovens e jovens com uma formação mais alargada a entrar no sector das pescas.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta área da formação, não só nas pescas, mas formação nas questões do mar, tanto no que diz respeito às pescas como no que diz respeito ao tráfego comercial, é fundamental para a Região.

É evidente que, no que diz respeito às pescas, o Sr. Secretário já explicou e tem sido feita muita formação, basta ver a qualidade, em termos de conservação, com que o pescado chega hoje às nossas lotas. Isso quer dizer que muita formação tem sido feita na área da tecnologia das pescas e na área da conservação de pescado. Aí a Região tem feito esse trabalho em parceria com as associações das diferentes ilhas, com a Lotaçor, etc, etc. Esse trabalho tem sido feito e tem sido um trabalho bem feito e tem sido um trabalho que tem produzido excelentes resultados, ...

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... apesar das ligeiras quebras na quantidade de pescado, que é natural que aconteça, é ver a valorização que esse pescado tem sofrido ao longo dos últimos anos e essa valorização deve-se, sobretudo, à qualidade da sua conservação. Por isso tem sido feito um trabalho nessa área que tem tido resultados e tem sido um trabalho muito bem feito.

Agora, o que importa aqui é falarmos também de uma outra questão que é de importância vital para a Região, que é a certificação dos nossos marítimos em duas áreas distintas, na

área do tráfego comercial e na área das pescas, porque nós temos que formar esses profissionais pelo menos até ao nível do mestre costeiro para o tráfego comercial e do mestre costeiro pescador.

Portanto, nós temos que formar, mas também temos que ter a capacidade e a competência de certificar, porque não pode ser só formar e mandar os papéis a Lisboa para serem carimbados. Isso não pode continuar a acontecer. Nós temos que formar e ter a capacidade de certificar.

E mais:

Temos que ter a capacidade de até esse nível de embarcações que possam ser amestradas por esse tipo de profissionais e temos a capacidade também de aprovar esses projectos, de os fiscalizar, acompanhá-los e de os certificar na Região. Isso é vital para o desenvolvimento da nossa economia e nós temos que avançar nessa área.

Percebi claramente, pelo que disse o Sr. Secretário, que estão justamente aí a trabalhar, mas vamos ser claros: essa formação e essa certificação em nenhuma circunstância, para ser séria e formar gente capaz, pode ficar disseminada por uma infinidade de escolas profissionais espalhadas por essa Região. É preciso também ter consciência disso.

Esse é um interesse vital que a Região, do meu ponto de vista, tem que salvaguardar e tem que fazê-lo rapidamente. Isso é fundamental para o desenvolvimento económico da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar congratulo-me com a abertura do Governo regional para estas questões e com a legislação que está a ser preparada para que haja uma entidade certificadora nas áreas dos cursos técnico-profissionais de níveis 2 e 3 e minha grande preocupação é que existe um vazio legislativo.

Com a extinção do Forpescas é necessário que haja, de facto, essa entidade para que, de forma centralizada, possa certificar todos os cursos que as escolas profissionais queiram ministrar nas suas respectivas áreas.

Portanto, fico contente que a minha preocupação tenha servido para levantar esta questão e é também importante para nós sabermos que está a ser trabalhada a legislação relativa à

constituição de uma entidade que possa certificar esses cursos, porque qualquer uma das escolas pode, de facto, ministrar esses cursos na área das pescas com os níveis 2 e 3.

No entanto, com a extinção do Forpescas deixou de haver uma entidade certificadora legal para proceder a esta certificação. Daí que me congratulo com esta aposta do Governo.

Não vim aqui para dizer que não há formação, porque sei que existe vários cursos de pesca. Esses, sim, tem havido, mas a formação em termos técnico-profissionais nos níveis 2 e 3 deixou de haver e, por isso, congratulo-me com essa posição governamental.

Obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Foi pena que quando o senhor foi Presidente da Câmara não tenha pensado nisso.

Deputado António Pedro Costa (PSD): O senhor não esteve aqui.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos fazer um intervalo e retomamos os nossos trabalhos às 12 horas e 20 minutos.

(Eram 11 horas e 55 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 25 minutos)

Está inscrito para uma intervenção o Sr. Deputado Luís Silveira.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O assunto que trago hoje a esta Assembleia não é novidade para nenhum dos Senhores Deputados e membros do Governo, mas continua a preocupar a população agrícola de São Jorge.

O sector agrícola é um dos mais importantes, social e economicamente, nos Açores e, em particular, em São Jorge.

Os agricultores da ilha deparam-se, actualmente, com sérias dificuldades, nomeadamente, e entre outras, com falta de água para abastecimento às suas explorações.

Aproveitamos, por isso, para mais uma vez deixar-mos daqui um alerta à maioria e à governação por si suportada.

É lamentável que ao cabo de tantos anos de governação socialista, de tantos milhões anunciados e de alguns investimentos executados, no que respeita ao abastecimento de água à lavoura, subsista a teimosia de não implementar uma verdadeira e eficaz política governamental para o sector.

Os sucessivos anúncios do Senhor Secretário da Agricultura e Florestas não passam disso mesmo – anúncios –, não sendo menos grave a falta de intervenção e reivindicação, tendo em vista a resolução deste problema, dos Senhores Deputados do Partido Socialista eleitos pela ilha de São Jorge.

É certo que, neste momento, outras preocupações dominam a atenção dos respectivos Senhores Deputados, mas gostaríamos de lembrar que, em qualquer caso, os superiores interesses da ilha e dos jorgenses devem estar sempre em primeiro lugar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vejamos: Em 7 de Setembro de 2004, final do segundo mandato do Partido Socialista, o Senhor Deputado Manuel Silveira, em intervenção, nesta Casa, dizia que muito se tinha feito no abastecimento de água à lavoura, mas que nem tudo estava feito.

“Tenho a certeza que estão a ser dados passos seguros para que, no próximo mandato, este problema fique definitivamente resolvido”. Foram as palavras do Senhor Deputado.

Já em Julho de 2008, a três meses de findar o tal mandato que tudo iria resolver no que respeita a esta matéria, o mesmo Senhor Deputado, falando das Jornadas Parlamentares, realizadas em São Jorge, dizia: “falamos de Agricultura como e com quem sente e sabe o que é a Agricultura”.

De facto, acreditamos que falamos com quem sabe e sente as dificuldades dos Agricultores de São Jorge, mas desconfiamos que os auspícios de V.^{as} Ex.^{as} sirvam para continuar a ludibriar aqueles que já se vão sentindo enganados com tanta palavra bonita e tão pouca intervenção.

Mais recentemente, no manifesto eleitoral do Partido Socialista, para a presente Legislatura, está mencionado o seguinte: “reforçar o investimento nos sistemas de captação, armazenagem e distribuição de água agrícola”.

Outro lamento há que fazer: os Senhores Deputados do Partido Socialista eleitos pelos Jorgenses, fazem tábua rasa, outra vez, dos seus próprios compromissos, permitindo que se continue com políticas desastrosas no que se refere a uma matéria tão sensível como esta.

Mas há pior. E pior é os Senhores Deputados do Partido Socialista continuarem a acatar as decisões do Governo Regional de perpetuar os acordos com os Municípios das Velas e Calheta, fugindo assim à sua verdadeira responsabilidade, nesta matéria, que é a do abastecimento de água à lavoura.

Sabe-se que os Municípios, nas alturas mais críticas, ou seja no Verão, nem água têm para abastecer as populações, quanto mais a lavoura!

Porque não se faz em São Jorge o que se tem feito noutras ilhas: lagoas para retenção de água, assim permitindo um eficaz abastecimento nas alturas mais críticas?

De que servem os investimentos do IROA em redes de distribuição de água que custam milhões de euros, quando todos sabemos que se não houver captação de água para os mesmos, por parte do IROA, estas redes irão permanecer vazias, tal como estão, muitas vezes, os reservatórios espalhados nos perímetros de ordenamento agrário, e em outras zonas da ilha?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Jorgenses e o CDS-PP gostariam, por outro lado, ver também esclarecido pelos Senhores Deputados do Partido Socialista de São Jorge, qual a sua posição no que se refere aos Postos de Recolha de Leite, visto que é um compromisso do Senhor Secretário Regional, mas que até agora não passou de compromisso, estando mesmo, em algumas Freguesias, o leite a ser entregue em condições vergonhosas, pouco higiénica e perfeitamente contra os mais elementares procedimentos para manter a qualidade da matéria-prima, isto é, colocando em causa a qualidade do leite e do produto final que é o Queijo São Jorge. Aguardamos respostas.

Outro dos compromissos assumidos pelo PS, desde 2004, com os agricultores de São Jorge, é o da criação de uma Sala de Desmancha no Matadouro da ilha.

Tal infra-estrutura é da mais elementar importância para a melhoria e aumento dos rendimentos dos lavradores.

Criar condições para que os produtores de carne de São Jorge possam ver a sua carne exportada em carcaça e paga ao devido preço, à semelhança do que acontece em outras

ilhas, mais do que um desígnio público é um passo essencial para cimentar a economia insular.

Situação semelhante (ou seja, esquecido) ocorre com o Parque de Exposições de Gado, que até hoje não passou de promessa de manifesto eleitoral.

Já ao nível dos caminhos de penetração agrícola, ainda hoje assistimos em São Jorge a disputas e jogos do empurra entre quem é que tem responsabilidade em alguns deles, deixando-se, no entretanto, degradar os mesmos, chegando-se ao ponto de, por vezes, ser quase impossível circular nestes.

Há, por isso, que definir (e muito bem definido) a quem pertence cada um deles, tendo em conta que os agricultores continuam sem saber a que porta bater quando se deparam com os mesmos intransitáveis.

Perante isso, acabam por bater à porta daqueles que mais perto estão, ou seja, das Juntas de Freguesia, que vão fazendo o seu melhor com os fracos recursos que possuem, mas que, como bem sabe o Governo e o Senhor Secretário, não têm quaisquer responsabilidades na sua manutenção.

Outra das questões que muito tem afectado os produtores agrícolas é, a já frequente, a chegada tardia dos subsídios.

Actualmente, um produtor nunca sabe quando os vai receber.

Tal facto, que não deveria ocorrer da parte do Estado, até porque em sentido inverso o Estado é intransigente, incute várias dificuldades aos empresários agrícolas que se vêem a braços com contas para pagar a fornecedores e salários em atraso aos funcionários, tendo, muitos deles, que recorrer à banca para fazer face a tais compromissos, não pagando o Estado, que se atrasa, os juros bancários.

Estamos, pois, perante promessas a mais e investimento a menos. Estamos, pois, perante uma falta de respeito pela população de uma ilha que acaba de lhes conferir a tão desejada vitória eleitoral e que, portanto, merece mais atenção e mais respeito da vossa parte.

No cenário de conjuntura económica que vivemos não se pode permitir que quem tem responsabilidades políticas e governamentais não tome pulso à situação e não promova as diligências necessárias para fortalecer um dos pilares da economia açoriana, o sector agrícola, em particular em São Jorge.

Se compromisso assumido é compromisso cumprido, então Senhores Deputados do PS e Senhores membros do Governo, façam como alguém propõe, não se deixem ultrapassar e ponham mãos à obra pelos Açores!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas:

Finalizo com mais um pedido.

Tendo em conta que a autorização para a correcção da densidade do coelho bravo na ilha de São Jorge termina a 30 Junho e considerando os enormes prejuízos causados por esta espécie aos agricultores que já lhe apelidam de praga, apelamos ao Senhor Secretário que intervenha no intuito de resolver esta situação, sendo que uma das soluções pode passar pela autorização de caça com auxílio de candeio, sem limite de peças, aliás, à semelhança do que acontece na vizinha ilha do Pico.

(Aplausos da bancada do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas e os Srs. Deputados Mark Marques, Manuel Silveira e Rogério Veiros.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fiquei espantado com a intervenção que o Sr. Deputado fez aqui nesta casa. Parece até que o Sr. Deputado não vive em S. Jorge e que não vê com os seus próprios olhos o investimento que tem sido feito no sector agrícola de S. Jorge.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Eu vivo em S. Jorge. O senhor é que quando lá vai só vê o que lhe mostram.

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Eu estou calmo.

O Orador: Falta de água às explorações, Sr. Deputado, há em S. Jorge e em todas as ilhas dos Açores.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Quem diz a verdade não tem castigo.

O Orador: Ouça, Sr. Deputado.

O investimento que tem sido feito em S. Jorge no abastecimento de água não tem paralelo no passado.

Repare: Na sua freguesia, no seu concelho, mesmo junto da sua porta estão neste momento a ser executados cerca de 4 milhões de euros em abastecimento de água às explorações, mais de 17 km de condutas, mais de 300 ramais às explorações e o Sr. Deputado não vê nada em S. Jorge no abastecimento de água?

Poderá dizer-me, como tentou dizer na sua intervenção, que nada se faz na captação, mas o senhor acha que um investimento dessa natureza e desse montante seria feito se não houvesse uma articulação com a Câmara Municipal para aproveitar e reforçar as capacidades da Câmara?

O Sr. Deputado não ouviu falar em S. Jorge um geólogo que andou a estudar e a localizar, para nos informar da possibilidade de fazer a captação de água através de um novo furo? O Sr. Deputado não ouviu falar nisso?

O Sr. Deputado não conhece a quantidade de reservatórios e de depósitos que temos montado em S. Jorge para facilitar a vida do produtor e fornecer-lhe água de qualidade?

Oh Sr. Deputado, o senhor fala que o Governo só anuncia milhões. Então esses milhões não estão lá ao pé da sua porta nesse sistema que se está a construir?

Os milhões que o Governo colocou em S. Jorge não estão já nas fábricas de leite que estão lá a laborar com outras condições higio-sanitárias que não tinham?

Não está na recuperação do sector que já hoje produz mais 16% do queijo que produzia antes com o mesmo volume de leite?

Não está nos 14,6% de mais queijo que é certificado em S. Jorge, só nos últimos 3 anos?

Sr. Deputado, isto é uma ignorância total sobre aquilo que se está passando em S. Jorge.

Quanto aos compromissos assumidos pelo Governo, o Governo tem dito e repetido que os compromissos que assumiu em S. Jorge cumpre e tem cumprido com todos eles.

Neste momento o senhor não pode acusar o Governo de ter falhado e sempre que os promotores, aqueles que se comprometeram a executar os investimentos, apresentam os investimentos ao Governo e esses investimentos têm sido apoiados de forma rápida, célere e oportuna. Nenhum ficou por apoiar.

Relativamente à qualidade do leite que o senhor fala, nos sítios onde ainda não há postos de recolha, o Sr. Deputado analise, verifique as classificações do leite do mês passado, de há dois ou três meses e diga-me quantos produtores receberam pela classificação do leite abaixo da pontuação mínima exigida? Sabe quantos?

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Já lhe respondo!

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Secretário é que parece que não sabe!

O Orador: Não sabe e vem falar da qualidade do leite só para atemorizar as questões do queijo de S. Jorge.

Sr. Deputado, neste momento nós temos a melhor produção de queijo de S. Jorge que tivemos ao longo dos últimos 30 ou 40 anos, com recuperação da qualidade, com aumento dos processos de certificação e, portanto, isso é sinal evidente da melhoria do processo de transformação do leite e da melhoria da qualidade do leite em S. Jorge.

Em relação à sala de desmancha, o senhor não sabe que já foi anunciado que o concurso público será lançado logo que nos entreguem o projecto?

O senhor acha que se faz uma sala de desmancha só porque passa pela cabeça de o fazer? O senhor acha que não é preciso fazer o projecto e o concurso público?

Parque de exposições: o senhor ainda não foi ver, ainda não teve nenhuma reunião com as associações de produtores e não lhe disseram que já tinha sido apresentado o desenho de arquitectura do parque de exposições? Ninguém lhe disse que está também já desenhado o modelo financeiro para a execução do parque? O senhor não sabe ainda onde fica a sua localização?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há 10 anos! Desenhos há, não há é obras!

O Orador: Caminhos agrícolas.

Sr. Deputado, caminhos agrícolas em S. Jorge há muitos, uns, e nós sabemos quais, são da responsabilidade do Governo Regional, outros são da responsabilidade doutras entidades.

O Sr. Deputado vir aqui dizer que as juntas de freguesia fazem o melhor que podem, então e os outros não fazem o melhor que podem, não fazem as Câmaras, não faz o Governo?

Sr. Deputado, há caminhos agrícolas em S. Jorge, ditos caminhos agrícolas, que foram muitas vezes abertos pelas juntas de freguesia e agora vem dizer-se que o Governo deve montar o respectivo sistema de recuperação e de melhoramento. Sr. Deputado, “fazer filhos na barriga dos outros” é fácil para qualquer um.

Deputado Herberto Rosa (PS): Na minha não!

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que abreviasse.

O Orador: Pagamento de subsídios.

Sr. Deputado, ainda há bem pouco tempo atrás isto foi bem discutido aqui nesta casa.

Neste momento nós temos os pagamentos de subsídios aos lavradores em mais de 80% executados.

O Sr. Deputado sabe, e se não sabe deve informar-se, que os pagamentos de subsídios se fazem de Dezembro a Junho e que no final de Julho só podemos ter 4% de pagamento por fazer e esses 4% é uma reserva que nos é colocada pelos próprios regulamentos comunitários para questões que dizem respeito a irregularidades de candidatura ou outras questões dessa natureza.

Vir aqui dizer que não se pagam os subsídios, é uma perfeita mentira o que o Sr. Deputado está aqui a dizer a todos nós e que está a transpirar para os nossos agricultores.

Deputado João Costa (PSD): 20% executado!

O Orador: Está 80% executado, Sr. Deputado, e eu tenho o valor do que foi já pago até este momento e do que falta pagar.

A única coisa que eu não faço é aquilo que os senhores querem e fazem habitualmente que é dizer que os produtores recebem muitos subsídios, que é preciso anunciar os milhões dos investimentos feitos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Alguém está a mentir, ou o Sr. secretário ou os agricultores!

O Orador: Sr. Deputado, há lavradores que não receberam alguns subsídios.

Vozes da bancada do CDS/PP: Ah!!!

O Orador: Qual é o problema?

Então os senhores não sabem que os processos de candidaturas por vezes têm irregularidades e que esses subsídios não podem ser pagos? Os senhores não sabem disso? Sempre foi assim e agora é que é novidade? Ó Sr. Deputado, pela sua saúde!

Os senhores sabem disso e continuam a teimar.

Quem tem as candidaturas correctamente instruídas, o subsídio foi pago e neste momento encontram-se pagos mais de 80% dos prémios e dos subsídios aos produtores. Sr. Deputado, sobre isto falam os números.

Mais ainda:

Os prémios que têm sido pagos o ano passado e este ano são 77% mais elevados do que os que eram pagos há apenas três anos atrás. Os senhores também sabem disso.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então por que é que eles se queixam?

O Orador: Vão sempre se queixar.

Quero dar-lhe aqui uma última nota e que revela uma questão simples.

Há uma situação de abastecimento de água numa das nossas ilhas que as condutas passam por uma pastagem. Essas condutas são periodicamente sangradas e logo vem um amigo do seu partido chamar a comunicação social a dizer que há ali um problema e uma rotura e que ninguém faz a sua manutenção.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é o amigo do partido? Alto e para o baile!

O Orador: Isto é só para dizer que há muita coisa que eu percebo que os senhores podem fazer e diligenciar, agora brincar com o rendimento dos produtores e dizer que não estão pagos, o Sr. Deputado há-de ter calma. Se quiser forneço-lhe todos os números que forem necessários.

Em relação à correcção do coelho bravo, o Sr. Deputado conhece a legislação que foi aprovada nesta casa e é nos termos dessa legislação que a correcção das densidades é feita.

No caso de S. Jorge o senhor até tem conhecido vários grupos de caçadores que vão a S. Jorge caçar coelho e os senhores deviam transformar isso numa oportunidade, mas não, os senhores o que fazem é tornar, para o vosso lado, o que é difícil ainda mais difícil. Para nós não, para o nosso lado o que é difícil é para ultrapassar e para vencer.

Obrigado.

Deputado Carlos Mendonça (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques para esclarecimentos.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha participação neste debate é apenas para corroborar algumas coisas que aqui foram trazidas pelo deputado do CDS/PP e que são trazidas, ao longo dos anos, pelos deputados do PS e do PSD, justiça seja feita.

(Risos do Deputado Artur Lima)

O assunto é trazido, (isto é falar verdade) o problema é que não são resolvido.

Quando o Sr. Secretário diz e responde ao Deputado Luís Silveira que não tem paralelo o que está a ser feito agora com o passado, a verdade é que não tem tido soluções no presente, nestes últimos 13 anos.

Falo concretamente do abastecimento de água à lavoura e os reservatórios que têm colocado ao longo destes 13 anos são paleativos que não resolvem o problema da água.

Foi trazido aqui na intervenção a questão das lagoas artificiais e nós entendemos que essas lagoas resolveriam, sim, o problema da água e não agora uma coisa que está em desenho.

Portanto, tudo o que o Sr. Secretário aqui traz está em desenho ou em boneco.

Nós lembramos que, na última campanha eleitoral, diziam que o matadouro estava completo e que tínhamos a rede regional de abate, afinal havia lá um placard com a sala de desmancha, que agora é que vai ser adjudicada ou posta a concurso.

Conclusão:

Ao que nós assistimos na Ilha de S. Jorge – e o senhor desculpe-me, mas eu pelo menos tenho vivido lá – das duas uma: é o Sr. Secretário ir lá, de vez em quando, apagar uns fogos quando falta água ou então está muito mal informado.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Eu acho que o Sr. Secretário não está a falar verdade sobre a realidade da agricultura na ilha de S. Jorge.

Em relação à questão dos investimentos, Sr. Secretário, vir aqui colocar a um Sr. Deputado se ele sabe o número ou não das classificações do leite, sabendo que na Ilha de S. Jorge o queijo é feito com leite cru, que é recebido em pseudo-postos, ou seja, nas instalações das antigas fábricas de Santo António e Rosais, sem higiene nem salubridade, não me parece o mais correcto.

O senhor vai-me perguntar se eu tenho os dados e eu digo-lhe que não os tenho, mas vejo isso acontecer com a minha presença física.

Os Srs. Deputados do Partido Socialista, nomeadamente o Sr. Deputado Manuel Silveira deve com certeza concordar comigo que não é a forma mais correcta de higiene e salubridade deixar “abandonado” umas bilhas de leite junto à fábrica de Santo António e

uma hora depois passar lá um carro e levantar o leite assim sem mais nem menos. Eu penso que não é, de facto, a melhor política.

Portanto, que fique bem claro para todos e para os agricultores de S. Jorge, para os associados de todas as cooperativas e, sobretudo, das cooperativas de Santo António e dos Rosais, aqueles que sempre reivindicaram e lhes foi prometido a construção de um posto de recolha de leite, foi aqui dito pelo Sr. Secretário, preto no branco, registado em diário das sessões, que o Governo Regional assume isso.

Conclusão:

Os deputados do Partido Socialista, do PP e do PSD ficaram a saber que a bola está, passe a expressão, do lado dos produtores, ou seja, os produtores que nos dizem a nós que não constroem os postos, porque poderão não ter apoio do Governo, foi dito neste preciso momento que têm.

Portanto, os cinco deputados de S. Jorge, nesta Assembleia, ficaram a saber que o Governo está disponível para apoiar a construção dos postos de recolha de leite, porque isto tem sido um jogo de pingue-pongue sobre esta questão.

A Uniqueijo diz que não é consigo e que o Governo tem que apoiar e depois o Governo diz que isso é com os produtores.

Os senhores poderão perguntar o que é que os deputados regionais têm a ver com os produtores, com a organização interna da cooperativa, ou seja, não deve meter a “foice em seara alheia”. Isso é verdade, mas também é verdade, e segundo a intervenção que aqui foi trazida, que essa preocupação é-nos colocada pelos produtores e por isso trazemos aqui essa preocupação e ficámos bem esclarecidos que o Governo sobre a questão dos postos de recolha de leite vai apoiar, faltando apenas, neste caso a Uniqueijo dizer que os vai construir.

Sobre a questão de abastecimento de água à lavoura, eu não sei se o Governo fez um bom ou mau negócio com a autarquia, mas sei que se fosse autarca não fazia esse negócio, porque o senhor fala nos 17 km de tubo, que eu conheço e que fica na zona do Sr. Deputado Luís Silveira, na freguesia dos Rosais.

Eu vejo lá os tubos, é uma obra que está sendo bem executada, está a ser feita com rapidez, mas o problema vai ser no dia que for para encher aquilo com água. Aí é que está o problema e espero estar cá para ver.

Eu acho que é um mau negócio. Eu preferia fazer o contrário, eu preferia pôr os canos e o Governo que enchesse aqueles canos de água. É isso que tem acontecido nos últimos 13 anos.

Os tais reservatórios que proliferaram, que pareciam cogumelos, por aquela ilha, estavam no início do Verão cheios de água e depois o que é que acontece? Quem vive lá sabe o que é que se passa, não havia água como não há hoje.

O Sr. Secretário diz que estão a fazer investimento que não se pode comparar, mas o senhor não diz assim: nós temos água como nunca tivemos e temos o problema resolvido. Não temos e não ficamos felizes por isso.

Eu preferia que o Sr. Secretário tivesse desse lado a dizer: ó Sr. Deputado no seu tempo não tinha e agora temos tudo resolvido. Se assim fosse os jorgenses estavam melhor.

Portanto, política de verdade e de seriedade é assim.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Eu termino esta intervenção, e não vou falar sobre os outros temas aqui trazidos, dizendo que fico satisfeito que sobre esta questão dos postos de recolha de leite estamos entendidos, porque penso que o Sr. Secretário é um homem de palavra, por conseguinte, não volta atrás.

Sobre a questão do abastecimento de água o problema continua.

Não vamos estar aqui só a esgrimir questões políticas, porque, de facto, o queijo de S. Jorge que é feito com leite cru, e o senhor sabe tão bem ou melhor do que eu, tem que ter todas as condições de higiene e salubridade. Não estou a dizer que o Governo não tem feito esforços nesse sentido, tem e eu sei que as classificações do leite têm melhorado, mas nós estamos a trabalhar com uma matéria muito delicada.

De facto, ter água disponível para o abastecimento de água à lavoura é muito importante e o senhor sabe disso quanto eu.

Eu não faço política com isso. É uma preocupação que eu aqui deixo sobre a Ilha de S. Jorge.

Muito obrigado.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

(*) **Deputado Manuel Silveira (PS)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir, porque realmente tudo aquilo que aqui foi dito pelo Sr. Secretário eu já sei há muito tempo e sei que o Governo é pessoa de bem e como pessoa de bem que é, vai cumprir com as suas obrigações.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Homem de fé!

O Orador: Só lhe quero dizer duas coisas que acho que são importantes que sejam ditas.

Eu já tenho alguns anos de vida, alguma longevidade e como tal sempre fui agricultor e lembro-me, há uns anos atrás, que quando eu queria ir buscar água para a minha exploração tinha que ir ao Norte Grande ou às Velas. Neste momento, felizmente, já há muitos mais postos de abastecimento, já há muito mais água disponível.

Deputado João Costa (PSD): Já o serviram a si!

O Orador: Eu estou servido por natureza. Normalmente ninguém me vê com tanques atrás do meu tractor a transportar água, mas eu sou um caso à parte, por aquilo que me costumam dizer.

Outra situação que eu queria dizer ao Sr. Deputado Luís Silveira, com todo o respeito que tenho por ele, é que penso que o Governo Regional não tem culpa se durante o mês de Abril não choveu aquilo que é normal, ou será que também quer pôr as culpas ao Governo. Penso que o Governo não tem culpa quando chove nem quando faz sol e, portanto, como não choveu há menos água e se há menos água, naturalmente que haverá mais problemas. Isso é óbvio.

Se as próprias populações do Concelho das Velas, na Calheta não tanto, estão com problemas de abastecimento de água, claro que a lavoura terá que ter problemas de abastecimento de água, mas estamos no bom caminho.

O Sr. Secretário disse e muito bem que já esteve lá um geólogo à procura do sítio ideal para se fazer um furo e não ser como o que a Câmara fez que depois foi tapado, gastou-se o dinheiro e ficou sem água.

Deputado Costa Pereira (PSD): Os geólogos também se enganam.

O Orador: Também se enganam, mas quando se faz as coisas à balda como normalmente faz a Câmara de Velas as coisas ainda pioram mais.

Deputado João Costa (PSD): O senhor já está a fazer campanha.

O Orador: Eu não estou a fazer campanha e as pessoas sabem isso.

Portanto, acho que neste momento nós não temos razão de queixa e em relação ao abastecimento de água este Governo, desde que tomou posse, tem sido um exemplo a seguir dentro da ilha de S. Jorge e dentro da Região Açores.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Já passaram 13 anos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(* **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Silveira:

Eu não vou acrescentar muito àquilo que já disse o Sr. Secretário sobre algumas matérias, mas gostaria de lhe dizer que relativamente ao abastecimento de água é verdade que ainda muito falta fazer e continuará sempre a faltar, porque enquanto nós continuarmos a aumentar a produtividade em S. Jorge, a produtividade das nossas explorações agrícolas, mais recursos vão ser necessários em termos de água e outros recursos e por isso, Sr. Deputado, queria dizer-lhe aqui o seguinte:

Nós temos tido nos últimos anos e nestes 13 anos um investimento sem precedentes no abastecimento de água à lavoura e podemos orgulhar-nos disso e toda a gente reconhece, agora, é óbvio que, sobretudo num ano destes em que não choveu nos meses anteriores, entramos em período de seca e começamos logo a ter mais problemas do que nos anos anteriores, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os senhores não planeiam as coisas!

O Orador: ... mas garanto-lhe que se fosse há 10 anos atrás eu queria ver como é que nós estávamos.

Por isso, meus amigos, ainda temos muito para fazer, mas temos muito trabalho feito.

Deputado João Costa (PSD): Há 10 anos não chovia!!!

O Orador: Há 10 anos até chovia, reservatórios é que não havia, Sr. Deputado.

Sobre a questão da reestruturação do sector de lacticínios e de transformação em S. Jorge, foi uma aposta corajosa do Governo a reestruturação que foi feita.

Nós assumimos, contra os partidos da oposição, neste caso o partido da oposição aqui na Assembleia que muitas vezes se manifestou, os números que o Sr. Secretário hoje apresentou aqui de aumento da certificação, de aumento da qualidade e de transformação e

quando vamos visitar as nossas fábricas nós vemos que o Governo do Partido Socialista tinha razão, mesmo quando os outros estavam a apontar o dedo que nós não tínhamos razão. Por isso, Sr. Deputado, nós vimos e fizemos no momento certo aquilo que era necessário fazer, com coragem e determinação, pela lavoura de S. Jorge.

Relativamente à questão dos caminhos agrícolas, Sr. Deputado, é verdade que nós ainda temos muito caminho para pavimentar em S. Jorge e os agricultores de S. Jorge merecem muitos mais quilómetros pavimentados, agora quero dizer-lhe que nós pavimentamos, não em 13 anos, mas em 12 anos, em S. Jorge mais caminhos do que a Região tinha pavimentado até aos governos do Partido Socialista em toda a Região e isso são números que nós apresentamos a favor dos jorgenses e a favor da agricultura de S. Jorge, mas ainda falta fazer muito mais.

Nós temos alguns problemas em S. Jorge de abastecimento de saibre. Ainda há poucos dias tivemos um especialista em S. Jorge para tentarmos fazer licenciamento de saibreiras junto com os produtores e com as organizações de produtores para resolver problemas de manutenção.

Queria dizer-lhe ainda, Sr. Deputado, se o senhor for à Direcção Regional dos Recursos Florestais e pedir o mapa de caminhos que são da responsabilidade do Governo, eles estão lá e verá quais são os caminhos que são da responsabilidade do Governo Regional e tem alguns em que a manutenção está a ser feita, tem alguns na zona de Santo Antão e Topo que estão em péssimo estado e que a sua manutenção irá começar a ser feita dentro de poucos dias, mas temos em S. Jorge um problema de abastecimento de saibre para os caminhos que ainda não estão pavimentados, mas estamos a fazer um grande esforço nessa área e temos obra feita.

Quanto à questão do Sr. Deputado dizer que os deputados do Partido Socialista irão continuar a ludibriar as pessoas, Sr. Deputado, sobre essa matéria os deputados do Partido Socialista que têm assento nestas cadeiras são os mesmos que se sentaram no mandato passado e a população de S. Jorge manifestou há bem pouco tempo que não se sentiu ludibriada connosco e garanto-lhe que tudo farei para continuar a merecer a confiança da população, porque se há coisa que eu gosto é de não ludibriar as pessoas.

Se o senhor acha que nós ludibriamos as pessoas, essa é a sua posição e eu também não estava a contar com o seu apoio político em próximos actos eleitorais, mas garanto-lhe que

continuarei a andar em S. Jorge com o mesmo trabalho, com a mesma vontade, com a mesma dedicação e de consciência tranquila de que não ando a ludibriar ninguém e não aceito que o Sr. Deputado venha para aqui dizer que são os socialistas que ludibriam as pessoas.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): *Muito bem!*

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tenho ainda quatro inscrições que não vou poder atender, porque atingimos as 13,00 horas.

Vamos fazer intervalo para o almoço e retomamos às 15,00 horas com o período da Agenda da Reunião.

Boa tarde e até logo.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a Agenda.

(Os trabalhos recomeçaram às 15 horas e 05 minutos)

Conforme se lembram nós estávamos no debate do **Projecto de Resolução**, que hoje é o ponto 1 da Agenda, apresentado pelo Partido Socialista, **relativo à implementação do “Passe Social” na Região Autónoma dos Açores.**

Quando encerrámos ontem os nossos trabalhos havia ainda inscritos os Srs. Deputados Paulo Estêvão, para uma segunda intervenção, e Alexandre Pascoal para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma segunda intervenção.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção que vou fazer está hoje um pouco descontextualizada, uma vez que o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos não está presente e, portanto, eu ia dirigir-lhe um desafio na medida em que já tive a oportunidade de lhe lançar esse repto, que vou repetir e que é no sentido das medidas que estão previstas para a

implementação do “Passe Social”, em termos de transportes colectivos rodoviários, que tenham também projecção nos transportes marítimos, para se poder aplicar também no Grupo Ocidental.

Nesse sentido já tive a oportunidade de concordar com a proposta que foi realizada; já tive a oportunidade de dizer que a votarei favoravelmente, agora a única coisa que estou a tentar garantir é que ela seja melhor, que tenha uma aplicação verdadeiramente regional e para que tenha essa aplicação teria também que aplicar-se no Grupo Ocidental.

Aqui a questão já não se põe ao nível dos transportes rodoviários, mas dos transportes colectivos marítimos.

Estou consciente que para aplicar esta proposta desta forma, expandindo aos transportes marítimos, seria necessário que o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e o Sr. Secretário Regional da Economia se entendessem em relação a esta questão e, portanto, seria necessário a colaboração das duas secretarias.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Mas quem é que não se entende?

O Orador: Eu vou-lhe explicar, Sr. Secretário, porque estava distraído.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não estava não!

O Orador: Sr. Secretário, então responda à questão que eu levantei e que é a seguinte: aquando da implementação do “Passe Social” que se pense também abranger os transportes marítimos, nomeadamente no âmbito do Triângulo e do Grupo Ocidental.

É esta a questão e espero que o Sr. Secretário da Economia possa então responder-me em relação a este repto que lhe lancei.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para prestar esclarecimentos, o Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

(*) **Deputado Alexandre Pascoal** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à interrupção que tivemos queria apenas recentrar hoje a discussão no essencial da proposta do Partido Socialista e explicar que esta não é uma proposta exotérica e qualquer tentativa de relativizar a sua importância, nomeadamente pelo nome que se pretende atribuir ao tipo de transporte em causa é extemporânea e manifesta desprezo e

desrespeito por aqueles que dependem e utilizam os transportes colectivos de passageiros, neste caso os terrestres.

O total de passageiros transportados em 2008, embora os dados do Serviço Regional de Estatística não estejam completos, é de cerca de aproximadamente 3.600 mil passageiros, o que é muito representativo da importância que representará a implementação deste instrumento, sobretudo para quem já usufrua do transporte colectivo de passageiros nos Açores.

O “Passe Social” não é um desconto, é, sim, um título de transporte que permitirá liberdade de mobilidade e utilização através de um número ilimitado de viagens.

A implementação desta medida é exequível, é desejável e está ao alcance deste Governo que já aqui demonstrou ontem que está a diligenciar medidas prévias para a operacionalização do instrumento aqui proposto, o que só demonstra a boa articulação existente entre o Grupo Parlamentar do PS e o Governo, o que poderá causar algum desapontamento para alguns.

Convém lembrar que esta é uma medida proposta pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, consta do seu programa eleitoral e foi vertida no Programa do Governo aprovado aqui nesta câmara.

A implementação desta medida será seguida atentamente e persistentemente pelo Grupo Parlamentar do PS, pugnando em defesa dos açorianos que dela dependem para que esta mesma seja uma realidade.

Convém ainda referir que esta medida visa contribuir para a sensibilização e para a promoção de comportamentos amigos do ambiente através do incremento da utilização de transportes públicos que requerem tempo para a sua efectiva implementação e da qual todos nós temos, de facto, que contribuir.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional da Presidência)

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Prescindo!

Presidente: Assim sendo, dou a palavra, para esclarecimentos, ao Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vamos prolongar muito mais a discussão.

Ontem íamos na altura da cambalhota do Sr. Secretário e da alteração subtil do nome do Projecto de Resolução, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas o que é certo é que neste debate não ficou explicado, em circunstância alguma, como é que este Projecto de Resolução vai ser implementado, ou seja, não foi explicado qual é que é a exequibilidade de aplicação deste Projecto de Resolução a seis dos oito sistemas de transporte rodoviário de passageiros colectivo. Não foi explicado neste plenário como é que este Projecto de Resolução tem aplicação nestes seis sistemas.

Agora, quando se apresenta um Projecto de Resolução que em 80 ou 90% do território da Região Autónoma dos Açores essa proposta não tem aplicação, era bom que, talvez, pudéssemos todos pensar um bocadinho melhor, e neste caso o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, antes de apresentar propostas que depois a sua aplicação prática é de reduzidíssima expressão.

Para além disso continuamos a não perceber como é que no vosso Projecto de Resolução dão grande ênfase e vincam mesmo que esta proposta tem um cariz social, tem claramente um paradigma social, como os senhores gostam de utilizar, e, na prática, o que nós verificamos é que o Sr. Secretário não concorda com isso, o Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos não concorda com a vossa solução de criar discriminação positiva para os agregados familiares de menores rendimentos e, na prática, isso traduz-se num desconto.

Deputado José Rego (PS): O senhor é que disse isso!

O Orador: Então, se é para nós termos e implementarmos tarifas mais baratas nos transportes colectivos rodoviários de passageiros, estamos todos de acordo. Já agora estendam isso no Triângulo para os transportes marítimos da Transmaçor, estendam isso também no Grupo Central aos transportes marítimos da Atlanticoline de modo a que em alguns desses sistemas, que os senhores preconizavam que seria possível aplicar, essa aplicação combinada, seria combinada com qualquer coisa que não seja as solas dos sapatos,

ou seja, seja combinado com outro tipo de transporte, porque aqui no Faial, na Graciosa e em S. Jorge a combinação do “Passe Social” só pode ser o autocarro e o andar a pé, porque não há outro tipo de transporte nem as carreiras permitem a tal combinação para haver uma segunda deslocação na sequência de uma partida do destino a qualquer hora do dia.

Resumindo e concluindo, sobre este Projecto de Resolução e considerando todas as insuficientes explicações que foram aqui dadas, inclusive as fortíssimas divergências foram patenteadas entre a posição do Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como muito mais ênfase na Comissão de Economia, com a tentativa de disfarce aqui em plenário, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não terá outra possibilidade senão abster-se, porque não vai passar um cheque em branco relativamente a uma solução que nem os senhores sabem como é que a vão aplicar.

Repito, não vamos passar um cheque em branco relativamente a um Projecto de Resolução que nem os senhores sabem como o vão aplicar.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Não se esqueça das suas palavras, Sr. Deputado.

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(* **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Jorge Macedo ontem e hoje, já depois da explicação bastante honesta e clara do Deputado Alexandre Pascoal, insiste em associar o nome “social”, inicialmente proposto, àquilo que é o entendimento do PSD do que é o “social” e o “social” para os senhores são aqueles que menos podem, o “social” para os senhores, como o seu colega ontem dizia, são os malandros. O “social” para os senhores são só os pobrezinhos, mas para nós o “social” é a sociedade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem é que disse isso?

Leia o último parágrafo da vossa proposta.

A Oradora: Sr. Deputado aquilo não é um desconto, diz “preferencialmente”,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Preferencialmente? Eu não tenho isso aqui! Leia o último parágrafo da vossa proposta.

A Oradora: ... porque são aqueles que ainda hoje mais utilizam, mas em qualquer sociedade preocupada com boas práticas ambientais, o incremento do uso dos transportes públicos por qualquer membro duma sociedade actual, é uma boa prática, é um bom incentivo, é de reiterar, é de insistir, é de persistir.

Como os senhores não tinham como não votar favoravelmente a medida, ativeram-se nas discrepâncias que quiseram ler e amplificar entre os discursos tidos em Comissão e os discursos tidos inicialmente, porque dava muito jeito justificar a vossa abstenção.

Com esta grande amplificação e mesmo o silêncio quando é amplificado incomoda imenso como se fosse mais ruído, Sr. Deputado. O silêncio quando amplificado e quando provocado de forma incomodativa pode incomodar imenso, pode ser também extremamente insurdecedor.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O silêncio amplificado, é silêncio.

A Oradora: É claro que aquilo não é um desconto, é uma tarifa que vem agilizar um número ilimitado de viagens em várias operadoras.

Os senhores fingiram não querer perceber para se poderem escudar numa abstenção.

Fica-vos mal, fica-vos muito mal.

Obrigada.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O Projecto de Resolução é que está mal feito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós já manifestámos a nossa intenção de voto.

Não queria prolongar o debate, mas gostaria de fazer duas ou três observações à intervenção da Sra. Deputada Catarina Furtado.

Se é verdade, e os seus colegas da Comissão de Economia não podem desmentir, que foram evidentes as divergências entre o Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e o vosso Grupo Parlamentar e essa proposta em concreto, também é verdade que desde o início o PSD, através duma proposta, que depois o Deputado Alexandre Pascoal confirmou que já estava de modo implícito consagrada, queria melhorar também a vossa proposta. Os vossos colegas na Comissão de Economia podem testemunhar isso.

A partir daí, não pode ser verdade que nós tivéssemos tentado encontrar argumentos para não votar a favor. Inicialmente essa era a nossa posição.

Aliás, na declaração de voto, com algum sentido de humor, eu disse aos seus colegas que nós, em sede de comissão, estávamos preparados para votar a favor, mas que nos íamos abster com reserva de posição para o plenário pelo facto de termos ouvido as declarações que ouvimos por parte do Secretário da Ciência e Tecnologia.

Proposta extemporânea! Nós não a consideramos extemporânea, quem a considerou extemporânea foi o Secretário da Ciência e Tecnologia que disse: “isso já está no nosso programa de governo”.

Proposta com boa articulação! Se houvesse boa articulação os senhores não precisavam agora de se justificar na intervenção inicial nesta segunda parte do debate deste projecto de resolução, ou seja, os senhores continuam a não conseguir explicar como é que isso é implementado, se é um passe ilimitado, se é um passe com muitas viagens, um passe com tarifas reduzidas, então escrevam na vossa proposta que nós aprovamos.

Não é isso que está aqui escrito.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não existirem mais inscrições.

Assim sendo vamos passar à votação deste Projecto de Resolução –“Implementação do Passe Social na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Agradecia às Sras. e aos Srs. Deputados que ocupassem os seus lugares para procedermos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 do CDS/PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Resolução – “Adiantamentos e aceleração de pagamentos de apoios às empresas”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Resolução, apresentado pelo Partido Social Democrata, insere-se no pacote das medidas anti-crise, pretendendo que sejam acelerados os adiantamentos dos pagamentos dos incentivos ao abrigo dos fundos comunitários, pretendendo também que o aumento desses adiantamentos possam ser também acelerados.

A nossa proposta é do conhecimento público.

É certo que os empresários que executam investimentos e que vêem os seus projectos aprovados, ao abrigo dos fundos comunitários, necessitariam de, nesta altura de crise, maior compreensão, maior ajuda para poderem pôr de pé esses respectivos investimentos.

O que o PSD propõe é tão só a possibilidade de, na componente não reembolsável, poder haver um aumento da percentagem de adiantamento do subsídio não reembolsável.

Se actualmente os adiantamentos são de 30%, o PSD propunha que esses adiantamentos pudessem ter um aumento de 50%.

Não é muito difícil percebermos o alcance deste nosso projecto de resolução, porque no momento difícil que atravessamos é preciso acarinhar o investimento privado e nós acarinhámos esse investimento quando agilizamos os processos de aprovação dos respectivos projectos de investimento, mas também quando disponibilizamos condições para que, no arranque, os empresários, por via desses adiantamentos, possam mais facilmente concretizar esses mesmos objectivos de investimento.

Esta era uma proposta que ia ao encontro das dificuldades que os empresários atravessam e que não penalizaria o erário público, tratando-se apenas de antecipar, aumentando o adiantamento, o subsídio não reembolsável que mais à frente os empresários receberão.

Na altura o conteúdo deste Projecto de Resolução foi entendido por parte do Partido Socialista como tendo ilegalidades relativamente àquilo que eram os regulamentos comunitários, inclusive fizeram uma leitura restritiva, para não dizer enviesada, daquilo que era o entendimento da União Europeia relativamente àquilo que são os adiantamentos.

No artigo 78º, declaração de despesas, a alínea b) diz que os adiantamentos não excedem 35% do montante total do auxílio a conceder ao beneficiário para determinado projecto.

Pois na proposta que o PSD apresenta, em nenhuma circunstância, são ultrapassados esses 35%, senão vejamos:

Para investimentos, entre 200 e 500 mil euros, nas ilhas de S. Miguel, Terceira, Faial e Pico, o adiantamento actual representa 15%, o adiantamento como é proposto pelo PSD passaria para 22,5% do total do auxílio.

Nas outras ilhas actualmente o adiantamento não ultrapassa os 17,5%, muito abaixo dos 35%. Com a proposta do PSD não ultrapassaria os 26,25% e, portanto, muito abaixo dos 35% como limite imposto pelos regulamentos comunitários.

Para investimentos superiores a 500 mil euros nas ilhas de S. Miguel, Terceira, Faial e Pico, actualmente o adiantamento é de 13,33€ do total do auxílio e passaria, com a proposta do PSD, para 20% do total do auxílio.

Quando falamos também em investimentos superiores a 500 mil euros em outras ilhas que não aquelas que acabei de referir, actualmente o adiantamento é de 16,36% e passaria para 24,55%, ou seja, a alegada irregularidade ou ilegalidade, sugerida na leitura restritiva do Partido Socialista, não se confirma e em reunião da Comissão de Economia tive a oportunidade de explicar, através de um quadro, as contas que tinha feito.

Acontece que o Partido Socialista entende que o total do auxílio é o subsídio a fundo perdido, mais os juros do subsídio reembolsável.

O total do auxílio é o empréstimo e o auxílio dado pela componente não reembolsável, ou seja, o subsídio a fundo perdido, mas não precisávamos ir tão longe, porque foi o próprio Presidente do Governo que, na discussão do Plano e Orçamento, disse que: “também no apoio às empresas gostaria de anunciar que vamos passar a assegurar o pagamento antecipado da totalidade dos subsídios ao investimento, no âmbito dos sistemas de incentivos”.

Portanto, os senhores têm que se entender primeiro entre vós para depois criticar as propostas que o PSD apresenta ou então somos induzidos a pensar que os senhores chumbam tudo aquilo que o PSD apresenta.

Agora, das duas uma, ou os senhores discordam daquilo que o Presidente do Governo disse na discussão do Plano e Orçamento para 2009 ou então o Sr. Presidente do Governo está a anunciar uma coisa, segundo a vossa interpretação, que é uma enorme ilegalidade.

Os senhores entendam-se antes de criticar as propostas que o PSD apresenta.

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A conclusão que se pode tirar nesta primeira intervenção é de que pelo lado do PSD houve a intenção de apresentar um Projecto de Resolução que fosse de encontro àquilo que são as dificuldades dos investidores privados nos Açores.

Pelo lado do Partido Socialista surge uma interpretação restritiva que contraria inclusive os anúncios e a interpretação do Presidente do Governo.

Entendam-se primeiro e depois critiquem as nossas propostas.

Deputados Rui Ramos e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução que o PSD hoje apresenta nesta casa, que está em discussão, é um projecto semelhante a muitos projectos do PSD, como há bocado vimos acerca do “Passe Social”, que é: este Governo apresenta uma medida, porquê nós não apresentarmos outra que dê mais.

Portanto, o que interessa é: se uns dizem 10%, nós vamos dizer 20%.

O Projecto de Resolução que o PSD hoje aqui apresenta é um projecto apresentado um mês após esta Câmara ter discutido o sistema principal de incentivos às empresas, que é o SIDER, onde este Governo, pensando na situação presente na Região Autónoma dos Açores, abriu a porta às empresas, através da possibilidade que há dos regulamentos comunitários, podendo fazer o adiantamento de 30% em subsídios não reembolsáveis.

O PSD, através da sua presidente, faz uma conferência de imprensa sobre as medidas da crise para os Açores e a Sra. Presidente do PSD diz o seguinte:

“Por vontade do PSD a Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomendará ao Governo que aumente, pelo menos, para 50% as percentagens de adiantamento dos apoios”.

É claro que o Governo e o Partido Socialista no primeiro momento apontou e avisou o PSD que esta medida era uma medida ilegal tal qual foi dito pela Sra. Presidente do PSD, tal qual está no site do PSD.

Passados seis dias, o PSD apresenta o Projecto de Resolução que nós hoje estamos aqui a discutir e neste Projecto de Resolução já tem o cuidado de dizer que aumente pelos menos em 50% as percentagens de adiantamentos.

Hoje, o Sr. Deputado Jorge Macedo vem dizer: “... da parte não reembolsável”, porque o PSD sabe que enterrou os pés no primeiro dia, no segundo, na Comissão e continua a perceber que não é legal a proposta inicial, tal qual como ela ainda hoje aqui está presente. Portanto, não é uma leitura enviesada do Partido Socialista nem do Governo, é uma leitura correcta do regulamento comunitário.

O Governo entendeu e muito bem não ir aos 35%, mas ficar-se pelos 30% da componente não reembolsável, porque em nosso entendimento, no entendimento comunitário, no entendimento de toda a gente que trabalha nesta matéria o que é considerado auxílio do Estado são aqueles subsídios que o Estado dá e que não é reembolsado.

Quando se fala em auxílio de Estado na Região Autónoma dos Açores, é a mesma coisa, Sr. Deputado Jorge Macedo. Cresça para perceber isso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu não falei em auxílio de Estado.

O Orador: Ó Sr. Deputado, o Regulamento 1083 tem a ver com as questões dos auxílios que o Estado pode ou não prestar e, portanto, perceba esta matéria.

É engraçado o Sr. Deputado Jorge Macedo vir aqui hoje dizer que é da componente não reembolsável, mas depois voltou a mostrar aquelas percentagens que quer incluir a componente reembolsável, mas teve hoje o cuidado de vir dizer: “na componente não reembolsável um aumento de 50%”.

O Sr. Deputado Jorge Macedo já percebeu que nos apoios que o Governo Regional dá até 200 mil euros é 30% e não tem mais que estar a discutir, mas agora já vai só colocar os investimentos acima dos 200 mil euros e disse na Comissão que dava de barato ao PS esse entendimento e, portanto, iria manter a sua leitura da componente reembolsável e já foi explicado que a componente reembolsável não é um apoio do Governo Regional ou considerado um apoio estatal, é um acordo que há entre a empresa e a banca, suportando o Governo Regional unicamente os juros.

Os juros que a Região dá é na componente não reembolsável, nos apoios em juros e é sobre esses valores que o senhor pode fazer as contas que bem entender.

Já lhe foi explicado que, em relação a esses adiantamentos, exige da parte de quem pede o adiantamento que faça uma caução bancária e sabemos que as empresas muitas vezes podem não ter disponibilidade para fazer a caução bancária e, neste caso, nós entendemos

que os 30% mais a antecipação que é permitida, antecipação essa que o Sr. Presidente disse no seu discurso, e muito bem, pode ir aos 100%.

O Sr. Deputado Jorge Macedo não deve misturar a antecipação de pagamentos com adiantamentos de pagamentos, porque são coisas completamente distintas.

Conforme disse o Sr. Presidente do Governo, quem tiver o seu projecto todo e tiver as facturas, pode ir junto aos serviços entregá-las e a antecipação pode ir aos 100 %. Isto não é nenhuma mentira, é uma verdade do que se poderá fazer com aquilo que nós aprovámos aqui no passado mês de Janeiro, um mês antes desta proposta que o PSD apresentou e que está aqui hoje em discussão.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero deixar aqui algumas questões relativamente a este Projecto de Resolução, naquilo que pode ser considerado no seu sentido útil e, salvo melhor opinião, o seu sentido útil é efectivamente o de facilitar a vida às empresas para que lhes permita aceder a fundos que à partida não estariam disponíveis, pelo menos, no momento em que sobre o qual esta proposta versa.

Ora, aquilo que da parte do Governo gostaria de transmitir à Câmara sobre este assunto é que nós não estamos a falar duma situação em que este objectivo já não tenha sido perseguido pelo Governo.

Eu recordo que, sob proposta do Governo, esta Câmara aprovou alterações ao SIDER exactamente criando dois mecanismos que visam esse objectivo, por um lado o objectivo da antecipação do pagamento e, por outro lado, aquilo que é designado de adiantamento.

No que diz respeito à antecipação do pagamento e ao adiantamento eles visam exactamente este assunto, embora por vias diferentes.

Eu devo confessar que me parece que o PSD terá preparado mal, sem ofensa, esta discussão e o Sr. Deputado Jorge Macedo fez um esforço para centrar a sua argumentação num aspecto que, sinceramente já não merece este esforço dispendido. Isso é revelador, na minha modéstia opinião, dessa falta de preparação, mas também do pouco cuidado com que o Grupo Parlamentar do PSD encarou esta matéria e refiro-me concretamente a quê? Refiro-

me em relação à ênfase que tem sido colocada na questão dos 30 ou 35%, quando a experiência que nós temos desde que foi introduzida a possibilidade de um adiantamento de 35%, porque efectivamente o problema não se coloca em relação à percentagem da antecipação, o problema coloca-se em relação a um conjunto de outros condicionalismos que existem para os promotores, que a União Europeia exige que os promotores cumpram e que neste sentido concreto os pode, de acordo com a decisão que tomam de recorrer ou não a estes mecanismos, inibir de eles recorrerem.

Nós temos, desde logo, uma questão de tem a ver com a garantia bancária, porque qualquer adiantamento está sujeito a uma garantia bancária e isto é algo do qual a União Europeia não arreda pé e do ponto de vista do empresário, tão ou mais importante do que ter o acesso a 30, 35, 50 ou 65%, isto é algo que os condiciona e porquê? Porque os encargos que ele tem com esta circunstância aumentará na exacta medida da percentagem a que ele recorrer e, portanto, parece-me que o problema estará mal colocado.

Por outro lado, acresce que a 7 de Abril deste ano foi aprovado um regulamento pelo Conselho que elimina esta restrição de 35% e daí que eu diga que o Sr. Deputado Jorge Macedo preparou mal esta discussão, porque perdeu tempo a falar duma coisa que efectivamente já não existe, mas pode-se perguntar: então se já não existe essa restrição de 35%, por que razão é que a gente não aumenta mais? Exactamente por aquilo que eu acabei de explicar, é que o encargo que o promotor vem a ter com o adiantamento é o que constitui a sua principal limitação em termos do recurso a esse modelo de adiantamento e isso mantém-se, quer numa situação de 30%, quer numa situação de 35 ou 50%.

Recordo apenas à Câmara que, apesar de ter mexido nesta questão da percentagem, a União Europeia não prescindiu da questão da garantia bancária e, portanto, continua a haver um impacto directo naquilo que é a gestão da empresa, porque não é apenas dizer: nós permitimos que o empresário tenha acesso a 50%, mas quando o empresário decidir recorrer a 50% de adiantamento tem que apresentar uma garantia bancária desse valor e tem que pagar os encargos dessa garantia bancária. Este é que é, segundo a leitura que fazemos, o verdadeiro problema e não o problema dos 30 ou 35%, o problema são os encargos que o investidor tem quando decide recorrer ao adiantamento, porque o adiantamento não funciona só por si.

Convém que esclareçamos que, da mesma forma que permitimos isto, só é possível ao empresário recorrer a este adiantamento assumindo também determinados custos, assumindo também determinados ónus, assumindo também determinadas despesas que naturalmente podem condicionar, de acordo com aquilo que é a gestão que ele faz da sua empresa, o recurso que ele pretende fazer ao crédito.

Portanto, se nós em função da percentagem temos essa situação, que está já resolvida pelo regulamento que o Sr. Deputado Jorge Macedo não conhecia, se nós continuamos a ter um problema relativamente à questão das garantias, o que é que nós temos que fazer em relação a isso?

Se isto funciona em relação ao adiantamento, já não é da mesma forma que funciona em relação à antecipação do pagamento na modalidade que está prevista no decreto que a Assembleia aprovou.

Portanto, em relação à antecipação, daí a informação do Sr. Presidente do Governo que não há absolutamente contradição entre aquilo que ele disse e aquilo que é a nossa posição, só na cabeça do Sr. Deputado Jorge Macedo, aquilo que nós temos, mesmo com esse limite de 30%, é por que razão se justifica que um decreto regional tenha esse limite de 30%? Por três motivos:

Em primeiro lugar, porque na sua génese aquilo que nós temos é um mecanismo de apoio às empresas que paradoxalmente implica também algum esforço do empresário e o facto de nós termos esses 30% é aquilo que nós, à partida, desconhecendo aquilo que seria o resultado da aplicação deste diploma, consideramos que seria equilibrado em termos de recursos.

Em segundo lugar, nós não temos apenas o adiantamento, nós temos também a antecipação e a cumulação desses dois meios de ajudar o empresário a dispor de liquidez e pode fazer com que, recorrendo a um ou recorrendo outro, ele tenha uma decisão mais flexível daquilo que são os encargos que entende que a sua empresa deve ou não assumir.

Dizer-se que podíamos aumentar mais, nós entendemos que não. Esta é uma solução equilibrada, porque permite, quer dum lado, quer do outro, fazer entrar dinheiro na empresa.

Em terceiro lugar, nós temos em vigor, desde aproximadamente Janeiro ou Março, esta possibilidade dos adiantamentos.

Eu fiz questão de dar resposta a uma pergunta que me foi colocada na Comissão pelo Sr. Deputado José Cascalho, que me questionou concretamente sobre como é que as empresas estavam a utilizar esses mecanismos e a resposta que eu dei foi que efectivamente estavam a utilizar muito pouco ou nada.

A preocupação que o Governo tem nesta matéria é informar os empresários e isso é feito em relação a cada empresário que tem à sua disposição essas duas possibilidades, de antecipação ou de adiantamento.

Não compete ao Governo dizer se o empresário recorre a uma ou se recorre a outra, ele na decisão da sua empresa é que deve saber se quer assumir os encargos com uma garantia bancária, se pode efectivamente recorrer à garantia bancária, se tem as condições para que o banco lhe preste essa garantia.

Deputado António Marinho (PSD): Exactamente, mesmo que o adiantamento seja garantido!

O Orador: Isso não tem nada a ver com percentagens, ou seja, quanto maior for a percentagem pior.

Retomando o raciocínio o que eu gostava de dizer, se o Sr. Deputado António Marinho me permitir, é isto: é que a utilização que temos tido desses dois mecanismos tem sido muito reduzida.

Ora, podíamos considerar que o problema era do sistema, era do modelo que estava montado e, portanto, se houvesse o recurso à antecipação e não houvesse o recurso ao adiantamento podíamos considerar que o problema estava no modelo, mas não é isso que acontece.

Os empresários não têm recorrido a este modelo e todos eles estão informados de que há estas duas possibilidades.

Deputado António Marinho (PSD): Já falou com todos?

O Orador: Não, eu enviei uma carta a todos os empresários cujo projecto foi aprovado a dar-lhes conta que eles tinham essa possibilidade. Se quer os avisos de recepção, também se arranja.

Deputado António Marinho (PSD): Não é preciso!

O Orador: Obrigado por confiar na minha palavra.

Isto pode-nos levar a outra questão e que é a seguinte: mas, então o que é que o Governo está a fazer? O Governo cria dois mecanismos e está assim? Não, nós entendemos que é necessário agir em termos de rapidez na decisão de aprovar ou reprovamos o investimento, ou seja, o principal aqui é o empresário saber se tem ou não tem apoio e tendo apoio se pode recorrer a ele.

É este o esforço que o Governo está a fazer e principalmente é isto que o Governo entende que deve permitir aos empresários, ou seja, nós estamos a trabalhar naquilo que são os projectos cuja análise compete ao Governo, que não são todos, como sabem, com prazos de dois meses e meio a três meses entre a data de entrada de um projecto e a data de decisão sobre esse mesmo projecto e para nós é fundamental a rapidez, a prontidão em termos do empresário saber se pode ou não contar com apoio.

Isso já está a ser feito há muito tempo, já está a ser feito antes até da introdução das alterações ao SIDER e isto efectivamente permitiu que até à data mais de duas centenas e meia de projectos, neste quadro comunitário, tenham sido aprovados, com um investimento privado superior a 200 milhões de euros.

Nós do início do ano até agora já tivemos projectos de investimento privado que andam à volta dos 35 milhões de euros, ou seja, não temos uma resposta da parte do tecido empresarial.

A situação económica não é efectivamente a melhor, mas temos esta resposta e a obrigação que nós assumimos é, para além da questão da antecipação, para além da questão do adiantamento, a questão da prontidão de resposta ao empresário e isso para nós é fundamental, porque aí o empresário não tem que assumir qualquer ónus, não tem que assumir qualquer encargo, não tem que assumir qualquer custo.

Esta é a obrigação da Região, no caso concreto do Governo Regional em termos de decisão sobre este projecto e o empresário depois, com recurso às duas possibilidades, pode decidir, de acordo com a gestão da sua empresa, a qual delas pode recorrer, não esquecendo, e esta é uma parte que me parece importante salientar neste debate, que uma delas, o caso do adiantamento, implica efectivamente custos e ónus para o empresário.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(* **Deputado Pedro Medina** (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção a explanação do Sr. Secretário Regional da Economia em relação aos auxílios prestados no âmbito dos fundos comunitários e a primeira sensação que tive é efectivamente, em termos administrativos, que o Governo está a ter uma eficiência muito grande.

Agora, aquilo que nos suscita dúvidas é a questão da gestão, duma forma global, dos fundos estruturais e podia até começar pela situação do princípio.

Como nós sabemos a União Europeia pré-financia os Estados com determinado montante do valor global dos investimentos para o período, neste caso, 2007/2013 e desse ponto de vista todos os anos os Estados recebem um financiamento próprio que, do nosso e do vosso ponto de vista, penso eu, não estará metido debaixo de nenhum colchão, estará metido numa instituição financeira do qual gerará a correspondente remuneração, nomeadamente juro.

Portanto, há dinheiro disponível, há receita própria que estes fundos estão a trazer para os Estados membros para poderem aplicar duma forma também mais directa naqueles que pretendem aderir.

Também estranhámos que na questão das garantias bancárias seja uma imposição aos empresários. Tenho algumas dúvidas e reconheço que não tenho a legislação e gostava de ser esclarecido sobre esse ponto, porque me parece importante.

Aquilo que a União Europeia diz em termos de regras de execução é que existe uma exigência de utilização de uma garantia financeira ou de um instrumento equivalente, só se o Estado membro ou a autoridade de gestão prestar esta garantia de acordo com as disposições institucionais de cada Estado membro e, portanto, isto é uma regra geral.

Poderá haver outra legislação, alguma coisa que componha essa questão dos adiantamentos. Convinha que fosse esclarecido, porque nós sabemos que existe uma postura de Estado ao nível da República, quando nós falamos de receita fiscal, em que o contribuinte quando quer reaver, nomeadamente em sede de IVA, quer ser reembolsado do valor a que tem direito, tem forçosamente que prestar uma garantia bancária.

Ao nível de IRS e de IRC se houver divergência entre a administração fiscal e o contribuinte, com penalizações para o contribuinte, achando este que tem razão, para poder fazer a reclamação tem que prestar uma garantia bancária, mas para esses empresários e

para esses contribuintes o Estado não tem pena e diz: os senhores têm que cumprir com essa obrigação.

Em relação aos fundos estruturais os senhores não querem ir mais além ao nível dos adiantamentos, porque coitado do empresário se calhar não pode contribuir com o tal encargo financeiro da garantia bancária.

Também aqui há uma série de divergência entre determinado tipo de políticas que tanto na República como aqui na Região se tem praticado e convinha esclarecer. Essa questão do pré-financiamento é muito importante, porque é preciso saber onde é que está o dinheiro, se está na autoridade de gestão a nível nacional ou se o dinheiro é reencaminhado directamente para os Açores para ser gerido numa forma imediata aqui na Região.

Para terminar, gostaria de dizer que havendo o tal juro da receita desses pré-financiamentos, havendo uma brecha na legislação que permita o Governo suportar essas garantias bancárias perante os empresários, poderia ser uma via alternativa também aplicar esta receita a favor dos empresários num momento de bastante dificuldade, se este é o constrangimento para eles numa forma imediata recorrerem aos adiantamentos.

Quanto ao Projecto de Resolução, apresentado pelo PSD, não vemos nenhuma objecção em relação a ele, porque o ónus é uma forma também de rapidamente e numa forma mais eficiente, e num valor superior, fazer esses adiantamentos para que eles possam executar os seus projectos de investimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado António Marinho.

(* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há um ou dois meses, quando foram aqui debatidas as outras medidas, propostas pelo PSD, no âmbito do pacote para combater a crise, tão criticado por parte do Governo, já aí tínhamos tomado nota da atitude que o Governo tem relativamente a cada uma das medidas e essa atitude é não querer, os senhores não querem pura e simplesmente, e tinham, aliás, evidenciado isso, e vamos fazer aqui a cronologia dos acontecimentos, mesmo antes do PSD ter apresentado, ou seja, já estavam a criticar aquilo que ainda não tinha sido apresentado.

Os senhores fizeram umas jornadas parlamentares, creio que em Água D'Alto, e criticaram aquilo que ainda nem conheciam, inclusivamente de parte do Sr. Presidente do Governo que deu verdadeiros tiros no pé, porque ao criticar aquilo que o PSD tinha apresentado, criticou as suas próprias medidas, designadamente a linha de crédito que o Governo tem neste momento em curso e que tem uma mecânica idêntica a uma que o PSD tinha apresentado. Portanto, a pré-disposição de parte do Partido Socialista é para mandar abaixo tudo aquilo que vem da parte do PSD. Nós já conhecemos essa disposição.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Também vimos aqui, neste últimos minutos, designadamente da parte do Sr. Deputado José do Rego e depois do Sr. Secretário, que os entendimentos ou as interpretações que têm relativamente aos regulamentos são doutrina a partir de agora e, portanto, não se pode contestar aquilo que o Governo entende e aquilo que manda fazer ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ou seja, o entendimento do Governo é o único e é o certo. A verdade é que não é.

Relativamente à pretensa ilegalidade que existia, porque eram ultrapassados os 35% que existiam até determinada altura, esse é um entendimento realmente do Governo Regional e foi o entendimento do Partido Socialista, mas não é o entendimento de um conjunto de quadros credenciados que a nível da Comissão Europeia estiveram na base da elaboração do Regulamento nº 1083 de 2006, ou seja, os próprios que elaboraram este regulamento que no seu artigo 78º, alínea b), nº 2, diz que os adiantamentos não excedem 35% do montante do total do auxílio a conceder, têm um entendimento que o montante total do auxílio a conceder pode incluir a parte reembolsável e não reembolsável do apoio que é dado.

Os senhores pensam assim, eles lá fizeram isto e acham que não.

A sabedoria de que é detentor o Governo e o Partido Socialista não é condição para que a partir daí seja considerado como uma única leitura possível. Não é.

Quem fez isto acha que os senhores não têm razão e como tal e naquele passo de magia que o Sr. Deputado José do Rego há bocado fez, lendo algo que foi buscar, creio que ao site do PSD, julgo que foi aí que foi buscar as declarações da Sra. Presidente do PSD/Açores, Dra. Berta Cabral, e disse que a Sra. Presidente do PSD tinha dito que ia aumentar para 50% e que uns dias depois, quando apresentamos, já pusemos, pelo menos até 50%. Tanto faz o “para” como “pelo menos até 50%”, porque os tais 35%, de acordo com a leitura, de acordo

com interpretação de quem produziu o regulamento, ao contrário daquelas percentagens há bocado referidas pelo meu colega Jorge Macedo, que eram de pelos menos 50% e em que não eram atingidos nem pouco mais ou menos os tais 35% considerados como o limite máximo.

Se fosse com 50% no caso concreto das percentagens que eu há bocado tinha referido para S. Miguel, Terceira, Faial e Pico de 200 a 500 mil euros, em vez de 22,5%, se fosse 50% de aumento era 25%, dez pontos abaixo do limite máximo.

Em vez dos 26,25% para as outras ilhas, passava para 29,17%, abaixo dos 35%.

No caso de investimentos superiores a 500 mil euros, os 20% correspondentes a S. Miguel, Terceira, Faial e Pico passavam para 22,22%, bastante abaixo de 35% e os 24,55% de todas as outras ilhas passavam para 27,27%, mais uma vez abaixo dos 35%, ou seja, o tal passo de mágica das declarações da Sra. Presidente do PSD, para aquilo que o senhor, na sua versão, diz que depois foi a proposta final do PSD, é outro tiro no pé, é querer fazer piada com algo que é sério e, portanto, é política pouco séria.

Eu tenho aqui tantas notas que já me vou perdendo nisto tudo, porque era tanto o material que ia surgindo das duas intervenções proferidas desse lado, mas eu vou tentar dizer tudo.

Quando o Sr. Deputado José do Rego diz: “nós apresentamos 10, os senhores querem logo apresentar 20”, o Sr. Presidente do Governo enche logo a boca de números e apresenta 100.

Deputado José do Rego (PS): Não misture as coisas!

O Orador: Isto é interessante, porque passou-se o mesmo relativamente às outras medidas apresentadas, achavam que elas eram ilegais e no caso das cinco, três delas propuseram medidas exactamente iguais ou ligeiramente acima daquilo que tinha sido proposto.

Portanto, os senhores primeiro renegam e acham que aquilo não interessa absolutamente para nada e depois pela calada vão colocando-as em prática. Ainda bem que assim fazem, porque pelo menos reconhecem que aqui se trabalha, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

Deputado José San-Bento (PS): Ninguém disse isso.

O Orador: ... se prepara bem o trabalho e que há ideias que vão saindo daqui.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Voltando ao início, há aqui uma questão que é a seguinte: quando se quer, quer, quando não se quer, não se quer e quando se quer auxiliar as empresas tenta-se fazer tudo. Mesmo que os outros tenham uma diferente interpretação, da nossa parte o que queremos é auxiliar quem está a passar um mau bocado, por isso vou tentar rodear um bocadinho a interpretação que uma terceira pessoa tem para ver se ele vem para o meu lado. Foi isso que os senhores não quiseram fazer.

Vamos à questão do trabalho:

O PSD apresentou este Projecto de Resolução no dia 6 de Março e o Sr. Secretário disse que no dia 7 de Abril veio um novo regulamento, a partir do qual deixa de existir o limite dos 35%.

Antes do dia 6 de Março, antes de apresentarmos as medidas que os senhores consideraram ser tarde e a más horas, nós, felizmente, temos muitos contactos, e foi por esse motivo que sabíamos que não havia qualquer tipo de ilegalidade relativamente à questão dos 35% e havia a expectativa de que a curto prazo estivesse perfeitamente definida uma completa eliminação do limite dos 35%. Sabia-se isso, porque ao nível da União Europeia não estão a preparar medidas para apresentar e para depois dizer grandes números como o Sr. Secretário acabou de dizer dos 250 projectos e que me parece que está um pouco a querer divulgar aquilo que o seu colega da primeira fila tanto gosta de fazer que é encher a boca com esses números. Eu acho que isso já começa a estar um bocadinho fora de moda, mas o senhor lá saberá.

Portanto, a União Europeia tenta efectivamente fazer medidas para resolver o problema, designadamente da PME's europeias e por isso já nessa altura existia isso na sua cabeça e os tais técnicos que têm uma interpretação diversa daquela que o Governo tem, sabiam que essa nova legislação estava em preparação.

Nós sabemos que os senhores gostam de nos apontar como preguiçosos, mas nós não somos preguiçosos, trabalhamos e não somos tão tolos assim e por isso quando propomos as medidas não fazemos isso de forma leviana e propomos aquilo que entendemos que é possível fazer e, perante alguma eventual ilegalidade, se contactarmos a existência de qualquer possibilidade daquilo que propomos ser ilegal, – e devo dizer-vos que somos pessoas sérias – seguramente que não a apresentaríamos.

Como tal é perfeitamente indigno da vossa parte, primeiro começaram a atirar para a comunicação social, por interposta pessoa, com as pretensas ilegalidades, ou seja, fizeram chegar à comunicação social uma pretensa ilegalidade, da qual ninguém do Partido Socialista ou do Governo foi autor. Fizeram chegar a órgãos de comunicação social para ver se pegava, mas depois começaram a ver que estavam a fazer asneira e que a tal pretensa ilegalidade afinal não existia e não foram capazes de dar a cara relativamente a essa matéria.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Aquilo que estou a dizer, se quiser, posso concretizar.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Concretize já.

O Orador: Concretizo: telejornal da RTP/Açores e Antena 1. Estas notícias chegaram lá através de um papel, não se sabe muito bem vindo de onde, apontando a eventual ilegalidade. Pesquise junto dos seus colegas de Governo.

Em relação à garantia bancária há aqui uma questão política fundamental: o senhor fala na diferença entre adiantamentos e antecipações, mas Sr. Secretário, o senhor tem é que pagar a horas, porque quem acabou de efectuar determinada despesa com o seu investimento, tem o comprovativo dessa despesa, em termos físicos verifica-se que o investimento está feito, aquilo que o senhor tem a fazer é pagar no imediato.

Segundo a óptica do seu colega de Governo da primeira fila, ele diz que o Governo paga em 27 dias e acho que agora até já reduziu um bocadinho, os empresários é que não notam isso. Portanto, quanto às antecipações os senhores têm é que pagar a horas e deixarem de pagar tarde e a más horas, como fazem consecutivamente.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Depois colocam a questão do adiantamento com a garantia bancária e eu pergunto: por que é que limita para 30%? Por que é que o adiantamento não pode ir até aos 100%? Se o empresário quiser aguentar com o respectivo custo é problema dele, a decisão é dele. Impondo o limite de 30% o senhor está a limitar a capacidade de decisão dele, isto é: o senhor está a pensar pelo empresário. É este o problema deste Governo socialista, ou seja, aquilo que todos nós fazemos, pessoas ou empresas, tem previamente que ser aprovado e condicionado pelos senhores. É esse o problema que está também aqui na aprovação desta matéria.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu falo porque fui interpelado directamente, caso contrário não o faria, porque o presidente do meu Grupo Parlamentar prestou todos os esclarecimentos necessários relativamente à posição do PSD.

Sr. Secretário, isto começa a ser recorrente, e neste princípio de legislatura isso tem sido cada vez mais evidente, de que as propostas que o PSD e outros partidos da oposição apresentam são, em princípio, para chumbar. Deixa-se que o tempo faça o trabalho e que seja esquecido o respectivo proponente, para passado pouco tempo podermos vir, nesse caso os senhores, apresentar as propostas como sendo vossas e como sendo os iluminados que encontraram as soluções para os problemas da Região.

Na proposta concreta que o PSD aqui apresentou de adiantamentos aos empresários que executam investimentos ao abrigo dos fundos comunitários, a vossa reserva de princípio era que a proposta era ilegal, a aí não gosto de acusar ninguém por falta de trabalho ou de impreparação, mas se nós estávamos a propor isso, os senhores se tivessem bem informados não contrariavam por aí, podiam arranjar outros argumentos para contrariar, mas por aí evitariam.

Segundo ainda hoje ouvi aqui, as empresas seriam inibidas de concorrer a futuros sistemas de incentivos. A eliminação do limite foi no dia 6 de Abril, mas eu ouvi isso hoje aqui.

Nós sempre dissemos que a União Europeia se preparava para fazer essa alteração da eliminação do limite do tecto máximo do adiantamento. Agora que a União Europeia disse que já não há limite, o problema passa a ser novamente arranjar aqui uma coisinha para enriquecer, o problema passa a ser a aplicabilidade, a atractividade e os empresários não estão muito interessados porque têm que pagar um preço muito elevado pela garantia bancária que tem que prestar.

Sr. Secretário, os senhores deixem de pensar pelos empresários, deixem que eles pensem por si e a partir do momento em que eles pensarem por si e não quiserem, aí o senhor tem toda a razão, mas até lá não tem razão nenhuma.

Deputado João Costa e Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A recorrência da vossa actuação de que no princípio é irresponsável, é ilegal, não presta, vem atrasado, lembrei-me agora rapidamente de cinco episódios já nesta legislatura: os senhores diziam que não havia crise e o PSD disse: “atenção que a crise está aí”, mas não havia crise para o Partido Socialista. O Sr. Presidente do Governo dizia que não havia crise, passado pouco tempo havia uma crise almofadada e o PSD dizia: “a crise está aí”.

Passado algum tempo já havia crise e foram rapidamente reunir com os representantes do patronato para encontrar soluções para a crise, que um mês e meio antes o Presidente do Governo tinha dito que não existia. Primeiro episódio.

Segundo episódio:

“São irresponsáveis as declarações da Presidente do PSD, Berta Cabral quando diz que se fosse o PSD rescindia os contratos com o Atlântida. Essas afirmações são irresponsáveis, é de quem não percebe nada do assunto”. Poucos meses depois a razão foi dada ao PSD, rescindiram o contrato com o Atlântida e o Anticiclone vai pelo mesmo caminho.

Terceiro episódio:

O PSD apresentou nesta Assembleia um projecto de resolução que dizia: “é importante que se possa fazer a compartimentação e faseamento das obras públicas, porque dimensiona essas obras públicas de acordo com aquilo que são a dimensão das nossas empresas”. Não pode ser e chumbaram a proposta do PSD.

Passada uma semana eu abro um jornal e vejo um vosso director regional a dizer que o Parque de Exposições de Angra do Heroísmo ia ser dividido em quatro fases para adequá-lo à dimensão das empresas regionais.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que é que uma coisa tem a ver com a outra?

O Orador: Sr. Secretário, isto é só para demonstrar a recorrência da vossa atitude. Só faltam mais dois episódios.

Quarto episódio:

O PSD disse que havia margem para poderem baixar as tarifas aéreas inter-ilhas em 20%. Os senhores disseram que nada disso era impossível, são declarações irresponsáveis de quem não sabe nada de contas.

Há cerca de menos de um mês o Sr. Presidente do Governo veio anunciar que para Outubro próximo vai haver um abaixamento de 15 e 17% relativamente às tarifas inter-ilhas.

Último episódio, a questão dos adiantamentos.

Antes a União Europeia é que era o “papão”, a União Europeia deixou de ser o “papão”, afinal isso não é aplicável, não tem grande aplicabilidade nem é prático para os respectivos empresários.

Os senhores deixem os empresários dizerem se é ou não prático e tenham a coragem de aprovar o nosso projecto de resolução e os empresários dirão o que têm que fazer.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Secretário Regional da Economia.

(* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Medina, eu gostava apenas de lhe dizer que, ponto de vista da exigência de garantia bancária, é perfeitamente clara a exigência legal da garantia bancária, prevista no artigo 78º, nº 2, alínea a) do Regulamento 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho. Essa alínea a) não foi mexida pelo regulamento de Abril passado e, portanto, essa exigência legal é clara, existe e é pacífica a esse nível.

Sr. Deputado António Marinho, eu devo confessar que me sinto um pouco como o Egas Moniz, é que perante pessoas sérias como os Srs. Deputados do PSD, perante pessoas trabalhadoras como os Srs. Deputados do PSD, o que é que uma criatura indigna, malévola, maléfica, quase diabólica como eu, segundo os Srs. Deputados do PSD, pode vir esclarecer esta Câmara.

Eu já me dou por muito feliz por me deixarem estar aqui a poder partilhar convosco esta grande luminosidade que erradia dessa bancada, porque efectivamente o que seria de nós com criaturas que querem sempre, nas palavras do Sr. Deputado Jorge Macedo, “enriçar”, criaturas que estão aqui sempre a cascar no PSD?

Sr. Deputado António Marinho, não vê que de tão exagerado que quis traçar o retrato de outros que não do seu partido, perdeu toda a credibilidade?

Conforme o senhor reconheceu, e muito bem, quando o PSD apresentou a sua proposta, ela era ilegal.

Deputado António Marinho (PSD): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Não, não foi e sabem porquê, Sras. e Srs. Deputados? Porque há uma ligação telepática entre os Srs. Deputados do PSD e a Comissão Europeia que perceberam que havia ali qualquer coisa que ia mudar, não se sabia bem o quê, mas ia mudar, ou seja, a União Europeia ia acabar com o limite.

Deputado António Marinho (PSD): Graças a Deus!

O Orador: Os Srs. Deputados do PSD apresentaram uma proposta que na altura, face ao quadro legal vigente, era ilegal. Qualquer jurista lhe pode dizer isso.

Não vale a pena entrar com justificações dos contactos que o senhor tinha ou deixou de ter. A vossa proposta era ilegal, tão simples quanto isso.

Deputado António Marinho (PSD): Para si!

O Orador: Não é para mim, porque não sou eu que faço a lei. Era ilegal e qualquer jurista da sua bancada lhe pode dizer isso.

Deputado António Marinho (PSD): Na sua interpretação!

O Orador: Sr. Deputado António Marinho, a postura do Governo não é a de não querer que se conteste aquilo que o Governo diz, mas é efectivamente de que se conteste com argumentos válidos, com verdade e, sobretudo, com sustentabilidade.

Se me permite, gostava ainda de lhe dizer o seguinte: pelo que me recorde fui eu que disse aqui, na minha intervenção anterior, que os 35% estavam revogados. Fui eu que disse e nem sequer os senhores disseram isso, fui eu que disse que os 35% já não eram problema e, portanto, já não havia aqui um problema de ilegalidade.

A questão que se coloca de antecipação e adiantamento, Sr. Deputado António Marinho, não é o Governo que faz essa brincadeira da antecipação e do adiantamento, quem decidiu que haveria antecipação, que é uma coisa, e adiantamento, que é outra, foi esta Câmara. O senhor esquece-se disso. Foi esta Assembleia que decidiu que havia uma coisa chamada antecipação, com um quadro de funcionamento próprio, e uma coisa que se chama adiantamento com um quadro de funcionamento próprio e, portanto, não é o Governo que está a fazer qualquer tipo de confusão, quem quer fazer confusão nesta matéria é o Sr. Deputado António Marinho.

O Sr. Deputado critica o Governo e diz: então os senhores estão a pensar pelos empresários, deixem os empresários pensar. Ó Sr. Deputado, se bem vi a vossa proposta, ela também tem um limite, porque aumentar 50% do adiantamento também fixa um limite.

Deputado António Marinho (PSD): Tem que ler melhor. Pelo menos 50%!

O Orador: Não, o raciocínio não foi esse, Sr. Deputado, o raciocínio foi colocado do ponto de vista de princípio e aquilo que vale para se estabelecer, do ponto de vista político, um princípio de 30%, vale, do ponto de vista de legitimidade e de actuação política, para se fixar um limite mais alto.

Portanto, desse ponto de vista estamos exactamente em igualdade de circunstâncias e não vale a pena entrar por aí, mas há um aspecto aqui que me parece mais preocupante, é que nós estamos a falar da questão do adiantamento como se se tratasse de algo perfeitamente líquido para os empresários, ou seja, basta o empresário pedir e está aqui o adiantamento.

Se me permitem, é importante que também aqui se faça a pedagogia de que isso não é assim. Com as regras que estão fixadas e que não foram alteradas pela legislação de Abril, faz com que para ter acesso ao adiantamento o empresário tenha também que assumir custos, tenha que ter as condições para recorrer à garantia bancária, tenha que ter as condições para que o banco lhe empreste essa garantia.

Portanto, isso não está a ser dito com a clareza, pelo menos na minha opinião, que eu acho que deve ser dito, porque quando nós falamos em adiantamento, estamos a discutir uma coisa que também traz custos para os empresários e deve ser dito com esta clareza e também, presumo eu, é pelo facto dos empresários já terem percebido isso que não recorrem a esses dois mecanismos como efectivamente têm a possibilidade de recorrer.

Parece-me, salvo o devido respeito, que as questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado António Marinho estão efectivamente explicadas.

O Sr. Deputado tem o inteiro direito de criticar a postura que o Governo e o Grupo Parlamentar do PS têm nesta matéria, agora o que não pode aqui fazer é fugir às falhas, não pode fugir aos erros e não pode fugir àquela que foi a precipitação do Grupo Parlamentar do PSD nesta proposta.

Sr. Deputado Jorge Macedo, o senhor pretendeu falar aí em cinco exemplos que ilustram bem a diferença do ponto de vista político entre o PS e o PSD. Devo dizer-lhe que não posso

estar mais de acordo. Efectivamente são esses exemplos que ilustram bem a diferença entre aquilo que é o modo de agir do PS e do modo de agir do PSD.

Primeiro exemplo: Crise.

Em Novembro o PSD disse que ia apresentar um pacote de propostas, passou Novembro, passou Dezembro, passou Janeiro, passou Fevereiro e só em Março é que apresentou. Quando é que o Governo apresentou as suas medidas? Finais de Novembro ou princípios de Dezembro, julgo eu.

Em relação a esta matéria está perfeitamente clara a diferença de actuação entre PS e PSD, porque o PSD diz que vai fazer, Governo e o PS fazem.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa correu-lhe mal. Passe a outro. Vamos aos barcos.

O Orador: Segundo exemplo: Barcos.

Em Dezembro rasgavam-se os contratos dos barcos; ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o senhor dizia que chegavam cá a 13 de Maio!

O Orador: ... em Janeiro rasgavam-se os contratos dos barcos.

A Região só teve legitimidade para resolver os contratos dos barcos a 26 de Março, resolveu-os a 9 de Abril.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É falso! Um ano antes, por aquilo que sabemos, podia ter feito isso!

O Orador: Mais uma vez diferença entre o PS e o PSD.

Se fosse feito aquilo que o PSD queria fazer, neste momento nós não tínhamos razão para ter revogado os contratos dos barcos. Fizemo-lo, cuidando da defesa dos interesses da Região, com toda a serenidade, com toda a tranquilidade e, sobretudo, com toda a segurança jurídica que, no caso, o PSD não tinha.

Terceiro exemplo: Tarifas aéreas.

O PSD já o ano passado dizia que iam baixar as tarifas aéreas e só agora é que o Governo diz que vai baixar?

Sr. Deputado Jorge Macedo, o ano passado quando os combustíveis estavam ao preço que estavam, efectivamente era disparatada a proposta do PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E eu Outubro a que preços vão estar os combustíveis?

Deputado Mark Marques (PSD): Tem uma bola de cristal? É um verdadeiro artista!

O Orador: No âmbito de novas obrigações de serviço público, que entram em vigor em Outubro, é possível baixar as tarifas, e não é a meio duma concessão de obrigações de serviço público, mas no âmbito de novas obrigações de serviço público é possível, no momento certo, na altura certa, com a ponderação certa, fazer aquilo que deve ser feito. Esta é mais uma diferença entre o PS e o PSD.

Portanto, aquilo que o Sr. Deputado Jorge Macedo queria invocar como grandes exemplos da capacidade e da previsão do PSD, apenas se revelam como exemplos da incapacidade, da precipitação, da falta de preparação do PSD.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): *Muito bem!*

Deputado Jorge Macedo (PSD): Faltam dois exemplos.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma intervenção muito curta, mas para deixar aqui claras quatro questões.

Não é por o senhor falar mais alto e por me dizer que a interpretação jurídica daquele regulamento que é a única e aquela que o senhor e também o Grupo Parlamentar do PS levaram a considerar a nossa proposta como ilegal, que é a única interpretação, é a sua interpretação. Volto a dizer mais uma vez que não é duns contactos de Bruxelas, é de um conjunto de quadros qualificados que estiveram na base daquele Regulamento nº 1083, de 2006.

Portanto, não é uma qualquer interpretação, nem são uns quaisquer indivíduos que andam a passear pelos corredores de Bruxelas, são quadros qualificados da direcção onde teve lugar a preparação desta legislação e por isso não sei se são mais válidas aquelas interpretações ou as do Sr. Secretário, agora, no mínimo, têm a mesma qualidade das interpretações que o senhor e os seus juristas fizeram.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Por esse motivo é que não tem nada a ver aquilo que o Sr. Secretário diz, porque se a nossa limitação foi 30, os senhores também têm uma limitação que é 50.

No dia 6 de Março, ainda que soubéssemos que esse regulamento estava a ser preparado, ainda não existia o regulamento de 7 de Abril.

Se na altura não houvesse já qualquer tipo de limitação, seguramente que o Projecto de Resolução do Partido Social Democrata não diria “para pelo menos 50%”, iria até ao limite máximo possível.

Portanto, nós não criámos qualquer tipo de limitação, a limitação estava ela própria imposta pelo regulamento que existia até 7 de Abril. Se o tivéssemos feito, então estávamos a entrar em ilegalidade, mas porque tínhamos estudado a questão não entrámos na ilegalidade e por isso é que aquilo que o Sr. Secretário tentou sugerir, manifestamente não colhe.

Quando os senhores colocam o limite em 30%, embora saibam que os empresários, como o Sr. Secretário diz, nem estão a utilizar essa possibilidade, porque existe um custo relativo à garantia bancária, mas agora já é possível até 100%.

O Sr. Secretário diz que a questão das antecipações e dos adiantamentos foi aprovada nesta casa. Foi, sim senhor, mas foi proposto nesta casa pelo PSD nessa proposta de resolução para que se desse um acréscimo no adiantamento e se os senhores quisessem efectivamente fazer crescer o adiantamento também o poderiam fazer aprovando este Projecto de Resolução e depois tomando as medidas necessárias para o efeito.

Portanto, estão as duas coisas no mesmo plano, foram aqui apresentadas a esta casa e esta que está aqui em discussão, ainda não sabemos, mas provavelmente os senhores não vão querer aprovar, pelo que parece, pelo que a casa gasta e pelo que parece ser a sensibilidade das intervenções, quer do Sr. Secretário, quer do Sr. Deputado José do Rego.

O Sr. Secretário diz que a garantia bancária tem um custo, e que é um custo para o empresário, mas, Sr. Secretário, os empresários sabem avaliar seguramente melhor do que o senhor, do que eu ou qualquer um de nós, se compensa ou não ter esse custo da garantia bancária.

Eles sabem fazer contas,...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Já o podem fazer.

O Orador: ... o dinheiro é deles e o senhor está a limitá-los e diz que não é possível fazer um adiantamento superior a 30% e que até tem um custo elevado, mas o senhor deixe que os empresários avaliem se esse custo é ou não compatível com a operação que desencadearam, porque ele pode achar que vale a pena receber o adiantamento integral relativo ao investimento suportando um custo que é elevado e isso ser compensado com as receitas do projecto.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor não percebe que está a contrariar a sua própria intervenção?

O Orador: Os custos com a garantia bancária são juros durante a construção num projecto, é mais um custo de investimento e depois da análise daquele investimento, as receitas relativamente àquele custo adicional podem ser mais que suficientes para manter uma taxa de rentabilidade interna elevada, para manter um valor actualizado líquido, para manter um conjunto de indicadores de rentabilidade económico financeira do investimento em determinados níveis, mas deixe que sejam eles a fazer esse tipo de avaliação e não se substitua aos empresários na avaliação daquilo que para eles pode ser positivo ou negativo. Se continuar a fazer assim está manifestamente, e mais uma vez tal como se verifica, em inúmeras áreas da sociedade açoriana, a pensar pelas pessoas. As pessoas, os empresários e cada um de nós pode pensar por si. Não precisamos do Governo para nos ajudar a pensar melhor. Liberte a sociedade açoriana.

Finalmente uma outra questão que tem a ver com a indignidade e com a actuação do Partido Socialista ou do Governo nesta matéria.

Eu até acredito que o Sr. Secretário tenha uma auréola em cima da cabeça e seja um santo, mas nessa bancadazinha toda que o senhor tem ali podem existir pessoas que são muito diabinhos e são essas pessoas que dão perfeita indignidade a determinado tipo de actuação como aquela que eu referi há bocado, tem a ver com este Projecto de Resolução, tentando, sem meter a mão no fogo, que aparecesse na comunicação social uma medida aparentemente ilegal. Lancem isso para ver depois o que é que eles respondem.

Tenho dito.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate em torno desta iniciativa do PSD que temos estado a assistir, julgo que se pode concluir com alguma legitimidade que as medidas de apoio em vigor são de duvidosa eficácia, não tanto pela responsabilidade directa de quem as concebeu, mas porque a doutrina que preside às exigências financeiras, nomeadamente aos bancos, torna impeditivo ou, pelo menos, dificulta o acesso aos apoios.

Julgo que esta proposta do PSD não só apresenta nada de novo, antes pelo contrário, se vier a ser aprovada acabará por dificultar ainda mais...

Deputado António Marinho (PSD): Essa história é para rir.

O Orador: Sr. Deputado, acho que tenho direito à minha opinião.

Deputado António Marinho (PSD): Tem o direito, mas também tenho direito de me rir.

O Orador: Ria à vontade, Sr. Deputado.

O grande problema é quando se procura envolver um terceiro interveniente entre o Governo e as empresas, ou melhor, quando se faz depender da doutrina das agências financeiras o acesso aos apoios, estar aqui a propor o aumento que é proposto pelo PSD, julgo que não traz nada de novo, antes pelo contrário vem é acrescentar alguma dificuldade.

O caminho terá forçosamente de ser outro e terá de ser de relacionamento directo entre o Governo e as empresas, sem um terceiro interveniente que está no mercado para ganhar dinheiro.

A Representação Parlamentar do PCP votará contra a iniciativa proposta pelo PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(* **Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Projecto de Resolução julgo que fui claro na minha primeira intervenção e mantenho tudo o que disse em relação a esta matéria.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Com excepção da ilegalidade.

O Orador: É estranho que um partido que esteve nesta sala a discutir um diploma, apresentado pelo Governo e que propõe 30% sobre esta matéria, nada tenha dito. Passado duas ou três semanas esse mesmo partido resolve passar de 30 para 50%, mas depois já não é 50, é 50 sobre 30 e, portanto, isto é o PSD no seu melhor ao longo desse tempo.

Portanto, nós na altura apontamos o que entendíamos sobre a ilegalidade desta proposta, mantemos a mesma posição e não ficamos por pessoas que trabalharam sobre o diploma. Temos trabalhado no dia-a-dia com as empresas e não estamos dispostos a que suposições de técnicos que já não estão na Comunidade, mas que foram os “pai” desses artigos, decidam se poderia entrar ou não entrar. Nós trabalhamos no dia-a-dia com as empresas e não queremos responsabilizar empresas por erros que se possam cometer.

Portanto, nós entendemos que a proposta não é correcta e acho que a nossa posição sobre esta matéria ficou muito clara.

O PSD sabia a 6 de Março que a Comunidade estava a trabalhar e apresenta o diploma antes da Comunidade ter legislado sobre aquela matéria. É uma coisa muito estranha e muito macabra.

Nenhum partido responsável apresenta uma proposta tendo em conta uma coisa que ainda não estava aprovada e antes mesmo de ser aprovada vamos já legislar.

Sobre este assunto acho que nós já falamos sobre tudo o que já foi dito.

Na altura, quando o PSD apresentou a proposta, a Sra. Presidente do PSD não disse uma coisa que fosse correcta, o PSD corrigiu em parte, face àquele hiato de tempo que nós já vimos do reembolsável e do não reembolsável e, portanto, nós não temos dúvidas.

Relativamente a 7 de Abril, o Sr. Secretário foi muito claro e a posição do PS, quando apresentou os 30%, na altura só era possível 35%. Mantém-se a nossa posição de defesa dos nossos empresários.

Em relação à caução da garantia bancária é preciso ter aqui presente nesta câmara que qualquer adiantamento que é feito pelo Governo ou por qualquer governo a uma iniciativa empresarial que ainda não tem o seu início, tem de ser sempre responsabilizado quem vai tomar essa iniciativa.

Portanto, não se comece a pensar que se poderia até eliminar as garantias bancárias ou arranjar outro tipo de garantia, mas temos de ter a consciência do que é que existe muitas vezes e a garantia é uma salvaguarda para o investimento público que se faz e não se deve criar suposições de que ela poderia ser alterada.

Deputado Lizuarte Machado (PS): A garantia é obrigatória e não é possível alterá-la.

O Orador: Sr. Deputado António Marinho, relativamente ao pagamento a tempo e horas da Região Autónoma dos Açores, o senhor sabe tão bem como eu que a Região Autónoma da Madeira, o País e muitas autarquias necessitaram de um instrumento financeiro para poderem fazer os seus pagamentos a tempo e horas e a Região Autónoma dos Açores tem cumprido duma forma exemplar os seus compromissos para com os empresários nas várias empreitadas. Aí o senhor não encontra na comunidade, nos nossos empresários dúvidas perante o nosso Governo.

Portanto, pode encontrar autarquias da nossa Região, da Madeira, do Continente, do Governo da República, mas o Governo Regional tem honrado os seus compromissos a tempo e horas com os nossos empresários, o que não vimos no passado quando esta Região foi deixada na banca rota.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(* **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão da exigência da garantia bancária é aceite pelo CDS/PP se, efectivamente, for uma exigência da União Europeia, mas não aceita se for para responsabilizar os empresários, porque continuamos a dizer que devemos ajudar aqueles empresários que pretendem investir numa época muito complicada para o fazer.

Estamos a falar de empresas que não estão falidas, estamos a falar de empresas com viabilidade económica e financeira e, portanto, estamos a falar de empresários que merecem ser apoiados e o Estado, dentro das suas competências e até ao limite do seu campo de actuação, deve apoiar quem pode produzir riqueza, quem pode criar mais postos de trabalho e quem pode contribuir para o aumento do nosso nível de vida e aproximação dos níveis europeus a nível financeiro, económico e social.

Portanto, só aceitamos essa questão da garantia financeira com a exigência da União Europeia.

No entanto, a questão da limitação dos 30% ou 35%, ou a baixa do 15% que foi para sinalizar os vários tipos de apoios de subsistemas de incentivos, há aqui uma questão que merece alguma reflexão, porque está-se a pôr o ónus no campo dos empresários e aquilo que nós temos que saber é qual é a responsabilidade do Governo pelo facto de só poder ir até esses limites, é para apoiar os empresários ou isso tem a ver com a gestão dos fundos, que aqui não foi explicado?

Aqui volta-se à pergunta inicial do pré-financiamento: quem que está a gerir o pré-financiamento desses subsídios? Eles vêm directamente derramados aqui para a Região ou é a autoridade que gere a nível nacional todo o sistema de incentivos que depois, como nós sabemos, são diluídos pelos vários tipos de subsistemas?

Eras esta questão que gostava de ver esclarecida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para esclarecimentos.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Uso novamente da palavra para, numa forma muito breve, dar conta do seguinte:

No momento actual, com os dados que nós temos, – e eu insisto nesta parte, porque é fundamental para aquilo que pretendo dizer – com os dados de recurso por parte dos empresários à questão do adiantamento, esta não se afigura como uma questão essencial em termos de sistemas de incentivos.

A questão essencial para o Governo, e na qual o Governo continuará a trabalhar esforçadamente e continuará a actuar no sentido de garantir que efectivamente isso se cumpre, é, em primeiro lugar, a questão da rapidez na decisão sobre os projectos de investimento, ou seja, que o empresário apresente uma proposta e tenha a resposta o mais rápido possível.

Em segundo lugar, rapidez naquilo que diz respeito a todo o processo subsequente, desde a parte da realização do contrato até à parte dos pedidos de pagamento que são feitos por parte dos empresários.

Isto, para nós, é que é o fundamental em termos de sistemas de incentivos e é aí que nós continuaremos a trabalhar para que efectivamente isso seja garantido.

A questão do adiantamento, pelo histórico que temos daquilo que foi já aprovado por esta câmara, não constitui a questão essencial.

É fundamentalmente na rapidez, na celeridade em termos de decisão e de mecanismos de funcionamento que nós acreditamos que está a melhor forma de ajudar os nossos empresários.

Sr. Deputado António Marinho, lamento imenso, mas em relação à parte de auréolas e diabinhos eu não tenho uma humildade e uma modéstia no grau que o senhor tem, não tenho humildade e modéstia como o senhor aparenta ter para fazer esse tipo de juízo. Peço-lhe desculpa, mas isso não tenho.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Hélder Silva pretende a palavra para?

Deputado Helder Silva (*PS*): É para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental, está concedido.

Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 20 minutos.

(Eram 16 horas e 50 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeçia que retomassem os vossos lugares.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nem o intervalo regimental de 30 minutos vai fazer com que eu não diga aquilo que eu ia dizer.

É uma nota muito breve só para responder no sentido duma comparação feita pelo Sr. Deputado José do Rego sobre pagamentos na Madeira, pagamentos no Continente e pagamentos nos Açores e queria-lhe dizer, Sr. Deputado, que as empresas, a saúde das empresas e a gestão das mesmas não se faz à custa de notas para a comunicação social do GAGS, faz-se com efectivos pagamentos e eles não correspondem, nem pouco mais ou menos, e são os empresários que o dizem, aos tais 23 ou 27 dias, ou àqueles números fantásticos que são divulgados pelas notas de comunicação social do GAGS. São cheques ou são transferências bancárias que levam a que a saúde e a gestão financeira das empresas decorra sem anormalidade.

As notas do GAGS para a comunicação social ainda não constituem um meio de pagamento.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado José do Rego.

(* **Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O método que é calculado dos 20 ou 26 dias para pagamento do Governo Regional é o mesmo método que foi para a câmara do Cais do Pico de 1 dia e, portanto os métodos são os mesmos e não são métodos do GAGS.

O senhor sabe perfeitamente como é que se calcula os prazos de pagamentos com a entrada de facturas nas tesourarias e que dá 1 dia para o Cais do Pico como dá para o Governo Regional entre 20 e 26 dias e dá para outras autarquias da ordem dos 800 dias.

Portanto, o senhor não vai aqui baralhar o assunto, porque o método dos 20 dias que o Governo Regional diz que faz é o mesmo método que foi utilizado por uma câmara do Pico, como o que foi utilizado para todas as outras câmaras, para o Governo Regional da Madeira e para o Governo do País.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

O Orador: O Governo Regional dos Açores diz que paga a 20 dias, assim como a Câmara de São Roque do Pico, que o senhor muito preza, paga a um dia e, portanto, os métodos são os mesmos. Não baralhemos o assunto.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado não tem que me explicar a mim, ...

Deputado José do Rego (PS): Não, não, o senhor é que quer baralhar.

O Orador: ... nem eu tenho que explicar a ninguém. O Governo é que tem que explicar aos empresários que diz que paga em 23, 24 ou 27 dias, os empresários aguentam, aguentam e o pagamento não chega. Não sou eu que o digo, são os empresários que o dizem e que se riem, obviamente consternados com as notas para a comunicação social do GAGS que referem números e que esses métodos que são utilizados devem ser explicados aos empresários para eles perceberem, afinal de contas, por que é que os tais 27 dias são virtuais.

Presidente: Não havendo mais inscrições, podemos dar por encerrado o debate e vamos proceder à sua votação do Projecto de Resolução, apresentado pelo PSD, que tem por epígrafe, “Adiantamentos e aceleração de pagamentos de apoios às empresas”.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 13 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que tem a ver com um **Projecto de Decreto Legislativo Regional, que transpõe um conjunto de directivas e de normas da União Europeia relativas à prevenção e à redução da poluição do ambiente, provocada pelo amianto**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista tem um capital político forte na área do ambiente.

Mais uma vez reiteramos a nossa responsabilidade e genuína preocupação com as questões ambientais.

Desta feita trazemos a esta Assembleia um diploma que vem transpor para a legislação regional regras e procedimentos relativos ao uso do amianto.

Fazemo-lo com a responsabilidade que nos compete e no cumprimento do que tem sido a actuação dos governos de responsabilidade socialista para a preservação da saúde pública dos açorianos.

O amianto é uma fibra mineral cujas propriedades do isolamento térmico, incombustibilidade, resistência e facilidade em ser tecida, bem como o seu baixo custo justificaram a sua utilização aos longo dos anos, nos diversos sectores de actividade, nomeadamente na construção e protecção dos edifícios, sistemas de aquecimento, protecção de navios contra o fogo e calor, placas, telhas, ladrilhos, etc.

Contudo, é do conhecimento geral que actualmente o amianto constitui um dos principais desafios para a saúde pública ao nível mundial, atendendo a que os efeitos nefastos do amianto só surgem, na maioria dos casos, vários anos depois das situações de exposição.

Sabendo que é no fim de vida dos produtos que incorporam o amianto, cerca de 20 a 30 anos, que as fibras de amianto, pela deterioração, vão ficando suspensas no ar e sabendo ainda que é a inalação das partículas a forma mais perigosa para a saúde humana e conscientes também que na nossa Região há décadas atrás foi muito utilizado, sobretudo

com o então vulgarizado uso das telhas de fibrocimento nas construções, que hoje trazemos aqui este diploma.

Como consequência deste conhecimento das consequências para a saúde pública do amianto, a União Europeia desde 76 veio criando sucessivas directivas relativas ao uso, regras e procedimentos a ter com esta substância, havendo já a sua total proibição, utilização e comercialização, bem como regras relativas ao manuseamento, remoção, transporte e depósito de produtos com amianto e ainda as regras de protecção aos trabalhadores que estejam envolvidos nas actividades referidas.

O Partido Socialista traz aqui um diploma que, transpondo várias directivas relativas ao uso e regras de manuseamento do amianto, deixa a nossa legislação regional mais enriquecida, possuindo de forma clara e inequívoca normas que impõem, para além das regras e restrições, prazos para uma inventariação sistematizada de todos os edifícios públicos e privados da Região Autónoma dos Açores que contenham amianto e também para sua remoção.

Cumprimos assim o que nos compete e o que nos permite a Constituição da República Portuguesa e o nosso Estatuto Político-Administrativo, que é legislar e transpor directivas comunitárias para ordenamento jurídico da nossa Região.

Obrigada.

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(* **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD concorda genericamente com este diploma e naturalmente que partilha das preocupações ambientais aqui reveladas pelo Partido Socialista que certamente não é exclusivo da vossa bancada relativamente a esta matéria da utilização de produtos contendo o amianto.

No entanto, apresentamos uma proposta de alteração, porque não podemos ficar no plano das intenções quando se trata de operacionalizar este sistema de inventariação.

Procuramos encontrar, na legislação que agora é proposta, resultados práticos e que não se fique apenas no plano das intenções.

Por essa razão achamos que as situações devem ser clarificadas ou melhor propostas para que assim possa realmente acontecer uma sistematização e uma inventariação dos edifícios públicos e privados que contêm esta substância e pode no futuro revelar-se preocupante.

Nessa medida queremos também contribuir e colaborar na transposição destas directivas para assim também melhor servirmos os açorianos.

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a este assunto, por aquilo que ouvimos das bancadas do PS e do PSD, é claramente um assunto de interesse comum para todas as bancadas desta casa, tendo em conta as causas que pode criar aos trabalhadores que eventualmente trabalham em edifícios com este tipo de materiais, nomeadamente o amianto.

No entanto, concordamos na generalidade com o documento, e concordando plenamente, e já o tínhamos referenciado na Comissão, com a proposta do PSD, não faz qualquer sentido que sejam acautelados os edifícios públicos e os privados não, até porque todos sabemos, e como disse a Sra. Deputada Catarina Furtado, que na Região há largas dezenas de anos, há sensivelmente 30, 40 anos, se constrói, nomeadamente a maioria dos parques industriais com essa idade têm telhados com este tipo de telha, o que não faz qualquer sentido fazer esta remoção e deixar os privados de fora, até porque, se calhar, trabalham mais trabalhadores na privada do que na pública neste tipo de equipamentos.

Como tal, vamos aprovar a proposta na generalidade, bem como vamos também votar favoravelmente a proposta de alteração do PSD.

Uma das situações que já enumerámos em Comissão e gostaríamos de voltar a frisá-la aqui, é que para esses privados poderem fazer as alterações que terão de fazer nos seus edifícios, terá que ser certamente criado um programa de incentivos financeiros por parte do Governo Regional para que essas empresas assim o possam fazer, porque sabemos o tempo é de crise e certamente elas não terão condições de o fazer se não tiverem esse tipo de apoios.

No entanto, é bem-vinda a proposta, embora seja bastante tardia visto, uma vez que é uma directiva comunitária do ano de 1987, ou seja, com 22 anos de existência.

Queremos realçar que não fará, mais uma vez apelando ao governo, qualquer sentido que não sejam inventariados os edifícios privados, tal como a proposta do PSD, e que não seja

criado esse plano de incentivos a esses privados para essa remoção, até porque essas obras foram licenciadas pelos municípios ou pelos governos desta Região.

Como tal votaremos a favor na generalidade, bem como a proposta do PSD.

Presidente: Também para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional vê com agrado a transposição deste conjunto de directivas para o nosso direito regional, até porque esta transposição vai permitir uma maior adequação dos objectivos que estão nas directivas comunitárias àquilo que é a nossa realidade regional.

Na sequência da última intervenção que ouvimos do Sr. Deputado do PP, gostaria de esclarecer que não se trata de transpor a norma com atraso. A norma foi transposta para o direito nacional na altura própria e a legislação sobre esta matéria está em vigor nos Açores desde essa altura, ou seja, o que nós estamos aqui a fazer é a transpor um conjunto de normas que já foram transpostas para o direito regional e que já estão em vigor nos Açores, dando-lhe agora um carácter diferente e uma adequação maior à nossa realidade regional, fazendo também uso daquilo que são novos poderes em matéria legislativa que foram conferidos a esta câmara.

Portanto, não se trata de transpor com atraso o que quer que seja, trata-se, sim, de adequar um regime à nossa realidade regional já que, na altura certa, Portugal fez a transposição para o direito nacional desta norma e a legislação nacional está em vigor nos Açores.

Gostaria também de esclarecer que é importante não confundir fibrocimento com amianto, até porque existem produtos de fibrocimento feitos com outros tipos de fibras e, portanto, muitos dos edifícios que têm fibrocimento, não têm necessariamente amianto.

Há aqui uma distinção que tem de ser feita. Felizmente, para nós, a maior parte dos edifícios industriais, até porque tem a ver com a nossa história, e a maior parte dos grandes edifícios foram feitos depois de 1987, já foram feitos com materiais que não contêm amianto, embora sejam de fibrocimento.

Portanto, é importante fazer aqui esta distinção para não criarmos uma situação de que toda a gente que tem fibrocimento julgar que tem amianto, porque não é assim.

Outro aspecto importante é dizer-vos que em relação à protecção dos trabalhadores, e essa protecção é feita para todos os edifícios privados ou públicos, o que se está a fazer é transpor matéria que tem a ver com a higiene e segurança no trabalho, e tem a ver com trabalhadores da construção civil, porque os grandes riscos do amianto são o momento em que ele é mobilizado, ou seja, estamos a falar daquelas situações em que as telhas são arrancadas, são limpas ou qualquer outros trabalhos que se faz sobre as telhas.

Se o amianto estiver de uma forma estática e parada não coloca grandes riscos para a saúde pública, esses riscos derivam das poeiras de amianto que em geral são libertadas durante o manuseamento desses materiais.

Portanto, quer a legislação nacional, quer a legislação comunitária, quer a proposta de legislação aqui em discussão aplica-se, no que diz respeito à higiene e segurança no trabalho, a todos os trabalhadores que trabalham com amianto, seja num edifício público, seja num edifício privado e em qualquer uma das circunstâncias.

Não há aqui nenhuma distinção, as únicas distinções que existem aqui têm a ver com quem é que inventaria o quê, porque é dada atribuições dos edifícios públicos a uma entidade e nos particulares é outra, mas isso não altera em nada as questões materiais de saúde pública, porque essas são iguais para todos os edifícios.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É sabido, e já foi aqui trazido à nossa memória, que desde finais dos anos 70, princípio dos anos 80, a União Europeia começou a emitir directivas no sentido de chamar a atenção para a perigosidade deste tipo de material, quer para o ambiente, quer para a saúde pública em geral e, sobretudo, porque é um material cancerígeno, entre outras formas de lesão da saúde das pessoas que o manipulam, que o manuseiam ou que, de alguma maneira, respiram as poeiras que são exaladas quando se manipula este tipo de material.

Também é impossível não trazer à colação da nossa memória uma situação vivida nesta Região, concretamente no Cabouco, na Vila das Lajes, que é conhecida publicamente pelo menos há 10 anos, porque eu contactei com aquele local exactamente há 10 anos, de um cemitério de amianto proveniente da Base das Lajes, que na opinião das próprias

autoridades norte-americanas é um aterro ilegal, é, digamos, um aterramento de amianto feito ilegalmente e quase que me atrevera a dizer que é, de alguma maneira, clandestino e vou explicar porquê.

Hoje mesmo, ao fim de seis telefonemas feitos, quer para a Câmara da Praia da Vitória, quer para a Direcção Regional do Ambiente, quer para os Serviços de Ambiente da Ilha Terceira, tudo aquilo que nós conseguimos ter como informação é que naquele local foi feito um entulhamento e foi esquecido aquilo que lá estava, ou seja, a informação oficial que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem é que no caso daquele aterro ele foi entulhado e foi esquecido.

Deputado José Gaspar Lima (PS): Não é verdade!

A Oradora: Eu gostaria de chamar a atenção, a este propósito, para o artigo 6º do bem-vindo projecto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que diz e muito bem no seu ponto 2: “Os resíduos que contenham cloros ou fibras de amianto apenas podem ser depositados em aterros devidamente autorizados para esse fim, garantindo que esses resíduos sejam adequadamente tratados, embalados ou cobertos, tendo em consideração as condições do local, de modo a evitar a libertação de partículas de amianto para o meio ambiente.”

Portanto, fica aqui trazido mais uma vez à nossa memória uma situação, que esta legislação vai certamente ser aprovada, (e terá o voto favorável do Bloco de Esquerda), seja de imediato levado em consideração e tomadas as iniciativas que ela impõe.

Também é público que de tempos a tempos, e bem, o Governo Regional vem procedendo à remoção deste material tóxico em algumas instalações públicas, nomeadamente ainda não há muito tempo no centro de Saúde da Horta e na Escola Básica Integrada de São Roque no Pico.

Também nos parece evidente que o Governo Regional, pelo menos neste momento e até hoje, reconhece a amplitude e o número de edifícios, de equipamentos e de materiais que têm na sua composição amianto e daí a necessidade da tal inventariação que este projecto também propõe e bem.

Também vale a pena trazermos à nossa colação que ao fim de 12 anos de governação socialista há um Projecto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Grupo Parlamento do PS, no seguimento, aliás, dum Projecto de Resolução apresentado pelo

Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda alguns dias antes da apresentação deste diploma e que versa exactamente sobre esta matéria.

Mais uma vez, fazendo um esforço de memória, apetece dizer que, para quem tem afirmado reiteradamente nesta câmara que as diferentes oposições são absolutamente dispensáveis, que nada trazem de novo e nenhum contributo dão à boa governança, vale a pena reconhecer que, afinal, sempre há alguns contributos das oposições e que obrigam o Partido Socialista e o Governo a cobrir por cima, o que é bom. Desse ponto de vista nós ficamos bem satisfeitos que assim seja e por isso, repito, vamos votar favoravelmente.

Portanto, aparentemente o Governo Regional pretende assumir agora, duma forma sustentada e determinada este problema antigo. Muito bem!

Contudo, nós apresentamos uma proposta de alteração a este Projecto, porque há duas omissões que, quanto a nós, são importantes: uma delas prende-se com a situação dos trabalhadores que contactaram de alguma maneira com esta substância e que, como disse a Sra. Deputada Catarina Furtado e muito bem, os resultados desta contaminação e destas lesões, em termos de saúde, pode levar anos a serem identificadas, o que pode acontecer, mais ou menos, entre 20 a 40 anos, parece-nos essencial que haja uma medida de retroactividade, ou seja, que trabalhadores que agora, ao fim de 10, 20, 30 ou 40 anos, se comprove que têm debilitações na sua saúde em consequência de terem contactado ou estado próximos desta substância, fazendo prova disso, possam ser ressarcidos dessa sua debilitação, dessa sua doença e dessa sua eventual incapacidade para o trabalho.

Por outro lado, também nos parece que, sendo razoável o prazo de um ano para fazer esta inventariação e com o qual concordamos, a rapidez com que este diploma é apresentado não se coaduna com um prazo de alongamento de 10 anos para intervir nas situações de maior risco, nomeadamente escolas, creches, lar de idosos, etc, ou seja, parece-nos que a avaliação dos riscos tem que ser diferente e os *timings* de remoção e de intervenção também terão que ser diferentes.

Parece-nos que, até à análise dessa perigosidade, porque se trata duma matéria complexa e havendo dois laboratórios com certificados e competentes a nível nacional para fazer este tipo de avaliação, seria aconselhável e justo que a Universidade dos Açores, através dos seus departamentos relacionados com esta matéria, possa ajudar, colaborar, supervisionar e

orientar as decisões de remoção mais rápida e não haja a necessidade de se alongar mais no tempo e daí esta nossa proposta de alteração.

Quanto ao mais já disse e repito, o projecto é bem-vindo e terá o voto favorável do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É apenas uma breve intervenção, na sequência da intervenção da Sra. Deputada, para dizer que as questões da presença de produtos que contenham amianto, mais concretamente fibrocimentos, restos de canalizações ou outras situações do género, não colocam em si nenhuma perigosidade de maior.

Portanto, não se trata de um assunto de grande gravidade, é um assunto obviamente complexo, particularmente se esses materiais estiverem expostos ao ar e tiverem condições de ser manuseados, porque o amianto não emite nada a não ser que seja sob a forma de poeiras ou partículas que estejam expostas ao ar.

Essa questão da Ilha Terceira é uma questão que eu conheço bem e não há esse risco, porque os materiais estão aterrados e não estão expostos, ou seja, a única cautela que deve ser tida é que no futuro não se deve escavar naquela zona para não se voltar a encontrar o amianto. O amianto é inerte, estamos a falar de um mineral e que fica inutilizado no solo desde que esteja devidamente coberto.

Srs. Deputados, é muito importante que se faça sempre esta distinção, e era o apelo que vos fazia, para evitar criarmos na Região, devido a esta nossa discussão aqui, uma situação de insegurança ou de medo do amianto, porque o que é verdade é que nós podemos conviver, de forma segura, com esse produtos durante muitos e bons anos.

Portanto, o amianto não é em si um produto perigoso, desde que não seja manuseado de forma errada.

Também é muito importante dizer à Sra. Deputada que no sector do sistema educativo, sector que eu conheço melhor devido às funções que ocupei, foram inventariadas as situações em que havia amianto e isso foi considerado na elevação da Carta Escolar.

Portanto, neste sector a matéria é conhecida e seguramente noutros sectores do Governo, nomeadamente na saúde também foi feito um trabalho semelhante e haverá outros sectores em que isso será feito.

Obviamente que é bom que agora o façamos de forma sistematizada e uniforme, mas quero dizer-lhe que nós estamos exactamente no ponto zero desta questão. Temos já um percurso feito e é preciso agora completar esse percurso.

Aquilo que é importante também trazer-se é alguma nota de realismo em relação a esta matéria.

Nós de facto temos muitos edifícios que têm amianto e, se fossemos fazer a sua remoção imediata de todos os edifícios, estamos a falar em custos que são claramente incomportáveis para aquilo que são as nossas disponibilidades financeiras.

Portanto, é necessário fazermos uma remoção de amianto, como está a ser feita em toda a Europa e diria mesmo em todo o mundo, de acordo com prioridades claras e particularmente aquilo que é fundamental é que haja o conhecimento de onde o amianto se encontra para que, quando se faça qualquer intervenção de construção civil ou de manutenção nesses edifícios, sejam tomadas as devidas precauções, porque o amianto enquanto está no telhado, enquanto está numa forma passiva, não está a causar nenhum risco inaceitável para ninguém.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma intervenção muito rápida, só para dizer, relativamente à questão que a Sra. Deputada Zuraida Soares levantou do depósito do Cabouco na Vila das Lajes, que eu tive oportunidade de acompanhar relativamente de perto esse assunto, desde 2005 a esta parte, e queria solicitar à Sra. Deputada que não pedisse informações às Câmara Municipal por telefone, que o fizesse pelas vias oficiais, pedindo por escrito um ponto de situação daquela questão, quer ao Município, quer à Junta de Freguesia e verá que, tendo em conta a resposta que obterá do trabalho que foi desenvolvido nos últimos tempos relativamente a essa questão, não haverá qualquer problema para o bem-estar e para a saúde pública da população daquela zona do Concelho das Lajes.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É apenas para registar a boa nota de que foi bem aceite, e já tinha sido demonstrado em Comissão, o diploma que hoje aqui trazemos.

O Sr. Deputado Luís Silveira frisou algumas coisas que era importante reiterar a nossa posição e algumas delas também o Sr. Secretário já o fez. É que para além dos trabalhadores, os utilizadores dos próprios edifícios ou quem está nas imediações, como o Sr. Secretário já disse, sem alarmes, sem pânico, são os que manuseiam o amianto, estes sim, mas também, já numa fase de deterioração, há que ter em conta os utilizadores. Daí a preocupação de neste momento estarmos a debater e a trazer isto para a nossa legislação regional.

Quanto ao tardio, devo dizer que não é tardio, porque, como o Sr. Secretário já disse, ela existe já em termos de legislação nacional e nós aqui queremos ir muito mais além e, para além das regras de manuseamento e de protecção aos trabalhadores existentes na lei nacional, nós aqui damos prazos para a inventariação e para a remoção e, portanto, já vamos bastante mais além.

Também não é tardio tendo em conta a consciência que temos do período em que também foi mais usado em termos da Região.

Sr. Deputado, o plano de incentivos financeiros para os privados só pode e só faz sentido ser aqui trazido e debatido depois de nós termos uma consciência da real inventariação do que existe destes mesmos privados e onde é que existe. Só depois disso é que nós podemos então, já com outro conhecimento, falar desta questão.

Quero dizer também à Sra. Deputada Zuraida Soares que, sem qualquer menosprezo e tendo a consciência de que é uma preocupação também do Bloco de Esquerda, nós aqui não estamos a cobrir, porque isto não é um sistema de aposta, estamos a pôr de vez num Decreto Legislativo Regional. É mais completo, demora mais tempo, tem outros contornos e aqui não se trata de um jogo de quem cobre a aposta de quem.

Acho que a nossa preocupação, como foi demonstrado por todas as bancadas, são os açorianos, é a saúde pública, é o ambiente, é a preocupação do Governo, como o Sr.

Secretário já falou, e muito bem, da questão das escolas em que o amianto tem sido removido, como foi o Pavilhão de São Roque do Pico, como foi o Centro de Saúde da Horta, como de todos os edifícios públicos.

É esta a nossa preocupação. Estamos no caminho certo, é a hora certa.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, permita-me apenas um comentário: eu duvido, e o Sr. Secretário provavelmente terá dificuldade em me provar que o cemitério de amianto no Cabouco seja um aterro devidamente autorizado para este fim,...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Não é aterro, nem é autorizado!

A Oradora: ... uma vez que em 1999, quando eu o conheci funcionava nas traseiras duma escola primária e ao lado de um aviário e, portanto, Sr. Secretário, não é aceitável que este tipo de aterro seja autorizado.

Voltemos ao princípio da minha intervenção:

Foi enterrado ilegalmente, duma forma clandestina e que há muito tempo, se me permite, deveria ter sido tratado convenientemente.

Ainda em Outubro de 2007 a então Sra. Secretária do Ambiente dizia que queria realizar análises no Cabouco para perceber qual era a situação, como é que estava, o que é que se havia de fazer, se se iria ou não remover.

Foi exactamente no seguimento da falta de notícias, porque depois as notícias acabaram, as últimas são de Outubro de 2007 e depois disso, que tenha vindo a público, não houve mais nada, havendo aqui um hiato de quase dois anos em que não se sabe o que é que aconteceu, que eu tentei contactar a Câmara e a Direcção Regional e o Serviço de Ambiente, porque, Sr. Deputado Berto Messias, um cidadão é livre e tem a legitimidade de contactar os serviços públicos da forma como muito bem entender e de exigir resposta para as suas perguntas.

Relativamente ao Sr. Deputado conhecer esta situação desde 2005, fico satisfeita, folgo muito com isso, mas na realidade ela é bastante anterior e é publicamente conhecida muito antes de 2005.

Muito obrigada.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, espero que não tenha interpretado mal as minhas palavras.

Eu não lhe disse que se tratava de um aterro legal, controlado nem nada disso, longe de mim tal afirmação.

O que eu lhe disse foi que nós temos, em muitas situações, deposições ilegais, em muitos casos feitas de forma selvagem, de materiais contendo amianto. Aliás, se percorrer muitas das nossas casas vai encontrar bocados de telhas de fibrocimento, vai encontrar bocados de tubos, ou seja, essa é uma situação que, infelizmente, acontece com alguma frequência.

Portanto, esse caso que a senhora citou foi aquele que teve, talvez, uma cobertura mediática maior devido às entidades envolvidas, mas é um caso entre muitos casos.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Mas fez-se alguma coisa, Sr. Secretário?

O Orador: Em relação a isso o que eu tentei dizer-lhe foi que o amianto, quando devidamente recoberto, como é o caso, não coloca um perigo imediato para a saúde pública, trata-se, sim, de assinalar onde estão esses sítios para que quando haja qualquer trabalho ali não se faça escavações nem se mobilize esses materiais de forma a que eles possam entrar em contacto com a atmosfera.

A questão é esta e eu não afirmei que era um depósito legal nem nada disso.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(* **Deputado Luís Silveira** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu não disse, ou se interpretou assim, não queria dizer que a norma comunitária não estava em vigor em Portugal, porque eu sei que ela está em vigor desde 1987, mas aquilo a que me refiro, que é tardio, Sra. Deputada Catarina Furtado, é ao diploma agora apresentado, que é mais abrangente para a Região e concordamos.

Nós sabemos que desde 1987 que a norma está em vigor em Portugal, mas não foi isso que pusemos em causa, Sra. Deputada, o que pusemos em causa foi a vinda tardia do diploma para Região, por parte do Partido Socialista. Foi isso que eu disse aqui.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Porquê por parte do Partido Socialista? Os outros partidos não estavam cá?

O Orador: Em relação ao programa de incentivos, Sra. Deputada Catarina, discordo e discordamos completamente da vossa opinião.

Então vamos fazer o levantamento dos edifícios privados na região e depois logo se vê o que é que se faz em relação ao programa de incentivos; se isto nos interessar eles hão-de aparecer; se isto não nos interessar eles não aparecem, porque o problema deixa de existir e já não há necessidade de fazer essa remoção. Foi isto que a senhora disse: primeiro fazer o levantamento e depois logo se vê o programa de incentivos.

Desculpe, mas foi isto que a senhora disse ou então eu não percebi.

Aquilo que nós defendemos é que, independentemente do levantamento que será feito dos edifícios privados na Região, tem, sendo muito ou sendo pouco, que haver um programa de incentivos para que essas empresas possam fazer a remoção dos meios e dos produtos que têm amianto nas suas empresas.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Luís Silveira, obviamente que deve ter entendido mal o que eu disse.

O que eu disse não foi :”logo de vê”. Eu acho que ficou bem claro nas intenções, nas normas propostas por nós que os prazos da inventariação e os prazos da remoção são claros. Não queremos uma inventariação a meio, nem uma remoção a meio, o que eu disse foi que agora este período é o essencial e não podemos propor um plano de incentivos com base no nada. Não temos uma inventariação minimamente consistente para fazer uma avaliação dessas que possa fazer um plano certo, mas os senhores estão sempre à vontade para o propor se acharem que o devem fazer.

Obrigada.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Fico satisfeito pelo esclarecimento. Peço desculpa.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, ou pôr à votação na generalidade este diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate e à votação na especialidade.

Eu lembrava aos Srs. Deputados que este diploma tem 32 artigos. Foram apresentadas algumas propostas de alteração, a saber: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já assumiu junto da mesa as propostas apresentadas na CAPAT, relativas ao artigo 3º, nº 2 e artigo 31º.

Seguidamente, por ordem cronológica, digamos assim, o Bloco de Esquerda apresentou esta manhã duas propostas de aditamento, uma de um artigo 4º-A e outra de um artigo 23º-A.

Para além disso também o Grupo Parlamentar do PSD relativamente ao artigo 4º, propõe uma nova redacção para os respectivos números 2 e 3, renumerando os actuais 2 e 3 como 3 e 4 respectivamente.

Face a isto, eu pergunto à câmara se posso pôr à votação em conjunto os artigos 1º e 2º do diploma.

Não havendo oposição, vamos votar na especialidade os artigos 1º e 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vou pôr agora à votação a proposta de alteração ao nº 2 do artigo 3º, vinda da Comissão e subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar agora à votação o artigo 3º do diploma com a alteração que acabou de ser introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Relativamente ao artigo 4º temos uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa para apresentar esta proposta de alteração.

(* **Deputado João Costa (PSD)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração vem na sequência da apresentação do diploma e da discussão na generalidade e visa dar resposta a algumas das questões que aqui surgiram, nomeadamente quando sabemos que nem todos os materiais de fibrocimento têm amianto e há necessidade de haver um conhecimento técnico mais aprofundado quando se fizer a inventariação.

Tal como ficou patente no parecer da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, achamos que deve haver uma maior colaboração e um maior apoio técnico nessa inventariação dos edifícios privados, sabendo nós que o volume de trabalho será certamente grande e juntando o Laboratório Regional de Engenharia Civil a essa inventariação, em colaboração com as câmaras municipais, certamente será mais profícuo.

Aquilo que nós pretendemos é que efectivamente haja um conhecimento aprofundado desta situação para todos, incluindo o Governo, saberem o que terão de fazer em seguida.

Nessa medida, propomos exactamente esta alteração dos n.ºs 2 e 3 e a renumeração dos n.ºs 3 e 4 para n.ºs 4 e 5.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(* **Deputado Hernâni Jorge (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta de alteração, subscrita pelo Grupo Parlamentar do PSD, temos, como questão prévia, a salientar o facto, pese embora as reservas suscitadas pela Associação de Municípios relativamente à eventual necessidade de se inventariarem todos os edifícios privados na Região Autónoma dos Açores, que neste Parlamento haja consenso quanto à efectividade dessa necessidade e que essa inventariação se concretize, não só relativamente aos edifícios públicos, aos equipamentos colectivos, mas à generalidade dos edifícios incluindo os de propriedade privada.

Em relação à proposta subscrita pelo PSD, relativamente a que deve competir a inventariação dos edifícios privados na Região Autónoma dos Açores, o Partido Socialista não pode estar de acordo por duas ordens de razões:

A primeira porque o Laboratório Regional de Engenharia Civil não tem uma estrutura operacional que lhe permita tal desiderato e uma razão de ordem material também tem a ver com o facto de serem os municípios que autorizam e licenciam as obras particulares, conforme resulta da lei. Além do mais são esses municípios que são detentores e possuidores dos processos e dos registos relativos a essas mesmas obras.

Portanto, só os municípios é que têm competência e capacidade para, na área do respectivo concelho, concretizar e executar esta parte da inventariação, no que respeita concretamente aos edifícios privados.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado João Costa.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou repetir uma frase que penso que foi dita pela Sra. Deputada Catarina Furtado: “Não queremos uma inventariação que fique a meio”.

Como o Sr. Deputado Hernâni Jorge e o Grupo Parlamentar do PS certamente compreenderão há vários tipos de licenciamento e a legislação de licenciamento dos edifícios tem sofrido diferentes fases ao longo do tempo, como maior ou menor exigência, e compreendo que os processos existentes nas câmaras municipais não terão todos os elementos para uma análise simples e sucinta, por parte de um funcionário duma câmara municipal.

Não acredito que o Partido Socialista queira colocar todos os técnicos de engenharia das câmaras municipais a rever processos de há 30 anos.

Portanto, não queremos que esse trabalho fique efectivamente a meio e é por não quereremos que isso aconteça, queremos que se faça.

Aparentemente o PS acha que pondo no papel, deve atribuir essa competência às câmaras municipais, apesar de saber a dificuldade que haverá por parte de uma maioria dos municípios dos Açores para conseguir levar a bom termo, em prazos razoáveis, este trabalho, não quer que o LREC, em colaboração com as câmaras municipais – é essa a redacção do artigo – faça esta inventariação e quer dar o exclusivo do trabalho às câmaras municipais.

Parece que é por ser uma proposta do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Reduzir esta questão da inventariação dos equipamentos e edifícios que contenham amianto na Região Autónoma dos Açores a uma questão de mais ou menos trabalho, acho que não é adequado.

Conforme já foi dito aqui nas intervenções que precederam, nomeadamente na generalidade, perante uma questão com contornos ambientais e de saúde pública, não são de menosprezar e aquilo que a legislação comunitária e nacional, desde há largas décadas, exige de todos nós e de todos os poderes, os regionais e os autárquicos, sejam de município, sejam de freguesia, é um grande esforço no sentido de conduzirmos a bom porto e a bom termo os objectivos deste Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Na perspectiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por aquilo que é a distribuição de poderes e de competências ao nível das diversas estruturas de administração, esta é a solução ideal. Por aquilo que são as estruturas operativas das diversas administrações, a capacidade de intervenção e a proximidade relativamente à realidade, não existe outra alternativa, não existe outra solução que não seja a que é proposta pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista quanto à inventariação.

Se queremos uma inventariação efectiva, se queremos uma inventariação eficaz que traga consequências que nos permita analisar o grau e a intensidade desta problemática de forma a que, em tempo oportuno e na sequência dessa inventariação, possamos eventualmente tomar outras medidas no sentido de promover a remoção dos equipamentos, cuja remoção obrigatória não está prevista nesta iniciativa, designadamente os edifícios privados, temos todos que assumir essa responsabilidade e certamente que os municípios da Região Autónoma dos Açores, com a responsabilidade que se reconhece aos titulares desses órgãos e dessa administração, não deixarão de cumprir a sua quota parte de responsabilidade.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(* **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser mais breve do que o Sr. Deputado Hernâni Jorge, porque não vou fazer processos de intenções como o senhor aparentemente quer estar sempre a fazer.

Sr. Deputado, solução leal não é atribuir às câmaras municipais o peso quase todo da inventariação. Isso é uma deslealdade. Os senhores têm esse afã de quererem atribuir a outros responsabilidades enormes, hercúlias quase, como é o caso da inventariação de todos os edifícios.

Sr. Secretário, não fique impressionado.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Também já não me posso impressionar!

O Orador: Pode, mas acho que não deve.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Saímos vencedores das eleições e a gente já nem sequer se pode emocionar!

O Orador: Fico satisfeito em notar que sentiu esse facto dos votos.

Tratando seriamente as questões que são sérias, o que se trata é das câmaras prestarem colaboração ao LREC que tem muitos mais conhecimentos para, através da avaliação dos processos, poder, à partida, seleccionar aqueles que eventualmente tenham amianto, porque o senhor sabe que há 30 anos o processo de licenciamento não era tão exigente na identificação de materiais como é agora.

Depois há vários tipos de licenciamento e nem todos são, através de um processo de identificação de materiais, tão fáceis como isso e estar a fazer com que as câmaras municipais, por si só, sem a colaboração de uma entidade como o LREC, isso é que não é leal e é, de facto, uma solução que não chegará à boa intenção deste diploma e àquilo que se pretende efectivamente com ele.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação da proposta de alteração para o artigo 4º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto do PPM.

Presidente: Vamos passar agora à votação do artigo 4º do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de aditamento de um artigo 4º-A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, termos agora um conjunto de artigos, que vai do 5º ao 23º inclusive, para os quais não foram apresentadas quaisquer propostas de alteração.

Se não houver oposição da câmara, eu pô-los-ia à votação em conjunto. Parecendo não haver oposição, vamos votar, de forma conjunta, os artigos 5º a 23º inclusive.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em termos sistemáticos segue-se uma proposta de aditamento de um artigo 23º-A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Eu vou pôr à votação esta proposta de aditamento, identificada como artigo 23º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Segue-se agora um bloco de artigos, concretamente do artigo 24º ao artigo 30º inclusive, para os quais não há quaisquer propostas de alteração.

Se não houver oposição da câmara eu pô-los-ia à votação em bloco.

Parecendo não haver, vamos votar do artigo 24º ao 30º inclusive.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 31º, para o qual existe uma proposta de alteração que resulta do parecer da Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, que é subscrita pelo Grupo Parlamentar do PS.

Assim sendo, vou colocar à votação esta proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação o artigo 31º do diploma, com a alteração que lhe foi introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo 31º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 32º e último do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo 32º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora proceder à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa para uma declaração de voto.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para reafirmar e salientar que o Partido Social Democrata não tem qualquer problema em estar de acordo com aquilo que é essencial e fazemos mesmo questão de estar ao lado daquilo que é essencial e naquilo que é importante.

Quero ainda fazer notar que aquilo que será mais importante neste diploma, que seria conhecimento efectivo e profundo da situação dos edifícios com amianto na Região Autónoma dos Açores e que certamente a sua larga maioria serão edifícios privados, será muito mais difícil conseguir sem a colaboração do Laboratório Regional de Engenharia Civil com as câmaras municipais.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais declarações de voto, passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Resolução – “Recomenda ao Governo da Região Autónoma dos Açores que adopte medidas de prevenção e reparação relativamente à poluição por amianto”**, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Para apresentação do diploma, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção é curta, como se imaginará, e tenho apenas que dizer o seguinte:

O “pai” retira-se, porque já deu lugar ao “filho”.

Muito obrigado.

Presidente: Uma vez que o diploma foi retirado, passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução – 1º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**, para o ano de 2009.

Conforme é de lei, esta Proposta de Resolução é apresentado pela Mesa, na sequência de proposta do Conselho Administrativo.

Foi emitido parecer e relatório pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Este 1º Orçamento Suplementar visa basicamente capitalizar o saldo de gerência do ano anterior que foi de 68.724,99 €, na rubrica das despesas de deslocações e estadas.

Isto verifica-se em virtude do acréscimo de custos derivados do aumento do número de comissões e da composição das mesmas, da realização do plenário de Julho e das deslocações a Toronto dos deputados e agraciados por ocasião do Dia da Região.

Está à discussão.

Não havendo intervenções, passamos à votação desta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: o Sr. Deputado Clélio Meneses deseja a palavra para?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Para pedir um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Está concedido e regressamos 19 horas e 5 minutos.

(Eram 18 horas e 35 minutos)

Presidente: Agradecia que ocupassem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 10 minutos)

O Sr. Deputado Aníbal Pires deseja a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): É para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 19 horas e 30 minutos

(Eram 19 horas e 15 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 30 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores”**.

Começaria por dar a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação para apresentar o diploma.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado mês de Fevereiro foi aprovado nesta Assembleia o Decreto Legislativo Regional 4/2009-A, de 20 de Abril, o qual introduz alterações ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário.

Todavia, atendendo à extensão, complexidade e abrangência do mesmo, verificou-se que, aquando da formulação, conjugação e compatibilização dos diversos projectos de alteração e respectivas redacções intermédias e finais, ocorreram algumas incorrecções, quer no

âmbito do diploma, quer do estatuto, designadamente em matéria laboral que havia sido objecto de negociação com as organizações sindicais representativas do pessoal docente.

Assim, propõe-se a esta Assembleia a apreciação desta proposta, atendendo a que a omissão e incorrecção de alguns aspectos do diploma poderão gerar interpretações contrárias às pretendidas e que foram acordadas com as organizações representativas do pessoal docente.

Obrigada.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Registo no diário das sessões a *mea culpa* do Governo!

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos da importância que a educação tem na construção e na edificação dos povos. É por ela, é através dela que preparamos os jovens para a inserção plena na sociedade, tanto no plano profissional como no plano mais alargado da cidadania, de resto tão maltratada nos últimos tempos.

Precisamente por isso, descuidar a educação é caminhar sem rumo, é, em última instância, hipotecar o futuro das novas gerações, e, sem suma, hipotecar o futuro dos Açores e dos Açorianos em geral.

O desenvolvimento dos Açores também depende da educação e, como é óbvio, depende directa ou indirectamente da função docente. Aliás, se aqui estamos hoje também o devemos aos nossos próprios professores e é bom que nunca nos esqueçamos disso. Dito isto, Senhoras e Senhores Deputados, acreditamos numa escola motivada na busca da excelência e acreditamos num estatuto que motive verdadeiramente os professores a essa busca da excelência e a superarem-se a si próprios. A garantia de um ensino de qualidade em função dos alunos só pode encontrar-se numa escola verdadeiramente motivada onde a conflitualidade e a instabilidade não tenham efectivamente lugar.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para que não restem quaisquer dúvidas, o PSD considera que a avaliação é absolutamente necessária na exacta medida em que deve ser o instrumento fundamental à motivação dos docentes e dos alunos à busca da tal excelência por todos nós pretendida. Os melhores,

professores devem ser por isso justamente recompensados. Urge portanto separar o “trigo do joio” e isso é para nós condição essencial para a existência de uma escola de excelência entre nós.

Porque todos reconhecem na avaliação um instrumento essencial à excelência, mentem todos aqueles que insistem na vã tentativa de passar a ideia de que os professores não querem ser avaliados, como se a avaliação tivesse sido algum dia posta em causa por qualquer partido, ou como se os professores fossem contra a sua própria avaliação. Nada mais falso. Todos querem a avaliação desde que seja uma avaliação justa, que “separe as águas” e que promova verdadeiramente a escola de excelência, pois é aí que se joga a qualidade do ensino e conseqüentemente o futuro dos jovens e dos Açorianos em geral.

Por outro lado, estamos também absolutamente convictos que a estabilidade nas escolas é imprescindível à qualidade, que deve ser apanágio de um ensino de qualidade que sirva verdadeiramente os interesses dos alunos, cujo desenvolvimento de competências é essencial aos novos tempos vividos num mundo cada vez mais global e exigente.

Ao contrário disso, a instabilidade e a conflitualidade não conduzem à excelência e por isso são prejudiciais aos reais interesses dos nossos alunos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando na anterior Legislatura se aprovou o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores (ECD), dispunha-se que as faltas equiparadas a serviço efectivo, não relevavam para a avaliação dos docentes, desde que os mesmos cumprissem 95% das actividades lectivas entretanto distribuídas.

Após a contestação levada a cabo pela generalidade dos professores, entendeu o Governo Regional proceder este ano e nesta legislatura a uma série de alterações ao ECD, que passou a ser omissivo quanto aos efeitos na avaliação das faltas equiparadas a serviço efectivo, ficando a assiduidade dos docentes regulada apenas pelo disposto no artigo 137º e seguintes, tendo inclusivamente sido considerada, na altura, uma evolução positiva, dado que criou a expectativa de não serem mais penalizados pelas faltas dadas, por exemplo, ao abrigo do Estatuto Trabalhador Estudante, o mesmo acontecendo na doença, nomeadamente para consultas de médicos especialistas fora da ilha de residência.

Em suma:

Passou-se assim a ideia, para a opinião pública em geral e para os docentes em particular, de que tinha havido uma intervenção legislativa que lhes era favorável, acabando por essa via a injustiça de que determinadas faltas tinham no capítulo da avaliação de desempenho.

Todavia, foi “sol de pouca dura” e passado cerca de dois meses o que era esperança, justiça e motivação deu lugar à decepção, à desmotivação e à instabilidade de novo nas escolas.

O que fora supostamente despenalizado no Estatuto volta a ser penalizado por Decreto Regulamentar, é a “política do ioiô” aplicada aqui ao sector da educação.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Com efeito, os formulários de avaliação de professores, que deveriam pôr em prática o Estatuto, ao invés de repararem a injustiça, voltam a penalizar, por exemplo, os professores na doença prolongada. Até mesmo os professores que tenham cancro, já penalizados na doença, são também penalizados na sua própria avaliação. O mesmo acontece em relação aos acidentes em serviço, no acompanhamento a filhos menores ou em caso de falecimento de um familiar. E nem mesmo o acompanhamento a filhos doentes e portadores de deficiência foi devidamente protegido pela “cegueira” socialista, que apenas vê números quando deveria ver pessoas.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O PSD quer um sistema de avaliação que promova a excelência no ensino. Não aceitamos um processo que vise apenas dificultar a progressão dos professores na carreira, de modo a poupar algum dinheiro que é depois mal gasto pelo governo em acções de propaganda ou de mera ostentação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Precisamente por isso, o PSD fará uma proposta de alteração ao Estatuto da Carreira Docente que vise clarificar, de uma vez por todas, quais as faltas que terão efeito na avaliação docente, repondo assim a justiça que devem merecer as pessoas, os professores e os seus próprios filhos.

Perante os avanços e recuos neste famigerado processo, ficam perfeitamente claras as noções de justiça e solidariedade social perfilhadas hoje pelo governo socialista que dá com uma mão aquilo que retira com a outra.

Fingiram, mentiram e atiraram areia para os olhos dos professores e são hoje perfeitamente incapazes de aprenderem com os erros tanto cá com César como lá com o Engenheiro José Sócrates.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Engenheiro?

O Orador: Tanto lá como cá, são incapazes de ler os sinais e nem mesmo a perda de 15 mil votos nas Legislativas Regionais e 12 500 nas Europeias fazem o arrogante poder socialista arrepiar definitivamente caminho.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Certamente, a cegueira socialista, o persistir nesse rumo, no erro e o manter um caminho amplamente contestado vos fará, sem dúvida, perder muito mais. Nessa altura entenderão os sinais e compreenderão toda a sua dimensão quando os Açorianos, cansados da arrogância, dos tiques e da falta de humildade democrática os atirarem definitivamente para a bancada da Oposição.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Para interpelar a mesa tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

Deputado Helder Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É para realçar o seguinte:

O que está aqui em causa é o corpo do Estatuto da Carreira Docente e o Sr. Deputado Rui Ramos acabou, em metade da intervenção que fez, por falar das faltas, que se trata de matéria que está numa grelha desanexada do corpo do Estatuto e, portanto, considera este Grupo Parlamentar que não tem cabimento a discussão que aqui foi lançada pelo Sr. Deputado.

Obrigado.

Deputado Rui Ramos (PSD): É a sua interpretação

Deputado Pedro Gomes (PSD): Pergunte à Sra. Deputada Cláudia Cardoso o que é que está aqui em discussão.

Presidente: Independentemente da verdade material das suas considerações, a verdade é que estamos no debate na generalidade e acerca deste debate eu penso que relacionado com o diploma, mais que não seja no entender do orador, é difícil nós sairmos um pouco daqui e a nossa interpretação tem sido essa.

Além do mais, conforme também deve calcular, as palavras que foram proferidas pelo Sr. Deputado Rui Ramos não-de ter, da parte da câmara e da parte da opinião pública, a consideração e a devida conta que cada um naturalmente lhes quiser dar num determinado juízo político.

(Aplausos das bancadas do PSD, CDS e PPM)

Eu daria agora a palavra, para uma intervenção, à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em gostava de começar por dizer, num breve preâmbulo àquilo que entendo que deve ser dito, que é com grande estranheza que vejo o Sr. Deputado Rui Ramos dirigir-se, penteado e de fato novo, à tribuna para falar daquilo que aqui não cabe.

Sr. Deputado, vamos ser claros.

O Sr. Deputado precisou de dois intervalos, e estou a contar o intervalo emprestado e a saída de três deputados da sua bancada durante quase duas horas, para fazer essa intervençãozinha que não tem nada a ver com a matéria que aqui se trata.

Deputado Berto Messias (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Nós não precisávamos, embora partilhemos de algumas das suas ideias sobre educação, que este fosse um debate generalista sobre a educação. Não estamos a debater a educação na sua generalidade nem a falar da mais valia que são os professores para o desenvolvimento dum região, neste caso a nossa.

Portanto, fica-lhe mal, fica mal ao seu Grupo Parlamentar, embarcar nesta manobra de *fait divers* e fingir que estamos a falar da mesma coisa, porque efectivamente não estamos.

E mais:

Eu relembriaria, porque é sempre importante lembrar a história, que o seu Grupo Parlamentar até entendia, à semelhança de algumas organização sindicais, que a avaliação

do desempenho e nomeadamente a então grelha hoje formulada de avaliação devia ser desanexada do estatuto.

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é que não está em causa.

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado, os senhores fizeram aproveitamento político desta situação. Nós estamos a intervir sobre uma alteração ao Estatuto da Carreira Docente e não estamos a debater a educação. É este preâmbulo que eu gostaria de deixar registado.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

A Oradora: Passando à matéria de facto, e avisando desde já, Sr. Deputado, eu não vou por aí, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não vos convém!

A Oradora: ... eu falarei da matéria de facto até para poupar economia parlamentar, que é algo que devemos preservar.

Deputado Rui Ramos (PSD): Quanto menos falarem nesse assunto melhor!

A Oradora: Relativamente à matéria de facto, pelo Decreto Legislativo Regional nº 4/2009, de 20 de Abril, como sabem, recentemente debatido nesta casa, foram integradas importantes alterações em matéria do Estatuto da Carreira Docente, nomeadamente ao nível da avaliação do desempenho, da distribuição de serviço docente, dos horários de trabalho.

No entanto, verificou-se que uma dessas alterações, que tinha sido indevidamente não incorporada neste diploma, trazia um ónus que era penalizador para os docentes e que devia ser rectificado. É isto que o Governo Regional nos apresenta, alterações em cinco artigos dos 253 e uma delas, sim, de verdadeira substância. Todas as outras trata-se de questões que não foram devidamente acauteladas e que esta proposta agora apresentada vem repor, com justiça, a bem dos docentes e a bem também do próprio diploma.

Portanto, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, parece-nos que é assim que se deve fazer, tendo-se verificado que algo não estava bem, propôs-se e caminhou-se no sentido da sua correcção.

Da nossa parte estas propostas de alteração que o Governo agora propõe, nomeadamente aquela que é mais substantiva e que diz respeito à questão da contagem de tempo de serviço entre concursos, nós temos obviamente uma posição favorável e votaremos favoravelmente esta proposta.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Posso não estar muito bem penteado, mas naturalmente estou em condições de falar...

Deputado Mark Marques (PSD): Mas tem um fato novo e fica-lhe bem!

O Orador: Já é velhinho, Sr. Deputado.

... e queria dizer o seguinte:

Relativamente a esta alteração do Estatuto da Carreira Docente, é um documento que está, como foi aqui bem dito pelo Sr. Presidente, em aberto e, portanto, o Sr. Deputado Helder Silva foi manifestamente infeliz na sua intervenção ao querer limitar aquilo que os outros devem dizer.

Deputado Helder Silva (PS): É vossa obrigação centrar a discussão no âmbito do diploma e daquilo que ele trata.

O Orador: O Sr. Deputado Helder Silva devia estar neste momento, com a sua arrogância, num limiar muito baixo, porque foi uma questão de arrogância querer impor aos outros aquilo que eles vão dizer, mas ainda há liberdade nesta casa para fazermos a análise, sob a perspectiva que quisermos, sobre esta casa.

Eu queria fazer uma primeira análise a este diploma e lamentar profundamente a levandade como foi tratado este documento por parte da Sra. Secretária e, fazendo o paralelismo com os professores, devo-lhe dizer o seguinte:

Se V. Exa. estivesse sujeita a avaliação de desempenho, era impossível atingir o excelente, estava longo do muito bom, não conseguia o bom e estava no suficiente a raiar o insuficiente, tal é o tamanho do erro que se comete neste documento que é incompreensível como é que ele é cometido.

Se tivéssemos também que avaliar a sua explicação, à lá minuto, que deu aqui para explicar as suas asneiras, então caía mesmo no medíocre, Sra. Secretária.

Portanto, exige-se mais de um governante com essa responsabilidade, exige-se mais de um governante que faz erros de palmatória e que dois meses depois traz um diploma aqui que tinha sido aprovado, erros até contraditórios naquilo que foi aprovado e naquilo que foi publicado.

Se a Sra. Secretária fosse avaliada nesta casa, tal como os professores pelo desempenho dos alunos, a senhora manifestamente tinha nota negativa.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do CDS/PP: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(* **Secretária Regional da Educação e Formação** (*Lina Mendes*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar da matéria em causa não ser esta, aproveito para informar o Deputado Rui Ramos, bem como todo os outros deputados aqui presentes e quem nos estiver a ver e a ouvir, que vou elencar um conjunto de faltas que são equiparadas a serviço a efectivo. Vou demorar um pouco, mas acho que este esclarecimento é necessário.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): É isso que está no despacho.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): A Sra. Secretária dirija esse esclarecimento ao Sr. Deputado Helder Silva.

A Oradora: Todo este conjunto de faltas que vou elencar são faltas equiparadas a serviço efectivo e significa que não prejudicam o docente na sua progressão.

Vou começar:

Actividade decorrente de pertencer à associação de pais, estatuto do trabalhador estudante, pai ou encarregado de educação, isolamento profiláctico, tuberculose, casamento, falecimento, bolseiro ou equiparado, doação de sangue, socorrismo, cumprimento de obrigações legais, prestação de provas de concurso público, por conta de período de férias, motivos não imputáveis ao trabalhador, (uma avaria num pneu como aqui foi referido que não tinha cabimento), participação nos órgãos de administração e gestão de estabelecimentos de ensino, prisão preventiva, (até uma prisão preventiva é considerada equiparação a serviço efectivo)...

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): E a prisões domiciliárias também estão incluídas?

A Oradora: ... acidente de trabalho, doença profissional, doença nos primeiros 30 dias de cada ano, doença nos primeiros 30 dias de internamento, doença incapacitante após 30 dias e até 36 meses, como é o caso de doenças cancerígenas, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em algumas dessas situações permite chegar ao bom ou ao excelente? É disso que se trata.

A Oradora: O Governo soube o que é que fez.

Eu estou a ver aqui alguns deputados de boca aberta, estão surpreendidos.

... tratamento ambulatorio, consulta e exames de diagnóstico do próprio e de familiares, assistência a menores de 13 anos, assistência a membros de agregado familiar, assistência a netos de filhos com menos de 16 anos, assistência a pessoa com deficiência ou doença crónica. Estas faltas são equiparadas a serviço efectivo e permitem a progressão.

Agora, temos um conjunto de licenças que são diferentes das faltas que também são consideradas serviço efectivo, nomeadamente licenças, gravidez de risco, interrupção de gravidez, adopção, licença parental inicial exclusiva da mãe, licença parental inicial com ou sem partilha, licença parental inicial partilhada, segundo as exigências legais exigidas. Estas são também licenças que são consideradas serviço efectivo.

Mas ainda há mais:

Há dispensas que são diferentes de faltas.

Dispensa para formação, dispensa de prestação de trabalho por parte de trabalhadora grávida, por motivo da sua segurança e saúde, dispensa de prestação de trabalho nocturno, dispensa para consulta pré-natal, dispensa para avaliação de adopção, dispensa para amamentação ou aleitação, dispensa para a actividade sindical, dispensa para frequência de aulas para trabalhadores estudantes até 5 horas semanais, dispensa para actividades sócio-culturais ou desportivas. Este é um conjunto de dispensas sem penalização ao nível de progressão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é isso que está em causa!

A Oradora: Vou continuar:

Dispensa para campanha eleitoral, dispensa dos eleitos locais, dispensa de serviço dos membros da assembleia de voto. Eu estou apenas a elencar alguns.

Agora vamos para as faltas que não são consideradas serviço efectivo que são apenas quatro:

As faltas injustificadas, por prisão resultante de sentença, por doença para além de 30 dias por ano escolar e até 18 meses com perda de vencimento, licença sem vencimento por 90 dias, um ano e de longa duração.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O problema não é esse Sra. Secretária.

A Oradora: Eu repito:

As faltas injustificadas são apenas por prisão resultante de licença, por doença entre os 30 dias e os 18 meses, porque se for mais de 18 meses já está ao abrigo de doença prolongada e não tem qualquer problema e com perda de vencimento.

Portanto, é apenas este conjunto muito restrito de faltas que penalizará ao nível de progressão na carreira.

O Sr. Deputado Rui Ramos referiu que o Governo visava dificultar a progressão dos professores na carreira e eu estou a justificar, embora não fosse minha obrigação, porque a matéria não era esta, mas é só para dizer que não dificultamos a progressão.

Obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é de progressão que se trata!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, já ultrapassámos a nossa hora regimental para encerramento dos nossos trabalhos.

Há ainda Srs. Deputados inscritas e continuarão inscritos para amanhã.

Recomeçamos os nossos trabalhos amanhã pelas 10,00 horas com o Período de Antes da Ordem do Dia.

Muito boa noite e até amanhã.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 5 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Herberto Santos da Rosa

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Luís Carlos Correia Garcia

Pedro António de Bettencourt Gomes

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Deputado que faltou à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso Ventura

() Texto não revisto pelo orador.*

Documentos entrados

Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que estabelece as regras a que se encontra sujeita a prática de actos de desfibrilhação automática externa por não médicos, bem como a instalação e utilização de desfibrilhadores automáticos externos, em ambiente extra-hospitalar.

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reuniu, por vídeo conferência, no dia 12 de Junho de 2009 a fim de apreciar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia, sobre o Projecto de Decreto-Lei que estabelece as regras a que se encontra sujeita a prática de actos de desfibrilhação automática externa por não médicos, bem como a instalação e utilização de desfibrilhadores automáticos externos, em ambiente extra-hospitalar.

O referido Projecto de Decreto-Lei deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 27 de Maio de 2009 e foi submetido à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia datado de 4 de Junho, para apreciação e emissão de parecer até ao dia 16 de Junho de 2009.

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

O Projecto de Decreto-Lei em apreciação é enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para audição por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, com pedido de parecer até 14 de Junho.

A audição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores exerce-se no âmbito do direito de audição previsto na alínea v) do n.º 1 do artigo 227.º e no n.º 2, do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa, bem como do disposto nos termos da alínea i) do artigo 30.º e do artigo 78.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A apreciação do presente Projecto de Decreto-Lei pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais rege-se pelo disposto no n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Capítulo II

Apreciação na generalidade

O presente projecto de Decreto-Lei visa regular a utilização de desfibrilhadores automáticos externos por não médicos em ambiente extra-hospitalar, no âmbito, quer do Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM), quer de programas de acesso público à desfibrilhação.

O acto de desfibrilhação, ainda que realizado através de desfibriladores automáticos, só pode ser realizado por não médicos por delegação de um médico e sob a sua supervisão.

Os equipamentos de desfibrilhação automática externa (DAE), apesar de muito seguros, não são imunes ao erro humano e carecem de integração em processos organizativos adequados e sob supervisão permanente, para que os seus benefícios possam ter verdadeira expressão.

O sistema que agora se propõe integra a DAE em ambiente extra-hospitalar num contexto organizativo estruturado e com rigoroso controlo médico, que minimize, tanto quanto possível, os riscos de utilização indesejável dos equipamentos.

Neste sistema, o papel central na regulação da actividade de DAE em ambiente extra-hospitalar cabe ao Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. (INEM, I. P.), na qualidade de entidade responsável pela definição, organização, coordenação e avaliação das actividades de emergência médica, nomeadamente no que diz respeito ao sistema de socorro pré-hospitalar.

Assim, compete ao INEM, I. P. licenciar a utilização de desfibriladores automáticos externos, quer no âmbito do SIEM, quer em locais de acesso público, bem como monitorizar e fiscalizar o exercício da DAE, com o objectivo de garantir que, em condições normais, cada acto de DAE é realizado por um operador treinado e certificado, actuando por delegação médica, com recurso a equipamento em adequadas condições de funcionamento e integrado na cadeia de sobrevivência.

Num claro incentivo à rápida difusão da DAE em ambiente extra-hospitalar, os custos do funcionamento do sistema são em grande parte assumidos pelo Estado e pelo próprio INEM, I. P., uma vez que os procedimentos previstos no presente diploma não ficam sujeitos a taxas.

No mesmo sentido, o INEM, I. P. é incumbido da aprovação de um Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa, que serve de base à expansão de uma rede de DAE à escala nacional.

Capítulo III

Apreciação na especialidade

Importa referir que a desfibrilhação automática externa na Região Autónoma dos Açores está regulamentada pelo Despacho Normativo n.º 24/2009, de 8 de Abril, da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e da Secretaria Regional da Saúde, que aprova o Regulamento do Programa Regional para a Utilização de Desfibriladores Automáticos Externos por Não Médicos e de Acesso Público à Desfibrilhação.

Este Despacho Normativo surge na sequência do Despacho n.º 236/2008, de 14 de Março, da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos e da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que prevê a criação e a implementação de um Programa Regional para a Utilização de Desfibriladores Automáticos Externos por Não Médicos e de Acesso Público à Desfibrilhação.

No entanto, e apesar da existência dos dois diplomas referidos, o Projecto de Decreto-Lei em análise vigorará também na Região, por força do n.º 2 do artigo 228.º da Constituição da República Portuguesa, que consagra o princípio da supletividade do direito estadual sobre o direito de origem regional, em matéria não reservada aos órgãos de soberania. Também o Projecto de Decreto-Lei em apreciação dispõe, no seu artigo 29.º, sob a epígrafe “Regiões Autónomas” que: “O presente Decreto-Lei aplica-se às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com as devidas adaptações, nos termos da respectiva autonomia político-administrativa, cabendo o exercício das competências cometidas ao INEM, I. P. aos serviços e organismos regionais com idênticas atribuições e competências”.

Ainda na especialidade importa referir que a remissão verificada na alínea a) do artigo 7.º e na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º, para a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, deve ser feita para o artigo 20.º no seu todo, pois é no seu proémio que se faz referência ao “plano integrado”.

Capítulo IV

Parecer

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e com a abstenção dos Deputados dos Grupos

Parlamentares do Partido Social Democrata do CDS/PP e do Bloco de Esquerda, nada ter a opor à aprovação do Projecto de Decreto-Lei n.º 72/IX que “Estabelece as regras a que se encontra sujeita a prática de actos de desfibrilhação automática externa por não médicos, bem como a instalação e utilização de desfibriladores automáticos externos, em ambiente hospitalar”.

A Comissão promoveu a consulta das representações Parlamentares do Partido Comunista Português e do Partido Popular Monárquico, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, porquanto estas não integram a Comissão de Assuntos Sociais.

As referidas representações parlamentares não emitiram parecer.

12 de Junho de 2009

A Relatora, *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Cláudia Cardoso*

O Redactor, *José Rodrigues da Costa*